

**esec**

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO



INSTITUTO POLITÉCNICO  
DE COIMBRA

Rui Pedro Fonseca da Rua

## Proposta de dinamização turística do património de Abiúl

Relatório de Estágio em Turismo de Interior – Educação para a Sustentabilidade,  
apresentada ao Departamento de Comunicação e Ciências Empresariais da Escola  
Superior de Educação de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Trabalho realizado sob a orientação da Professora Doutora Maria de Rosário Castiço  
Barbosa de Campos Coelho e Silva.

Janeiro de 2015



## **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho foi para nós um grande desafio. A grande afinidade que temos com Abiúl, localidade onde nascemos, crescemos e de que nos orgulhamos, foram fatores que se impuseram desde que iniciámos o estudo agora apresentado. Mas o estudo que efetuámos não teria tido lugar, sem a oportunidade de um Estágio proporcionado pela Câmara Municipal de Pombal, na pessoa da Senhora Vereadora, Dr<sup>a</sup> Ana Gonçalves, a quem, nesse sentido, prestamos o nosso agradecimento. O nosso obrigado, ainda, a todos os funcionários do município que nos apoiaram e que nos transmitiram informação pertinente para o estudo realizado, caso, em especial, de Filomena Silva, pessoa sempre disponível e cujos conhecimentos enriqueceram o trabalho realizado. Ao Dr. Nelson Pedrosa agradecemos a disponibilidade demonstrada, bem como os documentos facultados.

Um obrigado ainda aos Membros da Junta de Freguesia de Abiúl, que desde o início abraçaram a nossa iniciativa, a qual, indo ao encontro dos objetivos de desenvolvimento definidos para a freguesia, sempre demonstraram total disponibilidade, tendo sido preciosa a sua colaboração no trabalho de campo que efetuámos.

Como não podia deixar de ser, um particular agradecimento à Professora Doutora Maria do Rosário Campos pela notável orientação que nos proporcionou, pelo rigor científico e leituras atentas que nos facultou, pelo apoio e sugestões que nos apresentou. Devemos-lhe muito do conhecimento que adquirimos ao longo deste percurso.

Um obrigado ainda a todas as pessoas e entidades que contactámos e que, de alguma maneira, contribuíram para a realização deste trabalho.



## RESUMO

A oportunidade que nos foi dada pela Câmara Municipal de Pombal de apresentarmos um estudo para a freguesia de Abiúl, no qual procurássemos compreender as potencialidades do território de Abiúl no âmbito do Turismo e evidenciássemos problemas a ultrapassar, no futuro, foi o repto que abraçámos.

De facto, Abiúl, freguesia do concelho de Pombal, detém um património cultural e natural com características peculiares que urge valorizar para que, os Abiulenses e todos aqueles que visitem Abiúl, compreendam plenamente o valor que a localidade encerra. Nesse sentido, será necessário, como evidenciamos neste estudo, transformar os recursos patrimoniais em recursos turísticos. Para que tal ocorra, é preciso efetuar, como fizemos, o levantamento e contextualização histórica dos bens patrimoniais que a freguesia detém, para se poder saber onde intervir no futuro e se poderem identificar os bens a recuperar, promover a valorização turística dos bens existentes, criando-se, como propomos, suportes de informação turística, definindo-se estratégias de interpretação do património, delineando-se percursos pedestres que, de uma maneira integrada, valorizem o património e a identidade de Abiúl. Assim pensamos, ser possível, potenciar a atração turística dos bens patrimoniais existentes no território, preservando-se a memória coletiva e a história da localidade.

Cientes da relevância que o turismo pode deter e da importância que o mesmo apresenta no âmbito do desenvolvimento local, organizámos o presente estudo que iremos entregar à Dr<sup>a</sup> Ana Gonçalves, nossa Supervisora de Estágio na Câmara Municipal de Pombal.

**Palavras-chave:** Turismo, Recurso Turístico, Património; Pedestrianismo, Desenvolvimento Local

## ABSTRACT

The opportunity that was given to us by the City Hall of Pombal to do a study about the council of Abiúl, in which we tried to understand the potential of this territory in the context of Tourism as well, as the problems to overcome, in the future, is the challenge that we have embraced.

In fact, Abiúl as part of the parish of Pombal, has a cultural and natural heritage with very unique characteristics, which are in need to preserve and to enhance so that, the *Abiulenses* and all those who visit Abiúl, fully understand the true value of this land. In that matter, it will be necessary, as we show in this study, to transform the heritage resources in tourism resources. For this to occur, it's necessary to make a survey and a historical contextualization of the heritage resources that the parish holds, in order to know when and where can we intervene in the future as well, to identify the heritage that must be recover to promote in this matter, the touristic assets, creating as we purposed, tourist information supports and defining strategies of heritage interpretation and pedestrian trails, in an sustainable way, highlighting the value of the heritage and the identity of Abiúl. In this matter, we believe that it's possible to enhance the tourist attraction of the existant heritage of the territory, while perserving the collective memory and history of the territory.

Aware of the potentiality that tourism can have and the significance that the same represents in the scope of local development, we elaborated the present study that we will deliver to Dr<sup>a</sup> Ana Gonçalves, our internship supervisor at the City Hall of Pombal.

**Keywords:** Tourism, Tourism Resources, Heritage, Pedestrianism, Local Development

# ÍNDICE

AGRADECIMENTOS .....	I
RESUMO .....	III
ABSTRACT .....	IV
INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO I .....	5
1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PLANO DE ESTÁGIO E METODOLOGIA .....	5
1.1. Objetivos do plano de estágio .....	7
1.2. Metodologia subjacente ao plano a realizar .....	8
1.2.1. Técnicas de recolha de informação .....	8
CAPÍTULO II .....	11
2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO DO ESTUDO .....	11
2.1. O Património como recurso turístico .....	13
2.2. Turismo e desenvolvimento local .....	17
2.3. Pedestrianismo e percursos pedestres: sua relevância para o turismo .....	25
2.4. O turismo no Centro de Portugal no âmbito do Plano Estratégico Nacional de Turismo .....	34
CAPÍTULO III .....	41
3. ABIÚL, FREGUESIA DO CONCELHO DE POMBAL, COMO OBJETO DE ESTUDO .....	41
3.1. Localização geográfica e caracterização geomorfológica de Abiúl .....	43
3.2. Análise socioeconómica de Abiúl .....	44
3.3. O Plano Diretor Municipal de Pombal e a Agenda 21 Local: diretrizes definidas com impactos nas freguesias do concelho .....	48
3.4. Resenha histórica sobre Abiúl .....	53
3.5. Ordenação Heráldica .....	60
3.6. Recursos Patrimoniais locais .....	61
3.6.1. Património Cultural Material Imóvel .....	61
3.6.2. Património Cultural Imaterial .....	73
3.6.3. Património Natural .....	76
CAPÍTULO IV .....	77
4. APLICAÇÃO DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO .....	77
4.1. Análise de dados recolhidos mediante a aplicação do inquérito por questionário ..	79
CAPÍTULO V .....	89

5.	PROPOSTAS PARA A VALORIZAÇÃO E DINAMIZAÇÃO TURÍSTICA DE ABIÚL.....	89
5.1.	Criação de suportes de informação turística: Património a dinamizar.....	91
5.2.	Sinalização turístico-cultural .....	91
5.3.	Definição de um percurso pedestre: suas características.....	93
5.4.	Promoção de um evento anual .....	96
	CAPÍTULO VI .....	97
6.	OUTRAS DINÂMICAS E RECOMENDAÇÕES PERTINENTES.....	97
6.1.	Outras dinâmicas possíveis de implementar localmente e recomendações de intervenção no património.....	99
	CONCLUSÃO .....	113
	FONTES IMPRESSAS.....	117
	BIBLIOGRAFIA .....	117
	ANEXOS .....	127



## ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. 1: Old Tourist Vs New Tourist .....	20
Fig. 2: Trilho Linear .....	28
Fig. 3: Trilho Circular .....	28
Fig. 4: Trilho em Oito .....	29
Fig. 5: Trilho em Anéis Contíguos.....	29
Fig. 6: Significado das marcações de Grande Rota e Pequena Rota.....	30
Fig. 7: Suportes de sinalização em percursos pedestres.....	31
Fig. 8: Reorganização dos produtos turísticos estratégicos .....	35
Fig. 9: Principais recursos por região (NUTS II) .....	36
Fig. 10: Contribuição dos produtos para cada região.....	37
Fig. 11: Proposta de potenciais ações a aprofundar para a região Centro.....	38
Fig. 12: Densidade populacional por freguesia no concelho de Pombal, 2011 .....	44
Fig. 13: Evolução da população total por freguesia, 1900 a 2011 .....	44
Fig. 14: Índice de envelhecimento por freguesia, 2011 .....	45
Fig. 15: População residente segundo o nível de instrução em Abiúl, 2011 .....	45
Fig. 16: Taxa de analfabetismo por freguesia, 2011 .....	46
Fig. 17: Taxa de analfabetismo nas freguesias do concelho de Pombal, 2000/2011 ..	46
Fig. 18: População ativa por setor de atividade e freguesia em 2011 .....	47
Fig. 19: Brasão de Abiúl .....	60
Fig. 20: Igreja de Nossa Senhora das Neves .....	61
Fig. 21: Casa da Misericórdia .....	63
Fig. 22: Nicho Seiscentista.....	65
Fig. 23: Arco Manuelino .....	66
Fig. 24: Palanque dos Duques .....	67
Fig. 25: Forno do Bodo .....	68
Fig. 26: Fotografia antiga do Moinho de Vento Giratório e Moinho de Armação de Pombal nas Corujeiras.....	69
Fig. 27: Moinho de Vento Giratório das Corujeiras .....	70
Fig. 28: Moinho de Armação de Pombal .....	71
Fig. 29: Sepultura antropomórfica .....	72
Fig. 30: Distribuição dos inquiridos por sexos .....	79
Fig. 31: Distribuição dos inquiridos por idade.....	80
Fig. 32: Nível de instrução .....	80
Fig. 33: “Conhece o significado dos símbolos do Brasão?” .....	81
Fig. 34: “Conhece da história de Abiúl?” .....	82
Fig. 35: “Que monumentos conhece em Abiúl?”.....	82
Fig. 36: “Gostaria de conhecer melhor a história de Abiúl?” .....	83
Fig. 37: “Concorda com a criação em Abiúl de um percurso pedestre sinalizado?” ..	84
Fig. 38: Utilização do percurso pedestre caso fosse criado .....	84
Fig. 39: “Que tipo de evento considera mais adequado para dinamizar em Abiúl?” ..	85
Fig. 40: Exemplo da reformulação da sinalização turístico-cultural.....	92
Fig. 41: Arco Manuelino .....	101
Fig. 42: Arcos não classificados .....	102
Fig. 43: Nicho Seiscentista.....	104

Fig. 44: Forno do Bodo .....	106
Fig. 45: Destroços do moinho de vento giratório .....	108
Fig. 46: Moinho de armação em visível estado de degradação.....	108
Fig. 47: Divulgação dos Moinhos das Corujeiras .....	110





## INTRODUÇÃO

O Mestrado em Turismo de Interior-Educação para a Sustentabilidade, da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra, encontra-se estruturado de forma a proporcionar a realização, no 3º semestre do Curso de Mestrado “de um trabalho de intervenção em ambiente profissional real, quer através da realização de um estágio quer na concretização de um projeto de investigação-ação” (ESEC, 2012:1).

No nosso caso, optou-se pela modalidade de Estágio, tendo em vista a nossa aproximação ao mercado de trabalho e a tentativa de compreensão dos problemas e desafios que o mesmo encerra.

Entende-se por um Estágio de natureza profissional, de acordo com o artigo 2º do Regulamento de Projeto/Estágio do referido Mestrado, “o trabalho final em ambiente organizacional, visando a aplicação de conhecimentos e competências adquiridas no 1º ano do curso de Mestrado no diagnóstico de uma situação problemática identificada, evidenciando um contributo relevante para a instituição de acolhimento” (ESEC, 2012:2). No nosso caso, o nosso Estágio integrou-se no pelouro da Divisão de Cultura, Turismo, Desporto e Juventude, na Unidade de Turismo e Lazer da Câmara Municipal de Pombal, tendo sido nossa Supervisora, na Instituição, a Vereadora do Turismo, a Dr.<sup>a</sup> Ana Gonçalves. O Estágio decorreu durante o período de Novembro a Fevereiro.

Dado que o objetivo da Instituição era que o nosso Estágio revestisse a forma de diagnóstico de uma situação problemática e a apresentação de propostas de intervenção no território concelhio, sem que houvesse, da nossa parte, participação nas atividades da Instituição, propusemo-nos, com esse intuito, estudar a vila de Abiúl, sede de uma das freguesias do concelho de Pombal, tendo em vista compreender as potencialidades do território no âmbito do Turismo e evidenciar problemas a ultrapassar no futuro.

Aceite pela Instituição a localidade a estudar, após reflexão com a nossa Supervisora sobre o possível trabalho a realizar na freguesia de Abiúl, de imediato, apresentámos o esboço do que se pretendia à nossa Orientadora, a Professora Doutora Maria do Rosário Castiço de Campos, que trocando connosco ideias,

levantando questões, suscitando pistas de trabalho e aconselhando leituras a efetuar, nos incentivou a abraçar o repto que nos havia sido lançado.

Reconhecendo-se o valor do Turismo como forma de perpetuar a identidade de um território e como fator coadjuvante do desenvolvimento local, o presente trabalho centra-se, como já foi referido, na vila de Abiúl, localidade que demonstra não querer perder o que herdou do seu passado ancestral, transmitindo os seus habitantes a vontade de se darem a conhecer, através do seu património e da sua história.

A sociedade atual vive grandes processos de mudança e nem sempre, as necessidades e vontades dos cidadãos, são satisfeitas. A atividade turística tem provas dadas, especificamente no mercado nacional, como um importante motor do desenvolvimento local sustentável. O desenvolvimento sustentável revela-se, de facto, uma aposta estratégica, pois permite a longo prazo garantir a manutenção e a preservação das comunidades, dos seus valores, da sua identidade.

Abiúl é uma terra com debilidades várias, entre as quais as de carácter demográfico. A progressiva diminuição da população é um dos seus maiores problemas, dado que essa diminuição se tem intensificado nas últimas décadas. As atividades tradicionais, como a agricultura, a pecuária e até mesmo o artesanato, tendem a ser abandonadas. Nesse contexto, o turismo, de uma forma sustentável, apresenta-se como uma alternativa que poderá atenuar e contribuir para inverter esta situação, na medida em que os seus agentes, com as comunidades, podem promover a manutenção do meio ambiente, a defesa da cultura local e da sua própria história. Detendo o sector do Turismo capacidade de influenciar vivências e de promover o desenvolvimento das comunidades, sendo Abiúl uma localidade com história, apesar das vicissitudes várias por que passou ao longo dos séculos, um estudo que visasse a valorização e a dinamização turística de Abiúl, apoiado no seu Património, evidenciou-se como o caminho a seguir.

Assim definiu-se como objetivo principal, a valorização e promoção turística de Abiúl, tendo como suporte o seu Património, Cultural e Natural. Sendo objetivos específicos, a identificação do património cultural e do património natural da freguesia passível de ser alvo de uma proposta de valorização do território; promover a qualificação da localidade com suportes de informação turística e elementos que

potenciassem a atração turística do local, definindo-se, para o efeito, um percurso turístico, vias possíveis de preservar a história e a identidade de Abiúl. Mas, uma vez que o nosso projeto, não poderá ser implementado, sem haver, inicialmente, uma intervenção no património a dinamizar, foi, igualmente, nosso objetivo apresentar recomendações tendo em vista uma intervenção prévia no património em estudo.

A metodologia a utilizar, a fim de se atingirem os objetivos, passou pelo recurso a diferentes técnicas. Numa primeira fase, procedeu-se a uma recolha da informação disponível e análise bibliográfica, tendo em vista o suporte teórico do trabalho e a própria caracterização da freguesia. O contacto direto com a população, coadjuvado pelo conhecimento empírico do território, adquirido por nós ao longo dos anos, foi também fundamental a esse nível. O trabalho supôs, numa primeira fase, a realização de um inquérito por questionário, cuja técnica aprofundámos, questionário dirigido à comunidade local. Foi nosso objetivo, através do mesmo, auscultar a população em relação ao seu conhecimento sobre o passado histórico de Abiúl, sobre as suas raízes, o seu património, bem como obter o *feedback* da população sobre possíveis intervenções a ocorrerem em Abiúl.

O presente estudo divide-se em seis partes, correspondentes a seis capítulos. Num primeiro capítulo, procede-se à contextualização do plano de estágio e à apresentação da metodologia seguida para a elaboração do estudo. No segundo capítulo, procede-se ao enquadramento teórico do estudo, sendo abordados os seguintes temas: «O Património como recurso turístico»; «Turismo e desenvolvimento local»; «Pedestrianismo e percursos pedestres: sua relevância para o turismo» e «O turismo no Centro de Portugal no âmbito do Plano Estratégico Nacional de Turismo». No capítulo terceiro, fez-se o enquadramento da freguesia de Abiúl e a sua caracterização. O quarto capítulo remete para a aplicação dos recursos metodológicos, mais precisamente do inquérito por questionário, apresentando-se as conclusões a que se chegou.

Uma vez que o estudo que nos propusemos realizar, nos proporcionou um conhecimento aprofundado do território e nos permitiu obter informações que, inicialmente, não pensávamos vir a adquirir, tal facto levou-nos a apresentar num outro capítulo, o capítulo VI, outras dinâmicas passíveis de implementar no

território, complementando as demais propostas apresentadas, bem como enunciar, paralelamente, recomendações de intervenção prévia no património, tendo em vista uma possível implementação do trabalho delineado. Depois de uma conclusão seguem-se os Anexos, as Fontes Impressas e a Bibliografia.



## **CAPÍTULO I**

### **1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PLANO DE ESTÁGIO E METODOLOGIA**



## 1.1. Objetivos do plano de estágio

Como já foi referido na introdução, definiu-se como objetivo principal do estudo a efetuar, promover a valorização turística de Abiúl, apoiando-a no seu Património, Cultural e Natural.

Como objetivos específicos definiram-se os seguintes:

- Identificar o património cultural e natural da freguesia, passível de ser alvo de uma proposta de valorização do território;
- Promover a qualificação da localidade com suportes de informação e elementos que potenciem a atração turística do território, preservando a sua história e identidade;
- Definir um percurso pedestre que, de uma maneira integrada, proporcione o desfrute do património cultural e natural da freguesia,
- Enunciar recomendações de possíveis intervenções a efetuar no território e património a dinamizar.

Será de referir que a definição dos objetivos que nos propusemos atingir, se enquadram no âmbito dos objetivos da Unidade de Turismo e Lazer da Câmara Municipal de Pombal, os quais implicam:

- Implementar ações de desenvolvimento turístico, com o objetivo de consolidar a imagem externa do concelho;
- Inventariar as potencialidades turísticas da área do município e promover a sua divulgação;
- Implementar e coordenar ações de animação e infraestruturas de apoio ao turismo e lazer;
- Colaborar com organismos regionais, nacionais e internacionais que fomentem o turismo;
- Colaborar no desenvolvimento de campanhas e ações destinadas à valorização e promoção turística do concelho.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> A informação consta no portal da internet da Câmara Municipal de Pombal, na secção da Estrutura Municipal em Organograma.

## **1.2. Metodologia subjacente ao plano a realizar**

Para a realização de um trabalho de investigação é fundamental equacionar formas de recolha de informação. Essa recolha poderá implicar o uso de uma técnica de exploração, ou método, a recolha de dados ou de informação, e a organização e sistematização da informação recolhida. Com a metodologia utilizada recolhe-se a informação pertinente tendo em vista o objetivo visado pela pesquisa. (Deshaies, 1992)

### **1.2.1. Técnicas de recolha de informação**

Para obter informação é necessário observar. A observação segundo Deshaies (1992) constitui a “espinha dorsal” dos trabalhos de investigação.

A dinâmica da observação suscita a curiosidade que, por sua vez, substitui e estimula a observação. Neste movimento circular da atividade do pensamento, a memória vem desempenhar o papel de catalisador, apta a fornecer sugestões. Estas sugestões são posteriormente retomadas pela imaginação criadora a fim de as submeter ao tratamento da investigação metódica, para dissipar a incerteza na qual o espírito se encontra no momento da investigação. (Deshaies, 1992)

Existem dois tipos de observação: a observação direta e a observação indireta. A observação direta, realizada quando se toma nota dos factos, dos acontecimentos, das opiniões, das realidades físicas, em suma do que se passa ou existe num dado momento, numa dada situação, e a observação indireta que supõe o recurso a técnicas de observação que incidem nos indivíduos, nos comportamentos, geralmente, em todos os tipos de dados existentes (por exemplo os testemunhos escritos, figurados ou registados). (Deshaies, 1992)

No nosso caso, para uma melhor compreensão do território e problemas do mesmo foram efetuadas várias deslocações a Abiúl. A Junta de Freguesia de Abiúl, através dos seus representantes, foi fulcral neste processo, fazendo-nos perceber o que seria pertinente efetuar.

O diálogo é, de facto, um instrumento essencial para a recolha de informação. Nesse sentido, a relação direta com a população local e com as entidades

competentes com influência nas tomadas de decisão, foi igualmente uma via relevante na pesquisa efetuada.<sup>2</sup>

Nesse sentido, ocorreu, especificamente, o contacto direto com a população mais idosa de Abiúl tendo em vista compreender a localização de uma das sepulturas que está referenciada no Plano Diretor Municipal de Pombal, mas cuja localização ninguém consegue identificar localmente. Procurou-se também, nestes contactos, recolher informação sobre a data de fundação de uma feira, a Feira dos 6, feira que pretendíamos estudar e recrear, mas em relação à qual, as diligências efetuadas se constituíram infrutíferas.

Houve ainda o contacto com funcionários da Câmara Municipal de Pombal, contacto que se traduziu muito vantajoso para a obtenção de informação pertinente para o nosso estudo.

Dentro da observação indireta recorreremos à análise documental e ao inquérito por questionário.

A análise documental é um instrumento que não se pode deixar de utilizar, pois é nessa análise que se encontra a base da investigação. A mesma ocorre em diversos espaços, bibliotecas e arquivos. Neste âmbito, destacamos, no nosso caso, a Biblioteca Municipal de Pombal e o Arquivo deste mesmo Município. Como complemento foi recolhida informação *on line*.

O inquérito, por sua vez, supõe “um conjunto de atos e diligências destinadas a apurar alguma coisa”. (Carmo & Ferreira, 1998) Neste estudo, optou-se por elaborar um inquérito por questionário, não supondo o contacto direto com o inquirido (Carmo & Ferreira, 1998). Porém, por limitações encontradas no decorrer da apresentação do inquérito por questionário *on line*<sup>3</sup>, a que não foi alheio o facto de nem todas as pessoas da freguesia terem acesso à internet, o mesmo veio a ser entregue presencialmente a algumas pessoas da freguesia.

---

<sup>2</sup> Neste caso existiu o contacto com a Direção Regional da Cultura do Centro, com o Sistema de Informação para o Património Arquitetónico, Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, Moinhos de Portugal e a empresa Etnoideia.

<sup>3</sup> De forma a reunir informação da população de Abiúl, o inquérito por questionário foi distribuído *on-line* nas redes sociais, mais precisamente no *Facebook*, diretamente num “grupo” destinado a pessoas com ligações a Abiúl.

O inquérito tem como público-alvo uma população ou universo que se define como o conjunto de elementos com uma ou mais características comuns, características que os diferenciam de outros conjuntos ou elementos. Como o número de elementos de uma população é demasiado grande para ser possível fazer o seu levantamento na globalidade, dado o custo e o tempo limitado de um trabalho, é necessário proceder-se à seleção de elementos pertencentes a essa população ou universo. A técnica é designada por amostragem e conduz à seleção de uma parte da população que se denomina amostra.

Existem dois grandes tipos de técnicas de amostragem: a probabilística e a não probabilística. Amostras probabilísticas são selecionadas de tal forma que cada um dos elementos da população tenha uma probabilidade real de ser incluído na amostra, enquanto que as amostras não probabilísticas são selecionadas de acordo com um ou mais critérios julgados importantes pelo investigador, tendo em conta os objetivos do trabalho de investigação que se está a realizar.

Para o inquérito desenvolvido neste trabalho usou-se a técnica de amostragem não probabilística, mais precisamente a amostra de conveniência que se utiliza num grupo de indivíduos que esteja disponível. Trata-se de um estudo exploratório cujos resultados, obviamente, não podem ser generalizados à população à qual pertence o grupo de conveniência, mas do qual se poderá obter informação preciosa, embora não as utilizando sem as devidas cautelas. (Carmo & Ferreira, 1998)

## **CAPÍTULO II**

### **2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO DO ESTUDO**





## **2.1. O Património como recurso turístico**

Para Silva, “o conceito de património refere-se ao legado que herdamos do passado e que transmitimos a gerações futuras”. (Silva, 2000:218) A memória histórica, com efeito, constitui um fator de identificação humana, é uma marca ou sinal de cultura. Reconhecemos nessa memória o que nos distingue e o que nos aproxima. Identificamos a história e os seus acontecimentos mais marcantes, desde os conflitos às iniciativas comuns. (Batista, 2005)

Para Wehling segundo Batista, “A memória do grupo sendo a marca ou sinal de sua cultura, possui algumas evidências bastante concretas. A primeira e mais penetrante dessas finalidades é a da própria identidade. A memória do grupo baseia-se essencialmente na afirmação da sua identidade”. (Wehling, 2003, cit. por Batista, 2005:29)

A ligação entre memória e identidade é tão profunda que o imaginário histórico-cultural alimenta-se destes para se autossustentar e se reconhecer como expressão particular de um determinado povo. (Batista, 2005)

A identidade cultural e a memória reforçam-se mutuamente. Conhecemos as nossas raízes, distinguimos o que nos une e o que nos divide. Estamos aptos a entender que a cultura e a memória são faces de uma mesma moeda e que a atitude cultural por excelência e os testemunhos construídos ou as expressões da natureza, os testemunhos vivos, são imprescindíveis para a construção dessa identidade.

A memória é um elemento essencial da identidade e contribui para a formação da cidadania. Com efeito, a construção da identidade vai-se moldando quando um determinado grupo se apropria de seus valores, manifestações, perpetuando-os na sua história, passando-os de geração em geração. (Batista, 2005)

“As identidades parecem invocar uma origem que residiria num passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos”. (Hall, 2000, cit. por Batista, 2005:30)

A memória e a identidade de um povo podem ser perpetuadas através do turismo, tendo subjacente o conhecimento do património cultural. Quem procura esse

tipo de turismo quer conhecer os valores locais, o património de uma localidade, as suas especificidades, o que a distingue ou aproxima de outras localidades. (Batista, 2005)

Com efeito, o património é hoje em dia uma componente essencial da indústria turística com implicações económicas e sociais evidentes. “A exploração turística dos recursos patrimoniais permite inverter a forte tendência de concentração da oferta turística junto ao litoral, dispersando o turismo para o interior, funcionando assim como fator de criação de emprego e de revitalização das economias locais. Representa também benefícios evidentes no que concerne aos custos de preservação do património, que muitas vezes não podem ser assegurados pelos poderes locais”. (Silva, 2000:220)

“Não podemos negar que o relacionamento entre património e turismo se instalou de forma definitiva. Há porem que estabelecer regras de convivência entre ambos numa perspectiva de rentabilização económica e de desenvolvimento social. O desafio que se coloca ao turismo é o de utilizar os recursos patrimoniais numa perspectiva de desenvolvimento durável, assente em critérios de qualidade, para que os seus benefícios resultem numa efetiva melhoria de qualidade de vida dos cidadãos, tanto daqueles que o praticam como daqueles que o acolhem”. (Silva, 2000:221)

Para que isso aconteça, toda e qualquer intervenção patrimonial deve ser desenvolvida a nível local, com a participação ativa de todos os agentes culturais.

Em 1972, a UNESCO (Organização para a Educação, Ciência e Cultura das Nações Unidas) redigiu a “Convenção Geral para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural”, em cujo documento se identifica o património cultural com monumentos, conjuntos de edifícios ou sítios de valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico e antropológico de valor excecional. Com efeito, identificam-se na Convenção, no âmbito do património cultural, “monumentos: obras arquitectónicas, trabalhos de escultura e pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, habitações rupestres e combinações de estilos, que sejam de valor universal incalculável do ponto de vista histórico, artístico e científico; Conjuntos de edifícios: grupos de edifícios, separados ou contíguos, que devido à sua arquitetura, homogeneidade e situação na paisagem

sejam de um valor universal incalculável do ponto de vista histórico, artístico ou científico; Sítios: obras efectuadas pela mão do Homem ou obras combinadas do Homem e da Natureza e zonas, incluindo sítios arqueológicos, que sejam de valor universal incalculável do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico”. (UNESCO, 1972)

Esta Convenção da UNESCO, levou a que, a partir dos anos 70, houvesse uma maior valorização do património cultural como fator da memória das sociedades e que o conceito de património cultural se tornasse mais abrangente, passando a envolver, como refere Sousa e Cunha citando Banducci e Barreto, “os bens tangíveis como também os intangíveis, não só as manifestações artísticas, mas todo o fazer do ser humano, e não só aquilo que representa a cultura das classes mais abastadas, mas também o que representa a cultura dos menos favorecidos”. (Banducci & Barreto, 2000 cit. por Sousa & Cunha, 2010)

O património deixou de identificar-se apenas com os monumentos, dando lugar ao que se pode chamar património vivo, englobando todas as “manifestações da cultura popular; povoações ou comunidades tradicionais; artesanato e artes populares; trajes; conhecimentos; valores; costumes e tradições características de um grupo ou cultura”. (Madariag Roberto, 2005, cit. por Sousa & Cunha, 2010)

Não nos esqueçamos que a cultura é fruto da experiência em sociedade, é tudo o que o homem revela, transmite e acrescenta à natureza, é tudo o que corresponde à sua forma de pensar, sentir e agir. (Sousa & Cunha, 2010)

Nesse sentido, a UNESCO, em 2003, na Convenção de Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, identifica esse património com “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefactos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu património cultural. Este património cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana”. (UNESCO, 2003).

O Patrimônio Cultural Imaterial, conforme definido acima, manifesta-se em particular nos seguintes campos: tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial; expressões artísticas; práticas sociais, rituais e atos festivos; conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza e o universo; técnicas artesanais tradicionais. (UNESCO, 2003)

Refira-se ainda que, de acordo com a Convenção da UNESCO de 1972, o património natural é identificado com bens com características físicas, biológicas e geológicas extraordinárias; habitats de espécies animais ou vegetais em risco, áreas de grande valor do ponto de vista científico e estético ou do ponto de vista da conservação. Nesse sentido, de acordo com o documento, são considerados património natural ou paisagístico: “Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações, valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação; Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista a ciência, conservação ou beleza natural”. (UNESCO, 1972)

O crescente número de visitantes a sítios históricos e naturais tem feito com que os governos, empresários e comunidades locais promovam o seu património como recurso educacional e como recurso de desenvolvimento turístico. A estratégia mais utilizada na Europa e nos EUA tem sido a interpretação do património para visitantes, associada à sua revitalização. (Albano, 2002)

Com efeito, a interpretação do património pode cumprir uma dupla função de valorização: por um lado, valoriza a experiência do visitante, levando-o a uma melhor compreensão e apreciação do lugar visitado, por outro, valoriza o próprio património, tornando-o uma atração turística. (Albano, 2002)

“Além do valor intrínseco do património, ele está também associado a outras realidades igualmente significativas, entre as quais se podem referir as seguintes: origens/raízes, história, memória, testemunho e, ainda, como fonte de informação, portador de símbolos, factor de identidade e objecto de recordação”. (Mendes, 2009:187/188)

## **2.2. Turismo e desenvolvimento local**

O turismo é um sector estratégico para a competitividade da economia portuguesa. Segundo o Turismo de Portugal, no ano de 2011, o setor do turismo foi dos poucos sectores económicos no qual se verificou um crescimento, com um aumento das receitas turísticas a nível nacional na ordem dos 7% e a nível internacional de 6%. (Turismo de Portugal, 2012)

De facto, a indústria do turismo é detentora de um efeito multiplicador, capaz de movimentar e implicar os diversos domínios da sociedade, quer pela criação de emprego, quer por promover o investimento e inovação e criar novas oportunidades de desenvolvimento. Assume importância pela sua capacidade multifacetada de gerar riqueza e contribuir para a melhoria do bem-estar do cidadão. (Cunha, 1997)

Representa, nesse sentido, um sector estratégico no desenvolvimento nacional, com vantagens competitivas pela diversidade de recursos e características próprias do país. Apesar disto, nem sempre se tira partido do turismo da melhor forma. Segundo João Vieira, o turismo não é “convenientemente considerado nem nas políticas globais, nem nas políticas sectoriais, nomeadamente nas que dizem respeito ao território”. (Vieira, 2007:11)

Não há um consenso na definição de Turismo, nem uma definição clara. No entanto, segundo a Organização Mundial de Turismo (OMT), e sendo esta entidade uma referência internacional, o turismo são as atividades das pessoas que viajam e permanecem em lugares fora do seu ambiente usual por um período que não ultrapasse um ano consecutivo, por lazer, negócio ou outra razão. (OMT, 2003)

Mas existem outras definições e João Vieira referindo-se ao turismo evidencia a sua capacidade de despertar e provocar sensações, entendendo-o como “a vivência das emoções proporcionadas pelas características dos recursos existentes fora do local de residência habitual do turista e o conjunto de actividades socioeconómicas indispensáveis para que essa vivência se concretize”. (Vieira, 2007:18)

O termo turista, numa fase inicial, identificava “aqueles que viajam por prazer” (Cunha, 1997:3), sendo necessário fazer a distinção entre turista, visitante e excursionista, conceitos em constante atualização. (Vieira, 2007)

“O turista procura maximizar a vivência temporária das emoções proporcionadas pelas características dos recursos turísticos” colocando ênfase na qualidade, quer da experiência, quer do território. Toda a dinâmica envolta no turismo, o seu desenvolvimento e crescimento, manifestar-se-á sempre no próprio território. (Vieira, 2007:20)

Carmina Cavaco salienta que esta atividade económica atua em diferentes âmbitos, afirmando que “o turismo exprime, uma nova relação com o tempo, com o espaço, com os lugares e com o corpo, novas estruturas e relações sociais, essencialmente efémeras, novas liberdades”. (Cavaco, 2003:25) Assim se criam oportunidades regionais e locais e se alimentam novas dinâmicas de desenvolvimento.

Outro conceito a ter em consideração é o de recurso turístico, que constitui a parte fundamental da oferta turística e é definido como um “elemento natural, elemento artificial ou atividade humana capaz de motivar a deslocação de pessoas, por permitir a ocupação de tempos livres ou a satisfação de necessidades decorrentes da sua permanência, através de atrativos naturais ou culturais”. (Cunha, 2001:178)

O turismo enquanto prática comercial desenvolveu-se muito com os contributos do pós-guerra (2ª Guerra Mundial): o surgimento de multinacionais e grandes cadeias hoteleiras, maior exploração e comercialização de petróleo, introdução de direitos de trabalhador, como o direito a férias pagas, tornou-o massificado, uniformizado e rígido. (Poon, 2003)

Este tipo de turismo é característico das décadas de 50/70, em que a principal motivação era o lazer e a recreação. A ele se associava, por exemplo, a ideia de “areia, sol e mar”, levando ao desenvolvimento turístico de zonas costeiras de forma indiscriminada, onde os elementos únicos e diferenciadores não eram valorizados. Desta forma, se constituiu o que Auliana Poon (2003) designa por “*old tourism*”, onde há uma homogeneização de produtos e comunidades.

A expansão e o desenvolvimento das diferentes atividades económicas, sem obedecer a qualquer forma de regulamentação, conduziram a graves consequências económicas, sociais e ambientais, impondo-se a necessidade de mudanças de atuação a vários níveis, nomeadamente, no âmbito do turismo. Falhas foram identificadas a

nível do planeamento, ordenamento do território e dos sistemas e instrumentos de gestão territorial.

Mas na década de 90 houve transformações no setor, na forma como este respondia aos avanços tecnológicos, a um mundo cada vez mais globalizado, onde a informação se tornou mais acessível, indissociável da crescente internacionalização da economia e da uniformização de padrões de vida. Surgem assim novas tendências turísticas a contrariarem o turismo de massas, verificando-se o aumento do consumo especializado. A atividade passou a apostar na diferenciação dos produtos, recorrendo-se à cultura e ao património, a partir dos quais se desenvolveu o turismo cultural. A motivação turística passou a basear-se na procura de novos conhecimentos, novas culturas, costumes e tradições, mas sendo o turista um observador e consumidor passivo. Esta segmentação levou à descentralização do turismo e à exploração de novos centros de atracção. Contudo, a proliferação de ícones identitários e de produtos de turismo cultural colocou este tipo de turismo na iminência da massificação, levantando novas questões e necessidades de aplicação de novas estratégias. (Gonçalves, 2008)

O turismo cresceu em dimensão e importância, a par com o incremento da sua regulamentação, posicionando-se no centro de debate político. O próprio turista assume novas exigências, torna-se mais atento e preocupado com o que o rodeia. Procura um turismo mais responsável e de elevado valor de autenticidade, que apure os sentidos e permita novas experiências, aumentando a competitividade no setor. (Poon, 2003) Assim, surge o que Auliana Poon (2003) designa por “*new tourism*”, caracterizado por uma maior flexibilidade, segmentação, integração diagonal e experiências turísticas mais autênticas. O turista, “*new tourist*”, surge como agente integrante, que pratica a ação, sofrendo esta uma transformação quer na sua postura, quer nas suas exigências, o que leva a autora a identificar características que distinguem o “*old tourist*” do “*new tourist*”, conforme se apresenta na figura 1.

<b>Old tourist</b>	<b>New tourist</b>
Grupo	Individual
Sol e praia	Experiência
Seguir tendências	Afirmar a individualidade
Apenas para mostrar que foi	Apenas por diversão
Ter/Posse	Ser
Escapar	Realização

**Fig. 1: Old Tourist Vs New Tourist**  
**Fonte: adaptado de Auliana Poon (2003:132)**

Na procura de alternativas a um turismo massificado e de soluções para problemas gerados pelo setor, também têm lugar opções por experiências turísticas com base na natureza, associando-se estas ao Turismo de Natureza. Passam, então, a ser valorizados não só os recursos culturais, mas também os naturais e outros segmentos emergem, interligando-se as duas componentes, embora em diferentes proporções, consoante as motivações turísticas ou as estratégias de desenvolvimento e vocação dos destinos. Por outro lado, aumenta a preocupação ambiental e sustentabilidade dos recursos e destinos, o que exige um planeamento turístico mais sustentável.

Nesto processo evolutivo do turismo, a cultura surge como um dos principais recursos, pelo que o Turismo Cultural não deixa de ser um dos segmentos com maior expressão. Para além de assumir um papel de umas das principais motivações para viajar, tornou-se num recurso e fator de desenvolvimento económico e social, muito utilizado em estratégias de posicionamento na hierarquia dos lugares. (Richards & Wilson, 2006, cit. por Gonçalves, 2008)

Assim é possível falar de Turismo sustentável que, segundo a OMT, deve ser aquele que salvaguarda o ambiente e os recursos naturais, garantindo o crescimento económico da atividade, ou seja, capaz de satisfazer as necessidades das presentes e futuras gerações. (OMT, 2003)

Edgell indica que o conceito de turismo sustentável consiste em alcançar um crescimento de qualidade de uma forma que não destrua o ambiente natural e



construído e que preserve a cultura, a história e o património da comunidade local. (Edgell, 2006)

Segundo o Turismo de Portugal, “o turismo sustentável é aquele que garante:

- Rentabilidade e distribuição de riqueza, permitindo a participação e sustentabilidade económica e financeira dos diferentes atores;
- Valorização da herança cultural, das paisagens e da biodiversidade, assegurando a sua manutenção para as comunidades e clientes, atuais e futuros;
- Ecoeficiência dos produtos turísticos permitindo a redução do consumo de recursos e de emissões;
- Atratividade laboral, investindo no capital humano, oferecendo oportunidades de emprego desafiantes para as gerações atuais e futuras;
- Diversidade cultural, pondo em evidência as especificidades locais, criando experiências de valor para os clientes e as comunidades;
- Acessibilidade a todos, independentemente das condições físicas ou económicas”.

(Turismo de Portugal, 2009:18)

Em suma, e de acordo com Briassoulis e Straaten (1992), o turismo sustentável rege-se pelas seguintes orientações:

- Comunidade local – crescimento económico cuidadosamente planeado com empregos satisfatórios, sem dominar a economia;
- Ambiente – sem abusar do ambiente e respeitando a arquitetura local;
- Processo de tomada de decisão – local, mantendo as tradições e valores das sociedades locais;
- Benefícios – distribuídos;
- Turistas – providenciar experiências satisfatórias, com valor para o turista;
- Fornecedores de produtos/serviços – uso sustentável dos recursos a longo prazo, aceitando e valorizando valores ambientais e sociais para os turistas e comunidade local.

O termo desenvolvimento local deve ser determinado ao nível da menor escala territorial possível e a partir da identidade territorial das populações.

“O Desenvolvimento Local é um processo endógeno, geralmente assente em pequenas unidades territoriais capaz de promover o dinamismo económico e a melhoria da qualidade de vida das populações. Representa uma singular transformação nas bases económicas e na organização social ao nível local, resultante da mobilidade das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve aumentar as oportunidades sociais, a viabilidade e a competitividade da economia local, aumentando os rendimentos e as formas de riqueza, ao mesmo tempo que assegura a conservação dos recursos naturais”. (Carvalho, 2009:81)

Ainda segundo Carvalho, o desenvolvimento local poderá ainda ser definido como a melhoria das condições de vida das pessoas residentes nas zonas rurais, através de processos sociais que respeitem e articulem os seguintes princípios: eficiência económica, equidade social e territorial, qualidade patrimonial e ambiental, sustentabilidade, participação democrática e responsabilidade cívica. (Carvalho, 2009)

O desenvolvimento local enquadra-se assim numa perspetiva territorial integradora que procura valorizar e potenciar os recursos endógenos através de diversas iniciativas com o envolvimento e a participação de todos os agentes implicados no processo.

“Deste modo o Desenvolvimento Local é um método de promover um desenvolvimento que tem em conta todos os fatores que influenciam o local, partindo das potencialidades do mesmo, para atingir uma melhor qualidade de vida, um Desenvolvimento Local Sustentável. A potencialidade do local reside no facto deste assentar na diversidade, salientando a sua natureza única enquanto território potenciador de aspetos característicos e singulares”. (Franco, 2000, cit. por Carvalho et. al, 2009:505)

Segundo Turnes, desenvolvimento local sustentável é um processo de transformação da realidade que se preocupa fundamentalmente com a melhoria das condições de vida e bem-estar social da população local, a preservação do meio ambiente e a participação ativa, organizada e democrática da população para que esta possa garantir a sua própria sustentabilidade. (Turnes, 2004)

A definição oficial citada com maior frequência tem origem no Relatório Brundtland, produzido em 1987 pela Comissão Mundial sobre o Ambiente e Desenvolvimento, que considera o desenvolvimento sustentável como o “desenvolvimento que dá resposta às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras darem resposta às suas próprias necessidades”. (CMAD, 1987) De acordo com Careto e Lima, tal significa possibilitar às pessoas, agora e no futuro, atingirem um nível satisfatório de desenvolvimento social e económico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais. (Careto & Lima, 2006)

Em 1992, na conferência da Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento, Rio92, surge a Agenda 21, um documento que apela às autoridades locais de cada país para que desenvolvam um processo consultivo e consensual com as suas populações, sob forma de uma versão local da Agenda 21 para as suas comunidades - a Agenda 21 Local. Promove-se portanto o pensamento Global, frisando-se que este deve ser traduzido em ações locais - Pensar Global Agir Local.

Podemos considerar que o turismo será possivelmente a ferramenta mais adequada para impulsionar o desenvolvimento local sustentável.

Salgado e Leitão afirmam que “a atividade turística é um fenómeno estruturante nas organizações espaciais. Reestrutura as economias locais e regionais, induzindo a mobilidade ligada ao emprego, podendo promover a erosão de jovens activos em áreas não desenvolvidas, nomeadamente acelerando processos de exclusão territorial. Por outro lado, pode ter efeito contrário, levando à fixação da população em zonas marginais mais atractivas para o turismo. Assim, o turismo, o recreio e o lazer, pela certeza da sua singular dimensão espacial, deviam assumir a defesa intransigente desses mesmos espaços”. (Soneiro, 1991, cit. Por Salgado & Leitão, 2009:4)

De facto, o desenvolvimento turístico tem sempre impactos positivos e negativos a diversos níveis, quer ao nível de recursos, do próprio território, quer da população.

É um facto que, numa fase inicial, não se questionava o esgotamento dos recursos, mas tornou-se vital que o turismo terá que ter um crescimento orientado e regulado. A preocupação pela qualidade do turismo tornou-se fundamental.

Com efeito, “o desenvolvimento de ofertas turísticas associadas ao património, à história e à cultura em geral têm vindo a ser crescentemente assumidas como alternativas de novos produtos turísticos com elevado potencial para a dinamização do sector e, sobretudo, para o combate às debilidades detectadas, desde que se preservem alguns dos valores básicos das economias actuais, tais como os valores da sustentabilidade, da qualidade ou da diferenciação.” (Campos, 2010:7)

Como afirma João Vieira, “a qualidade do turismo só pode ser garantida com a sustentabilidade do seu desenvolvimento”. (Vieira, 2007:53)

### **2.3. Pedestrianismo e percursos pedestres: sua relevância para o turismo**

O pedestrianismo é uma das modalidades dos denominados Desportos de Natureza, desportos que incluem “todos aqueles cuja prática aproxima o homem da natureza de uma forma saudável e sejam enquadráveis na gestão das áreas protegidas e numa política de desenvolvimento sustentável”. (Fraga, 2005 cit. por Braga, 2007)

Pedestrianismo é a “actividade de percorrer distâncias a pé, na natureza, em que intervêm aspectos turísticos, culturais e ambientais, desenvolvendo-se normalmente por caminhos bem definidos, sinalizados com marcas e códigos internacionalmente aceites”. (Portaria n.º 1465/2004, de 17 de Dezembro)

Tovar, remetendo para Kouchner e Lyard, considera que o pedestrianismo envolve cerca de 3 milhões de praticantes em Itália e França, 10 milhões no Reino Unido e 30% dos suecos dedicam-se ao passeio em florestas ou caminhos rurais. Afirma ainda que esta atividade está em forte expansão em todos os países. De acordo com o Ministério da Saúde e dos Desportos francês, o número de pedestrianistas em França atinge, em 2009, os 5 milhões de praticantes. (Kouchner e Lyard, 2001 cit. por Tovar, 2010)

No estudo de Tovar, constata-se ainda que “o mercado de atividades de ar livre reflete a imagem dos produtos que lhes estão associados: é resistente. As atividades de ar livre continuam, de facto, a crescer, tanto pela facilidade de acesso como pelo baixo custo da sua prática. É certamente um dos sectores que melhor está a responder à atual crise económica. No conjunto de atividades de ar livre, o pedestrianismo destaca-se como uma atividade em crescimento, pela sua informalidade, baixo custo e fácil acesso”. (Tovar, 2010:21)

“O pedestrianismo apresenta assim factores que contribuem para a sua popularidade e crescimento entre as actividades de lazer: é uma actividade de baixo custo para o praticante, pouco exigente em termos de forma física, sendo praticado por mulheres, crianças e pessoas pertencentes às faixas etárias mais elevadas. A oferta de percursos sinalizados é cada vez mais abrangente em termos geográficos, tornando a actividade cada vez mais acessível a um maior número de pessoas”. (Tovar, 2010:22)

A competição não é um dos objetivos da prática pedestrianista, pelo contrário o que se pretende com a atividade é desfrutar do meio que nos rodeia (a paisagem, a cultura, a história, o património natural). Assim, podemos dizer que o pedestrianismo não é uma mera atividade desportiva, já que os trilhos não são um fim, mas um meio de aproximar as pessoas das paisagens, da história e da cultura e sobretudo das pessoas das zonas rurais, sendo para alguns autores considerada uma atividade que se situa “entre o desporto e o turismo”. (Fraga, 2005, cit. por Braga, 2007)

“O Pedestrianismo ao fazer deslocar as pessoas para as zonas rurais poderá promover o desenvolvimento socioeconómico, contribuindo para evitar a sua desertificação humana e poderá ajudar a rentabilizar a oferta da hotelaria, restauração, alojamento rural, turismo de habitação, etc”. (Braga, 2007:18)

Como referem Kouchner e Lyard (2001), “ignorado ou subestimado durante muito tempo, o turismo de passeio pedestre é hoje considerado como um desafio ao desenvolvimento local. Sendo actualmente uma actividade muito divulgada entre a população dos países europeus, o passeio evolui, passando da categoria de um lazer informal para uma verdadeira acção turística, potencialmente geradora de benefícios a nível local”. (Kouchner & Lyard, 2001, cit. por Tovar, 2010:31)

Para o pedestrianista o percurso é um meio para melhorar o seu conhecimento do ambiente, através da observação da beleza das paisagens, da diversidade da flora e da fauna e das formações geológicas, promovendo o respeito e a conservação do ambiente. (Braga, 2007)

O conceito de conservação esteve há poucos anos intrinsecamente ligado à tendência para a proibição. (Lopes, 2003, cit. por Duarte *et al.* 2010) No entanto à medida que a teoria da sustentabilidade foi ganhando força, a proibição foi sendo substituída pela gestão sustentada dos recursos que se traduz na conservação ativa pelo uso de práticas adequadas de exploração e utilização. (Duarte *et al.* 2010)

Segundo Salvati, os percursos são ou antigos caminhos ou caminhos abertos que têm como objetivo “aproximar o visitante ao ambiente natural, ou conduzi-lo a um atractivo específico, possibilitando seu entretenimento ou educação através de sinalizações ou de recursos interpretativos”. (Salvati, 2006 cit. por Braga, 2007)

“Os percursos pedestres, ou trilhos, constituem a principal infra-estrutura ou equipamento para a prática de pedestrianismo. São caminhos, marcados ou não, que

são promovidos e divulgados com esse propósito. Existem percursos pedestres em meio urbano, em meio rural, em áreas planas, em ambiente de montanha, no litoral e no interior. Existem percursos destinados apenas ao pedestrianista, outros abertos também a veículos não motorizados e ainda uns onde pode ocorrer trânsito automóvel. Os percursos pedestres são equipamentos mais ou menos informais, tal como pode ser a própria actividade de pedestrianismo”. (Tovar, 2010:22)

“A criação de um percurso pedestre implica a preparação de um caminho, normalmente pré existente, de maneira a que os seus utilizadores se sintam seguros e confortáveis quando o percorrem. A implementação de um percurso pedestre constitui muitas vezes uma forma de revitalização de antigos caminhos, que com o desenvolvimento dos transportes, por um lado, e o declínio da agricultura e pastorícia, por outro, deixaram de ser usados. Depois de definido o traçado do percurso, pode incluir acções de desmatização e limpeza, colocação de protecções laterais em passagens menos seguras, construção de pequenas pontes, instalação de áreas de descanso e, evidentemente indispensável, a sinalização”. (Tovar, 2010:23)

O grau de dificuldade de um percurso varia de pessoa para pessoa, dependendo da sua condição física, daí ser muito subjetiva esta classificação. Contudo, alguns fatores como a extensão, o tipo de terreno, o desnível e a climatologia (o frio ou o calor excessivos não facilitam as caminhadas) devem ser considerados ao estabelecer o grau de dificuldade de um percurso (Jumping, 1997, cit. por Braga, 2007).

São diversas as formas dos percursos: linear, circular, oito, em anéis contíguos, em anéis satélites<sup>4</sup> e em labirinto<sup>5</sup> (Braga, 2007).

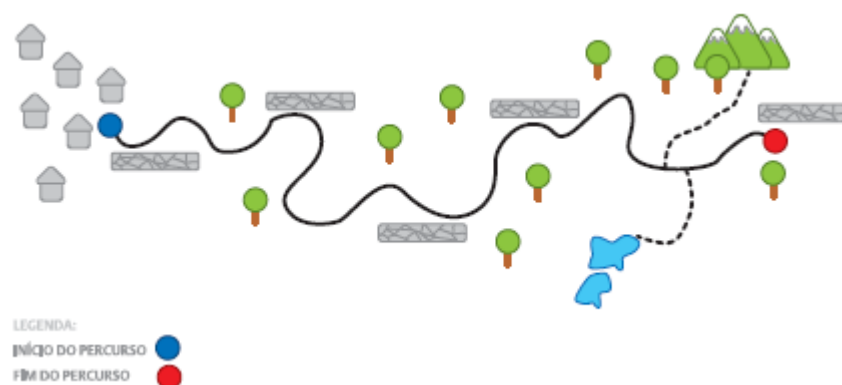
De seguida apresentam-se as formas que, na nossa perspetiva, se adaptam melhor ao território onde se pretende intervir.

---

<sup>4</sup> Anéis satélites, tal como os anéis contíguos, fazem aumentar o número de possibilidades de escolha, mas com a particularidade de ter um percurso principal central.

<sup>5</sup> A forma labirinto explora uma dada região ao máximo, apresentando uma grande variedade de opções. Mais do que nas anteriores, é importante que o trilho esteja muito bem sinalizado.

A forma do trilho Linear é a mais adequada para percursos de longa distância e para os que têm um objetivo específico como, por exemplo, ligar duas localidades. Para aumentar a variedade de aspetos a observar é possível acrescentar algumas variantes ou variações. (Braga, 2007)



**Fig. 2: Trilho Linear**  
Fonte: adaptado de Braga (2007)

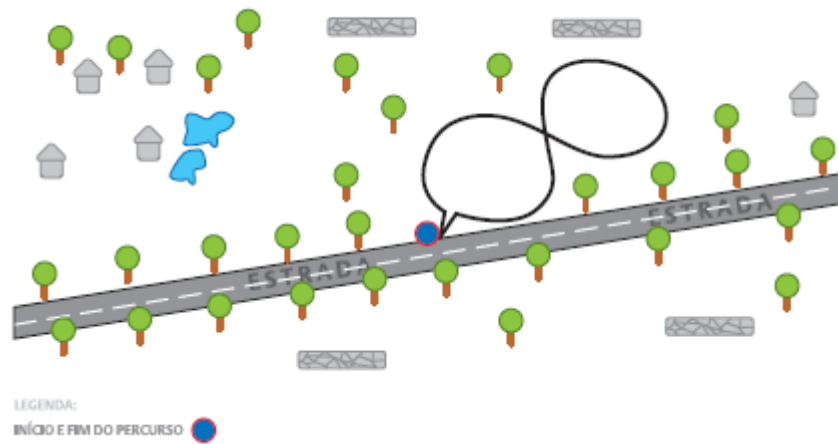
A forma do trilho Circular é uma forma mais interessante pois oferece a possibilidade de voltar ao ponto de partida sem percorrer o mesmo trajeto, suavizando-se, assim, a pressão exercida sobre o caminho e o ambiente. (Braga, 2007)



**Fig. 3: Trilho Circular**  
Fonte: adaptado de Braga (2007)

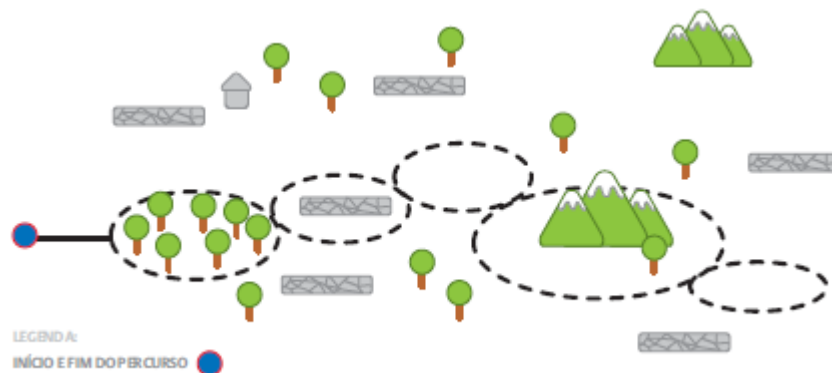


A forma do trilho em Oito é usada em áreas pequenas, pois aumenta a possibilidade de uso destes espaços. (Braga, 2007)



**Fig. 4: Trilho em Oito**  
**Fonte: adaptado de Braga (2007)**

O trilho em Anéis Contíguos oferece aos visitantes diversas hipóteses de percurso, de acordo com as suas capacidades físicas ou outras motivações daqueles que o percorrem. (Braga, 2007)

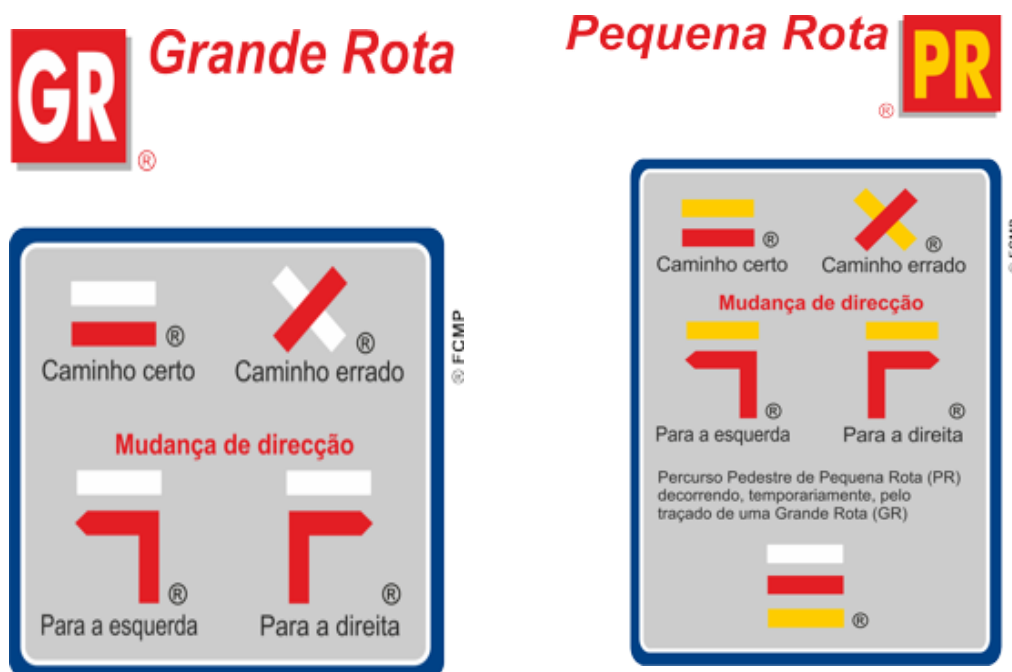


**Fig. 5: Trilho em Anéis Contíguos**  
**Fonte: adaptado de Braga (2007)**

Quanto à extensão dos trilhos/percursos, as hipóteses são diversas, podendo dividir-se estes em dois grupos: os percursos de grande extensão, de itinerância, que atravessam regiões ou mesmo países, que não se percorrem num dia, e os percursos de menor dimensão, que podem ser percorridos numa jornada. Os primeiros são denominados percursos de Grande Rota (GR) e têm, geralmente uma extensão superior a 30 km. Os segundos, são os percursos de Pequena Rota (PR) e a sua extensão não deve exceder os 30 km. (Tovar, 2010)

A sinalização/marcação de um percurso ou trilho pedestre é bastante importante. Um percurso pedestre bem sinalizado pode ser percorrido em total segurança e de forma autónoma.

De seguida, na figura 6, é apresentado o significado das marcações que guiam o percurso.



**Fig. 6: Significado das marcações de Grande Rota e Pequena Rota**  
**Fonte: FCMP – Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal.**

As marcas desenham-se com tinta, de preferência pouco agressiva para o meio ambiente, em locais bem visíveis, como árvores, postes, pedras e outros suportes fixos que existam no percurso, evitando, obviamente, monumentos, edifícios particulares ou outros que não sejam adequados.

A sinalização pode ser complementada com placas e painéis indicativos e informativos (ver figura 7), com o objetivo de fornecer aos utilizadores mais informação sobre o trilho.



**Fig. 7: Suportes de sinalização em percursos pedestres**  
**Fonte: adaptado Tovar (2010)**

Segundo a análise de Tovar, as placas informativas “são sinais que prestam informação complementar e não propriamente sobre o percurso em si. Assinalam, por exemplo, locais de acampamento, abastecimento, miradouros, transportes, etc. Geralmente, apresentam forma quadrada, tamanho variável e material resistente ao exterior”. (Tovar, 2010:25)

As placas indicativas “orientam para determinado ponto de interesse próximo do percurso: um monumento, uma povoação ou um miradouro, por exemplo, indicando a distância. A sua forma é rectangular com um dos lados em forma de «flecha», indicando a direcção a seguir”. (Tovar, 2010:25)

Os painéis informativos “encontram-se, habitualmente, no início do percurso, ou em pontos de acesso ao percurso. Contêm informação sobre o percurso em si, sobre a área envolvente e outra informação que possa ser útil para o pedestrianista. Assim, pode encontrar-se neste tipo de painéis, em relação ao percurso: mapa ou esquema, distância total, grau de dificuldade, descrição genérica e legenda das marcas utilizadas e entidade responsável; em relação à área envolvente: informação histórica, património natural e cultural, descrição da paisagem, contactos úteis e de emergência / segurança, transportes, locais de alojamento, restaurantes, ou qualquer outra informação considerada oportuna”. (Tovar, 2010:25)

Refira-se que os percursos pedestres assumem importância como forma de complementar a experiência do turista num determinado destino, ao constituírem mais uma oferta de atividade em que o turista pode participar, mas também podem assumir o papel principal no produto turístico e constituírem a razão da deslocação ao destino.

Há que considerar, além disso, e segundo Oliveira, que “os percursos pedestres sinalizados constituem ferramentas úteis para a conservação do património, no entanto para que assumam essa finalidade necessitam obrigatoriamente de planeamento, ordenamento e de controlo.” (Oliveira, 2000, cit. por Matos et. al, 2001) Se for atendida a capacidade de carga do meio e se o seu desenvolvimento se organizar de uma forma ordenada e equilibrada, o pedestrianismo não causará grandes impactes ambientais. (Matos et. al, 2001)

Os percursos pedestres devidamente marcados e sinalizados, em áreas de grande interesse, promovidos e monitorizados com vista à sua manutenção, tornam-se apetecíveis como produtos de turismo ativo, dignificam os promotores e contribuem para o desenvolvimento socioeconómico das regiões onde se encontram implantados.

O Turismo de Natureza, de acordo com o Plano Estratégico Nacional de Turismo (2007) e conforme referenciamos no próximo capítulo, faz parte do

conjunto de 10 produtos turísticos estratégicos para Portugal, definidos tendo em conta as características do país e o potencial de crescimento do mercado.

Havendo condições para o desenvolver, o turismo de passeio pedestre, enquadrado sobretudo no âmbito do Turismo de Natureza, poderá constituir um produto a promover no país, com impactos importantes para alguns destinos internos, seja ao nível da sua revitalização, seja ao nível da sua afirmação como destino turístico. As regiões definidas como prioritárias para o desenvolvimento do Turismo de Natureza são os Açores, a Madeira, o Porto e Norte e o Centro. (PENT, 2007)

## **2.4. O turismo no Centro de Portugal no âmbito do Plano Estratégico Nacional de Turismo**

O Plano Estratégico Nacional do Turismo foi uma iniciativa do Governo, com início em 2006, cuja elaboração ficou a cargo do Ministério da Economia e da Inovação. Este Plano tem como finalidade definir as ações para o crescimento sustentado do turismo nacional num período de 10 anos, sintetizando as conclusões do diagnóstico, objetivos e linhas de desenvolvimento estratégico para o setor. Prevendo-se a revisão periódica dos seus objetivos, políticas e iniciativas, no sentido de melhorar a resposta à evolução do contexto global e do setor turístico, foi feita a sua revisão em 2013, tendo em vista o horizonte temporal 2013-2015.

O setor do turismo desempenha, com efeito, um importante papel na economia portuguesa (11% do PIB em 2004, segundo PENT, 2007) e as perspetivas de crescimento do mercado mundial representam uma oportunidade para Portugal desenvolver ainda mais o setor.

Assim, de acordo com o PENT, a estratégia de desenvolvimento do turismo em Portugal, assenta em 3 pilares:

1. Portugal deverá ser um dos destinos de maior crescimento na Europa;
2. O desenvolvimento do turismo deverá basear-se na qualificação e competitividade da oferta;
3. O setor do turismo deverá ser transformado num dos motores de crescimento da economia nacional. (PENT, 2007)

A concretização dos objetivos definidos para o setor passa por uma aposta nos fatores que mais diferenciam Portugal de outros destinos: “clima e luz”, “história, cultura, tradição e mar”, “paisagem e património natural” e “diversidade concentrada”, bem como em elementos que qualificam Portugal para o leque de opções dos turistas: “segurança” e “hospitalidade”. (PENT, 2013)

Neste contexto, o PENT estabelece linhas de desenvolvimento estratégico, entre as quais salientamos de seguida, aquelas que se consideram especialmente pertinentes para o nosso estudo.

1. Consolidar e desenvolver 10 produtos turísticos estratégicos

Portugal dispõe de recursos e fatores que lhe conferem especificidades que importam potenciar, sendo identificados 10 produtos turísticos estratégicos.

De seguida, apresentam-se os 10 produtos turísticos estratégicos, produtos que foram reorganizados na revisão do PENT em 2013:

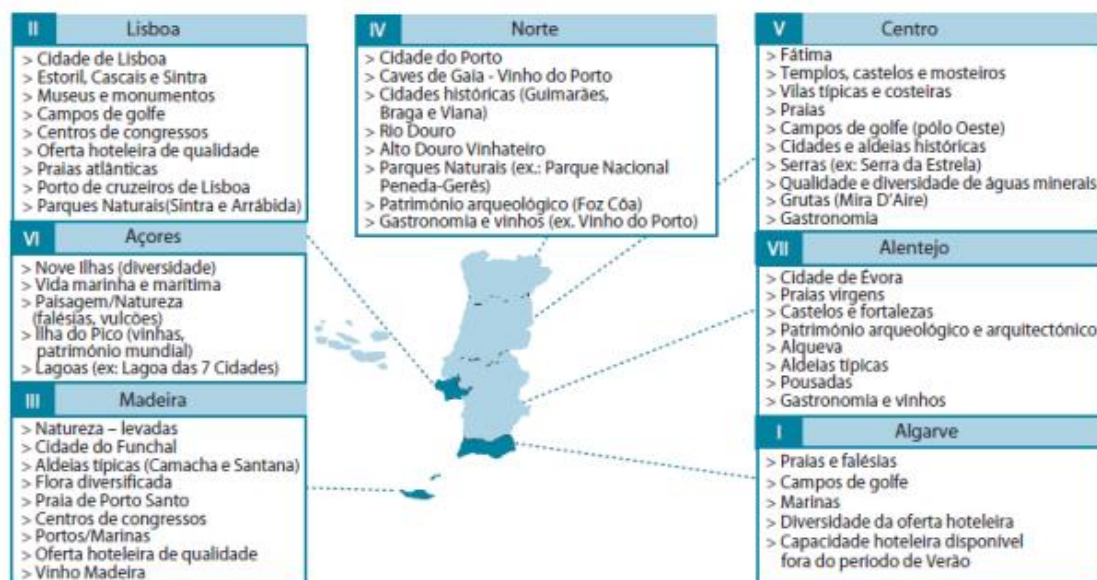
PENT 2007	REVISÃO 2013
Sol e mar	Sol e mar
<i>Touring</i>	Circuitos turísticos religiosos e culturais
Turismo de Negócios	Turismo de Negócios
<i>City Breaks</i>	Estadias de curta duração em cidade
Golf	Golf
Turismo de Natureza	Turismo de Natureza
Turismo Náutico	Turismo Náutico
<i>Resorts</i> Integrados e Turismo Residencial	Turismo Residencial
Saúde e Bem-estar	Turismo de Saúde
Gastronomia e Vinhos	Gastronomia e Vinhos

**Fig. 8: Reorganização dos produtos turísticos estratégicos**  
**Fonte: Elaboração própria**

2. Desenvolver formas distintivas para as regiões, alinhadas com a proposta de valor para Portugal, capitalizando a vocação natural de cada região e desenvolvendo fatores de qualificação

O PENT identifica os principais recursos por região (NUT II), sendo que a proposta de valor de cada região deverá estar alinhada com a proposta de valor do destino Portugal.

Na figura 9 apresentam-se, de forma simplificada, os principais recursos por região (NUT II) sendo de destacar nesta apresentação, a região Centro, onde se enquadra o concelho de Pombal.



**Fig. 9: Principais recursos por região (NUTS II)**  
**Fonte: PENT (2007)**

De referir que para a Região Centro, foram estabelecidos os seguintes objetivos em 2007:

- Crescimento em número de turistas e valor (mais nacional do que internacional);
- Região para passear e cross-selling com Lisboa (Pólo Oeste) e o Porto;
- Atração de turistas estrangeiros através da aposta nos produtos *Touring* (redefinido em 2013, como Circuitos turísticos religiosos e culturais) e Turismo de Natureza;
- Destino prioritário para o *Touring*, Turismo de Natureza e Gastronomia e Vinhos.

“A estratégia de desenvolvimento de produto tem por objeto os mercados externos, situação que beneficia igualmente o mercado interno, tendo como premissa a necessidade de concentração de esforços, evitando a dispersão em ações de reduzido impacto”. (PENT, 2013:22)

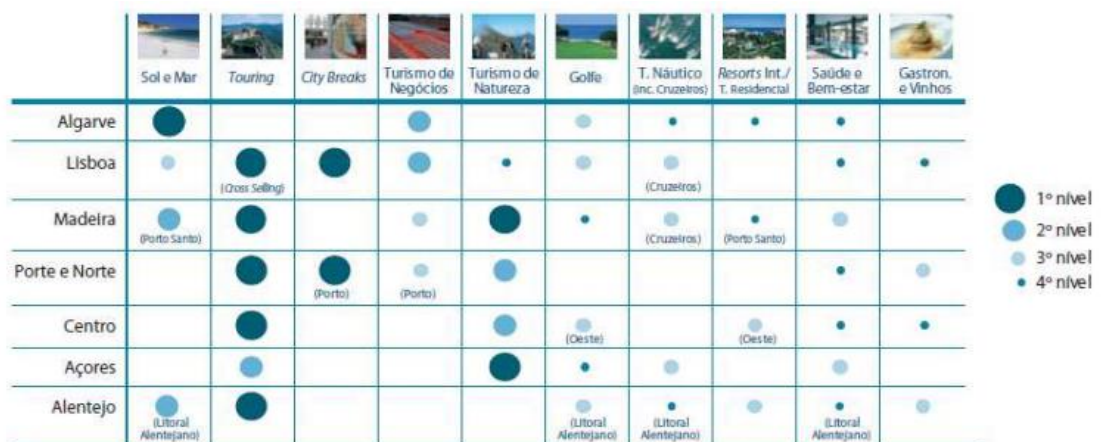


Com a revisão do PENT feita em 2013, classificaram-se, na região Centro, os produtos turísticos segundo a situação do produto:

- Produto consolidado: oferta organizada, procura primária e objeto de promoção externa;
- Produto em desenvolvimento: oferta em estruturação, procura primária e objeto de promoção externa;
- Produto complementar: valoriza e enriquece a oferta e corresponde à satisfação de uma motivação secundária de viagem;
- Produto emergente: requer estruturação para atuação no médio prazo.

Com esta classificação, temos na zona Centro como produto consolidado os “Circuitos Turísticos Religiosos e Culturais”; como produto em desenvolvimento temos o Turismo de Natureza com os “passeios” e o Turismo de Saúde com as “termas”. Como produtos complementares a “Gastronomia e Vinhos”, o “Sol e Mar” e o “*spa*” (Turismo de Saúde). Como produto emergente encontra-se o “*surfing*”, no produto Turismo Náutico.

Considerando os 10 produtos turísticos estratégicos identificados para o crescimento sustentado do setor turístico em Portugal, e, considerando os fatores distintivos que cada região apresenta, são identificados na figura 10, a contribuição dos diversos produtos para cada região.

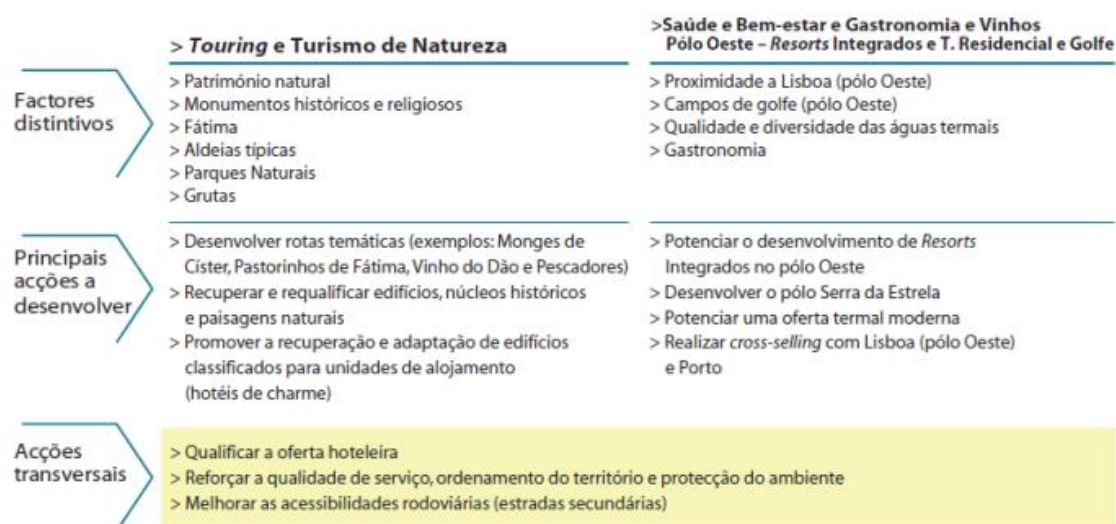


**Fig. 10: Contribuição dos produtos para cada região.**

Fonte: PENT (2007)

Na região Centro é de destacar a importância do Touring que aparece como o produto estratégico mais importante (1.º nível), seguido do Turismo de Natureza (2.º nível) e por fim, Saúde e Bem-estar e Gastronomia e Vinhos, ambos num 4.º nível de importância (conforme figura 10).

Tendo por finalidade a melhoria do desempenho da região, define-se no PENT um conjunto de ações a desenvolver, das quais destacamos, a recuperação e requalificação de edifícios, núcleos históricos e paisagens naturais.



**Fig. 11: Proposta de potenciais ações a aprofundar para a região Centro**  
**Fonte: PENT (2007)**

- Desenvolver e inovar conteúdos tradicionais portugueses que constituam fatores de diferenciação turística
- Tornar a qualidade urbana, ambiental e paisagística numa componente fundamental do produto turístico para valorizar e qualificar o destino Portugal

Os objetivos e linhas de desenvolvimento estratégico para o setor turístico são materializados no PENT 2007 em 5 eixos estratégicos, através de 11 projetos de implementação.

Eixos estratégicos:

- Território, destinos e produtos
- Marcas de mercados
- Qualificação de recursos
- Distribuição e comercialização
- Inovação e conhecimento

Projetos de Implementação:

1. Produtos, destinos e pólos
2. Intervenção em Zonas Turísticas de Interesse (urbanismo, ambiente e paisagem)
3. Desenvolvimento de conteúdos distintivos e inovadores
4. Eventos
5. Acessibilidade aérea
6. Marcas, promoção e distribuição
7. Programa de qualidade
8. Excelência no capital humano
9. Conhecimento e inovação
10. Eficácia do relacionamento Estado-Empresa
11. Modernização empresarial

A Estratégia de desenvolvimento para a zona Centro, segundo PENT (2013), supõe a estruturação da oferta de circuitos turísticos religiosos e culturais e de turismo de natureza para promoção internacional.

Ao nível do produto, destacam-se, no mesmo documento, as seguintes linhas de atuação:

- “Nos circuitos turísticos religiosos e culturais, verifica-se a necessidade de colocar os recursos georreferenciados em valor e desenvolver conteúdos e informação para o cliente, bem como incentivar e diversificar as experiências de turismo rural e colocar o produto no mercado.
- No turismo de natureza, na vertente passeios, verifica-se a necessidade de desenvolver infraestruturas e serviços especializados, diversificar experiências de turismo rural e criar conteúdos e a sua disponibilização em canais, colocar o produto dos passeios a pé, de bicicleta ou a cavalo no mercado”. (PENT, 2013:28)

## **CAPÍTULO III**

### **3. ABIÚL, FREGUESIA DO CONCELHO DE POMBAL, COMO OBJETO DE ESTUDO**



### 3.1. Localização geográfica e caracterização geomorfológica de Abiúl

Abiúl é uma freguesia portuguesa que pertence ao Concelho de Pombal, concelho integrado no Distrito de Leiria.

Com 54.14 km<sup>2</sup>, a freguesia é constituída por 54 lugares. A saber: Abelheira - Abiul - Aldeia do Rio - Almezinha - Alto do Vale Pernetto - Amieira - Aroeiras - Azenha - Berloga - Boiças - Brejos - Brinços - Campodónio - Cancelinha - Cardais - Carrapia - Carrascal - Casais Novos - Casalinho - Castelo - Corujeiras - Costa das Casinhas - Cumeada - Fontainhas - Fonte da Gota - Fonte da Praceta - Gaiteiro - Gesteira de Baixo - Gesteira de Cima - Lagoa de Ceiras - Lagoa de Santa Catarina - Lameirinha - Lapa - Loureira - Maças - Mata da Pragueira - Milhariças - Portela do Fojo - Portela do Sobral - Ramalhais de Baixo - Ramalhais de Cima - Rebolo - Ribeira de Ansião - Sobreira - Tissuaria - Valdeira - Vale da Figueira - Vale das Velhas - Vale do Milho - Vale Mourão - Vale Pernetto - Vale Verde - Ventoso - Zambujais. Na vila passa um ribeiro a que chama Seiçal.

Abiúl tem como vias de ligação o Itinerário Complementar nº8 (IC8) e as Estradas Municipais nº501 e nº532. O transporte rodoviário conta ainda com vias de carácter local e interurbano, vias em razoável estado de conservação.

Uma parte da freguesia de Abiúl encontra-se inserida na unidade geomorfológica – Maciço de Sicó/Alvaiázere<sup>6</sup>, sendo caracterizada por ausência quase total de escoamento superficial, que de certa forma condiciona o desenvolvimento da vegetação natural assim como das atividades humanas mais tradicionais, como é o caso da agricultura. A elevada permeabilidade do calcário, permite infiltrações significativas da água, dando origem a formas cársicas de superfície e de profundidade, devido à ação erosiva desta. (Câmara Municipal de Pombal, 2013b)

---

<sup>6</sup> A integração de Abiúl no Maciço de Sicó evidencia-se nos símbolos do brasão da vila, ver capítulo 3.5..

### 3.2. Análise socioeconómica de Abiúl

Segundo os Censos realizados em 2011, na Freguesia de Abiúl habitam 2729 pessoas, sendo a densidade populacional de 50,4hab/km<sup>2</sup>.

Freguesia	Área (Km <sup>2</sup> )	População residente	Densidade Populacional
Abiúl	54,14	2729	50,41

**Fig. 12: Densidade populacional por freguesia no concelho de Pombal, 2011**  
 Fonte: Adaptado de Câmara Municipal de Pombal, 2013c (INE, Censos 2011, CAOP 2012)

Tomando-se como referência o ano de 1900 e fazendo-se a análise da evolução da população de Abiúl desde então até 2011, verifica-se, conforme a figura 13, um crescimento populacional contínuo até 1950, registando-se a partir dessa década uma diminuição da população, situação que se mantém até aos dias de hoje.

	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Abiúl	3388	3623	3771	4172	4751	5190	5180	4625	3845	3217	3090	2729

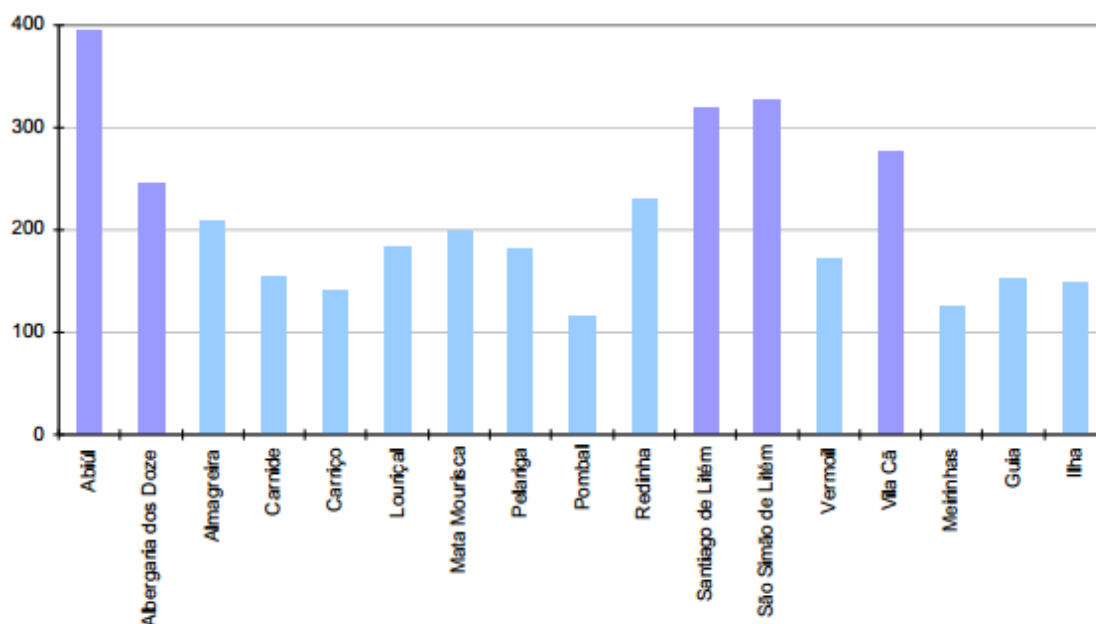
**Fig. 13: Evolução da população total por freguesia, 1900 a 2011**  
 Fonte: Adaptado de Câmara Municipal de Pombal, 2013c (Recenseamentos gerais da população e Censos estatísticos, INE)

De referir que, para além da saída de pessoas para o estrangeiro, há pessoas da freguesia que deslocam para outros locais do país, na expectativa de arranjar emprego e de poder melhorar as suas condições de vida.

O fenómeno migratório, por sua vez, faz regressar à terra um número significativo de pessoas em determinadas épocas, como é o caso do Verão, pessoas que, no entanto, não integram o cômputo populacional, já que apenas, temporariamente, se encontram na freguesia.

Se analisarmos a Fig. 14, verificamos ainda que Abiúl é a freguesia do concelho de Pombal com o maior índice de envelhecimento populacional, sendo este envelhecimento resultado do reforço do peso da emigração e da redução da taxa de natalidade.





**Fig. 14: Índice de envelhecimento por freguesia, 2011**  
 Fonte: Câmara Municipal de Pombal, 2013c (Censos 2011, INE)

O duplo envelhecimento da população, traduzido no aumento da proporção da população idosa (envelhecimento no topo) e na diminuição da população jovem (envelhecimento na base) constitui uma das consequências mais visíveis desse processo de envelhecimento.

No que respeita a níveis de escolaridade, a população sem instrução é, na freguesia de Abiúl de 18% conforme Fig. 16.

Dado que a taxa de analfabetismo é um indicador que evidencia problemas ao nível da qualificação da população, o número de indivíduos sem instrução que existem em Abiúl, 913 (conforme Fig. 15) num universo de 2729 habitantes, evidencia problemas a este nível na freguesia.

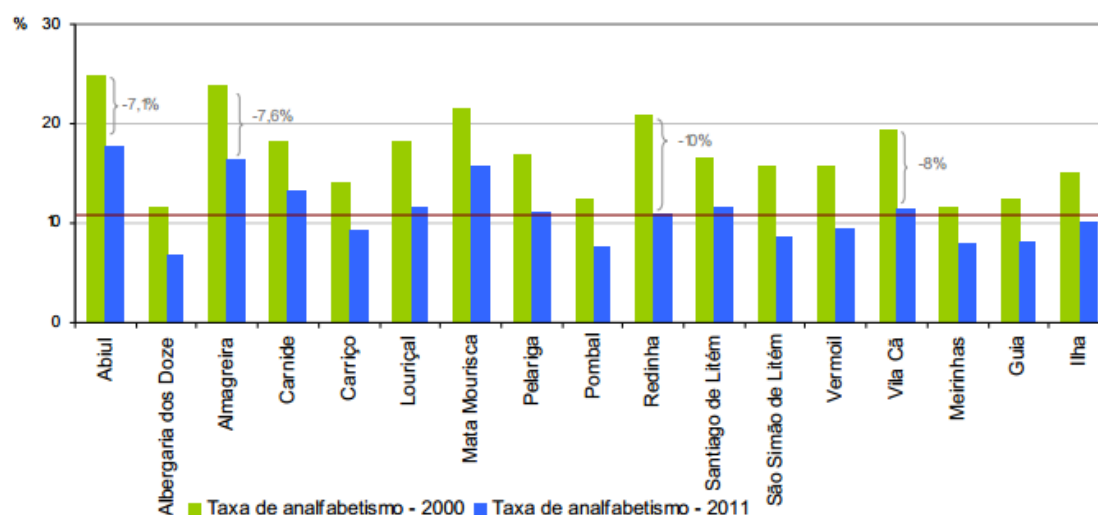
	Sem Instrução	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Pós-secundário	Superior
Abiúl	913	897	290	304	188	15	122

**Fig. 15: População residente segundo o nível de instrução em Abiúl, 2011**  
 Fonte: Adaptado de Câmara Municipal de Pombal, 2013c (Recenseamentos gerais da população e Censos estatísticos, INE)



**Fig. 16: Taxa de analfabetismo por freguesia, 2011**  
 Fonte: Câmara Municipal de Pombal, 2013c (Censos 2011, INE)

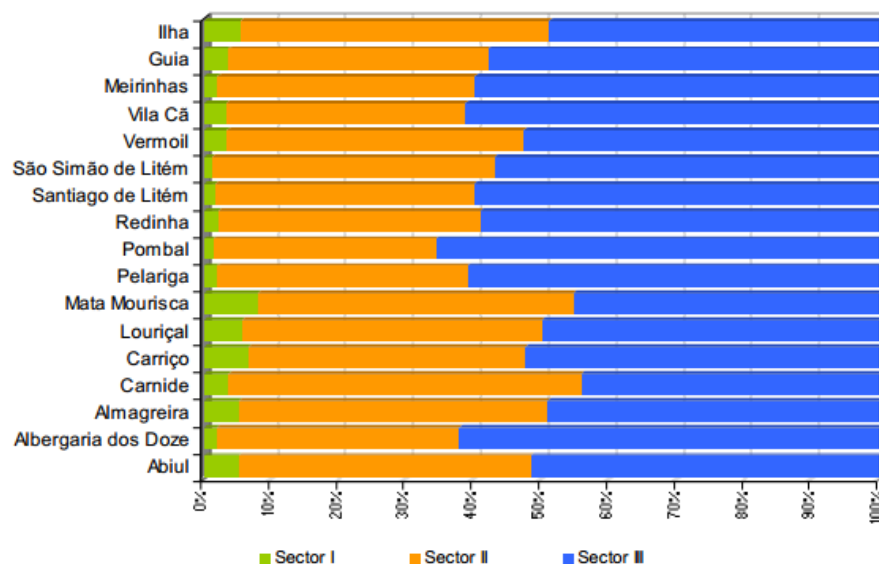
Contudo, será de salientar, que apesar da taxa de analfabetismo ainda existente em Abiúl, a mesma tem vindo a diminuir, sendo Abiúl, no conjunto das freguesias do concelho de Pombal, uma das freguesias que tem registado uma diminuição mais acentuada a esse nível (Fig.17).



**Fig. 17: Taxa de analfabetismo nas freguesias do concelho de Pombal, 2000/2011**  
 Fonte: Câmara Municipal de Pombal, 2013c (Censos 2001 e 2011, INE)

Ao nível económico, Abiúl é uma das freguesias do concelho de Pombal com maior percentagem de população ativa no “Sector I”, apresentando valores superiores a 5% de população ativa ligada ao sector (conforme Fig. 18). Esse valor tem subjacente a própria posição de interioridade de Abiúl a nível concelhio e a sua própria localização no maciço da Sicó. Nesse sentido, as atividades agrícolas ainda se encontram evidentes na freguesia, estando associadas a uma agricultura de subsistência.

No que respeita aos sectores secundário e terciário, existe uma zona industrial e diversos serviços na vila, detendo o “Sector III” proporcionalmente ao “Sector II”, maior expressão na freguesia, conforme Fig.18.



**Fig. 18: População ativa por setor de atividade e freguesia em 2011**

Fonte: Câmara Municipal de Pombal, 2013c (Censos 2011, INE)

### **3.3. O Plano Diretor Municipal de Pombal e a Agenda 21 Local: diretrizes definidas com impactos nas freguesias do concelho**

O conceito de ordenamento do território versado na Carta Europeia do Ordenamento do Território foi transposto para a nossa ordem jurídica com a publicação da Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto, que estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo.

Segundo o disposto no n.º 2 do artigo 1.º da Lei mencionada, a política de ordenamento do território e de urbanismo visa “assegurar uma adequada organização e utilização do território nacional, na perspectiva da sua valorização, designadamente no espaço europeu, tendo como finalidade o desenvolvimento económico, social e cultural integrado, harmonioso e sustentável do país, das diferentes regiões e aglomerados urbanos”. (Câmara Municipal de Pombal, 2013a)

Sendo a política do ordenamento do território uma tarefa que compete essencialmente à Administração Pública, com a sua implementação procuram-se atingir objetivos específicos, que se encontram identificados na Lei de Bases da Política do Ordenamento do Território e de Urbanismo dos quais são de salientar os seguintes:

- “Melhoria das condições de trabalho das populações, no respeito pelos valores culturais, ambientais e paisagísticos;
- Distribuição equilibrada das funções de habitação, trabalho, cultura e lazer;
- Criação de oportunidades diversificadas de emprego como meio para a fixação de populações, particularmente nas áreas menos desenvolvidas;
- Reabilitação e revitalização dos centros históricos e dos elementos de património cultural classificados;
- Aplicação de uma política de habitação e de recuperação ou reconversão das áreas urbanas degradadas;
- Salvaguarda dos valores naturais essenciais”. (Câmara Municipal de Pombal, 2013a)

A política de ordenamento do território é concretizada através do sistema de gestão territorial que se organiza em 3 âmbitos distintos: o âmbito nacional, o âmbito regional e o âmbito municipal, sendo neste último, que se enquadra o Plano Diretor Municipal que, enquanto instrumento de planeamento territorial, “estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial, a política municipal de ordenamento do território e de urbanismo e as demais políticas urbanas, integra e articula as orientações estabelecidas pelos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional e regional e estabelece o modelo de organização espacial do território municipal”<sup>7</sup>.

Na elaboração de um Plano Diretor Municipal, são devidamente considerados e ponderados os instrumentos de planeamento, de âmbito nacional e regional, com incidência na área geográfica do concelho em questão.

A política municipal de gestão territorial é definida de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e pelo Plano Regional de Ordenamento do Território, sendo que os planos municipais devem acautelar a programação e a concretização das políticas de desenvolvimento económico e social e de ambiente, com incidência espacial, constantes dos planos sectoriais (artigo 24.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial)<sup>8</sup>

Por seu lado, os planos especiais de ordenamento do território, sendo instrumentos de natureza regulamentar, vinculativos quer da administração, quer dos particulares, prevalecem sobre os planos municipais, pelo que estes últimos deverão ser compatíveis com aqueles.

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, estabelece um conjunto de objetivos estratégicos para Portugal, os quais constituem o quadro referencial de compromissos das políticas com incidência territorial, dos quais salientamos o objetivo de “Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e monitorizar, prevenir e minimizar os riscos” (PNPOT, 2007:13), objetivo este com relevância para o presente trabalho.

---

<sup>7</sup> Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro.

<sup>8</sup> Idém.

Por sua vez, o Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro estabelece como um dos objetivos estratégicos o aproveitamento do potencial turístico, dando projeção internacional ao património natural, cultural e paisagístico. De destacar também a visão estratégica que se baseia em vários eixos, dos quais vale a pena referir a valorização das complementaridades e sinergias entre recursos turísticos suscetíveis de reconhecimento pela procura e a valorização dos recursos culturais e patrimoniais como ativos específicos de afirmação. (PROT-C, 2011)

Torna-se indispensável, no âmbito deste estudo, a consulta de documentos estratégicos, respeitantes ao município de Pombal, que possam abordar a temática do Turismo, a fim de se identificarem os objetivos da autarquia a esse nível.

O Plano Diretor Municipal de Pombal assume como estratégia dinamizar de forma sustentada os pilares de desenvolvimento do concelho de Pombal, aliando a história à modernidade, a preservação dos recursos naturais à promoção turística e à competitividade económica, de forma a melhorar equitativamente a qualidade de vida da população.

São objetivos do referido Plano:

- a) Tornar Pombal um concelho atrativo e competitivo a nível empresarial e logístico;
- b) Assumir Pombal como um destino do turismo de natureza;
- c) Valorizar de forma integrada os recursos naturais;
- d) Melhorar a qualidade de vida da população.

Baseado nos objetivos identificados, o Plano propõe o desenvolvimento municipal assente em quatro vetores estratégicos que partem de um objetivo geral coeso e se desdobram em linhas de orientação estratégica, consideradas prioritárias no quadro de ordenamento do concelho. A saber:

- a) Valorização do território e dos recursos naturais:
  - i. Ordenar o solo rural;
  - ii. Planear, transformar e gerir o solo urbano;
  - iii. Preservar e valorizar o património cultural e natural;
  - iv. Prevenir e minimizar riscos.

b) Potenciação da competitividade e pulsação económica:

- i. Revitalizar o setor agrícola e florestal;
- ii. Promover e dinamizar a atividade económica;
- iii. Potenciar o turismo como elemento estruturante.

c) Equidade, coesão social e desenvolvimento sustentável:

- i. Implementar políticas de coesão social;
- ii. Promover a valorização e integração profissional;
- iii. Otimizar a rede de equipamentos coletivos;
- iv. Potenciar e promover mais mobilidade e acessibilidades;
- v. Reforçar a qualificação das infraestruturas;
- vi. Fomentar a sustentabilidade ambiental.

d) *Co-cooperation* intermunicipal:

- i. Maximizar a posição geoestratégica do concelho;
- ii. Impulsionar Coesão territorial.

No referido Plano Diretor Municipal de Pombal, na secção das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, são objetivos a atingir na freguesia de Abiúl, os seguintes:

- Fortalecer a vivência e apropriação urbana, potenciando a vertente lúdica e turística ancorada na natureza singular do património em presença, o reforço da componente habitacional e a instalação de equipamentos de escala local;
- Privilegiar a proteção, conservação, recuperação e revitalização dos valores históricos, arquitetónicos e urbanísticos;
- Promover a estruturação e colmatação dos vazios urbanos. (Câmara Municipal de Pombal, 2013a)

No que diz respeito à Agenda 21 Local, supondo esta “um processo participativo, multisectorial”, que visa atingir os objetivos da Agenda 21, “através da preparação e implementação de um Plano de Ação estratégico de longo prazo dirigido às prioridades locais para o desenvolvimento sustentável.” (Agenda 21 Local Portugal, s.d.), constatamos pela análise da Agenda 21 de Pombal que não existe um plano específico para o desenvolvimento do turismo localmente, ainda que se pretenda, a esse nível, promover a dinamização e implementação de percursos pedestres: a prática de espeleologia, rapel, escalada, parapente, paramotor e pedestrianismo. (IPA, s.d.)



### 3.4. Resenha histórica sobre Abiúl

A origem da palavra Abiúl, não é consensual. Segundo Pinho Leal (1873) há quem defenda que Abiúl provém da palavra árabe Abizoude, composta de Abi (Pai) e zoude (aumentada), enquanto outros consideram que a sua origem radica no nome hebraico Abiud, Abiud que foi um dos ascendentes de Jesus Cristo, segundo os Evangelhos, filho de Zorobabel e pai de Elacim, da geração de David.

No que diz respeito à presença humana em Abiúl, apesar de existirem vários estudos sobre Abiúl, nenhum se refere a um passado pré-histórico. Da época visigótica, há quem admita que existem vestígios arqueológicos na Igreja da vila os quais se identificam com “dois lintéis que encimam as portas laterais da Igreja Matriz de Abiúl” (Almeida). Sendo essa a origem dos referidos lintéis<sup>9</sup> poder-se-ia fazer recuar a origem desta igreja à Alta Idade Média. No entanto, Fernando de Almeida considera que os vestígios existentes na Igreja, poderiam ter sido provenientes de Conímbriga, à imagem de outros vestígios semelhantes existentes em Soure e em Eira Pedrinha. (Almeida, 1966,cit. por Eusébio, 2007:38)

“No entanto, a distância não é tão curta que se possa afoitamente, pôr essa hipótese e por isso vamos mais pela origem local das pedras de Abiúl”. (Almeida, 1959:4)

Do passado de Abiúl, sabe-se, com certeza, que em 1167, foi concedida a Abiúl a primeira carta de foro. Com efeito, em 1167 Diogo Peariz (ou Didacus Peaiz, como refere Cunha (1996:3) ou Diogo Pais, como afirma Saul Gomes (2010:21) e sua esposa D. Isménia (ou Exemena, segundo Pinho Leal (1873) e Saul Gomes ou Eixemena, como pretende Cunha), concedem uma carta de foro aos habitantes de Abiúl (Anexo I), uma forma clara de atrair e fixar povoadores. (Eusébio, 2007) De salientar o facto de esta carta de foro apenas se referir a um único foro a pagar pelos habitantes de Abiúl, a décima de todo o pão, vinho, linho, alhos, cebolas e legumes, facto que nos permite ter uma ideia de quais as produções agrícolas existentes localmente, na altura. (Eusébio, 2007)

---

<sup>9</sup>Peça geralmente de madeira ou de pedra, que se coloca horizontalmente sobre as ombreiras de portas ou janelas. (Dicionário Priberam da Língua Portuguesa)

Por razões ainda não apuradas, a vila vem a passar, posteriormente, para a posse da Coroa, podendo tal ter acontecido, segundo hipótese levantada por Eusébio (2007), por falta de descendência da família de Diogo Peariz. Com efeito, oito anos depois da concessão da primeira carta de foro, em Setembro de 1175, D. Afonso Henriques concede Abiúl ao mosteiro de Lorvão (Anexo II). (Eusébio, 2007)

Na sequência dessa doação, o mosteiro de Lorvão concede foral aos habitantes de Abiúl, em 1206 (Anexo III), no reinado de D. Sancho I. (Eusébio, 2007)

“A segunda metade do século XIV e a primeira do século XV irão ser duramente atingidas pelas epidemias (entre elas, com especial destaque, a tristemente célebre Peste Negra), que, atravessando a Europa, trarão o seu cortejo de dor e morte. Daí o despovoamento sentido nalgumas zonas”. (Eusébio, 2007:69) Essa panorâmica aplica-se a Abiúl, já que dessa época existem relatos de casas desabitadas em ruínas, terras por lavrar há anos, tudo efeito da Peste que vitimou pessoas e deixou um rasto de “destruição” e de mortalidade, originando uma crise agrícola. (Eusébio, 2007)

“Abiúl vai deixar de ser senhorio do mosteiro de Lorvão”.<sup>10</sup> (Eusébio, 2007:87)

No ano de 1411, D. João I, concede a seu filho, o infante D. Pedro, entre outras terras, a terra de Abiúl. Como regente, durante a menoridade do seu sobrinho D. Afonso V, D. Pedro, procede, em 12 de Junho de 1439, à confirmação geral de todos os privilégios e forais da vila de Abiúl. (Eusébio, 2007)

A 9 de Julho de 1449, D. Afonso V doa, vitaliciamente, a Duarte Borges, seu guarda-roupa, pelos benefícios dele recebidos, «(...) mil e seiscentos reais brancos e cinquenta almudes de vinho e um moio de pão e três pares de capões que nos hão de pagar os moradores de Abiúl e seu termo, segundo pagavam ao dito infante (D. Pedro)». (Eusébio, 2007:68)

Esta doação a Duarte Borges deve-se ao facto de ter havido um desentendimento entre o rei D. Afonso V e seu tio D. Pedro, o qual culmina com a morte de D. Pedro, a 20 de Maio de 1449, na batalha de Alfarrobeira. Nesta batalha confrontaram-se as tropas do monarca, D. Afonso V e os aliados do Infante D. Pedro.

---

<sup>10</sup> Não se sabe ao certo a data, mas terá sido com certeza antes da doação da vila ao infante D. Pedro por D. João I.

Na sequência do desfecho da batalha, a vila de Abiúl, foi confiscada pela Coroa. (Moreno, 1980)

Segundo Cunha (1996), o beneficiário não entrou logo na posse dos mencionados bens, pois, “em 15 de Maio de 1453, encontrando-se el-rei D. Afonso V na Ribeira das Ferrarias, passa a Duarte Borges, «cavaleiro da nossa casa e nosso guarda-roupa» ” (Cunha, 1996:4), carta de doação em vida, da jurisdição civil e crime de Abiúl, ressaltando a correição e a alçada.

Em 1462, “a pedido de D. Afonso V”, Duarte Borges devolveu à coroa a vila de Abiúl. O monarca doou-a, por sua vez, a D. Pedro, filho do infante D. Pedro. (Moreno, 1980:739)<sup>11</sup>

E assim em 1464, Lopo de Albuquerque que no ano anterior passara a ser camareiro e guarda-roupa do rei, recebe a vila de Abiul a par de outras terras.<sup>12</sup>

“A 7 de Março de 1467, Lopo de Albuquerque, conde de Penamacor, concede Abiúl à sua futura esposa D. Leonor de Noronha como garantia das arras prometidas na escritura antenupcial. Esta, por seu turno, vê confirmada a posse por alvará de 15 de Dezembro de 1496. Posteriormente, por carta de 6 de Setembro de 1501, a condessa teve autorização régia para trespassar as rendas e a jurisdição da vila a Gonçalo da Silva.” (Eusébio, 2007:87) Em função dessa autorização, Gonçalo da Silva, filho de João da Silva, Senhor de Vagos, e de D. Branca Coutinho, veio a ser Alcaide-mor e Senhor de Abiúl. (Moreno, 1980) Gonçalo da Silva faleceu em 1521, tendo a sua esposa, D. Joanna continuado em Abiúl até à sua morte em 1542. (Eusébio, 2007)

André da Silva, filho de Gonçalo da Silva, veio a ser Alcaide-mor e Senhor de Abiúl. André da Silva Coutinho<sup>13</sup>, segundo Pinho Leal (1873), mandou construir um palácio em Abiúl, do qual ainda hoje restam vestígios, caso de um Arco Manuelino.

<sup>11</sup> Não se sabe nem o motivo nem a data em que a doação da vila foi retirada a D. Pedro.

<sup>12</sup> Não conseguimos identificar Lopo de Albuquerque na obra de Felgueiras Gayo, nem noutra obra publicada, pelo que se teve de recorrer a uma informação *online* da autoria de Carlos Fontes.

<sup>13</sup> Felgueiras Gayo, genealogista português que viveu entre 1750 e 1831, na sua obra, “*Nobiliários das famílias de Portugal*”, vol. 9, página 402, referencia, quando se reporta a esta pessoa, que a mesma se chama André da Silva Coutinho e não Sousa Coutinho. Esta fonte esclarece-nos assim o apelido da pessoa em causa, apelido aliás referenciado pelo historiador Pinho Leal (1816-1884), pelo que há um lapso na página do antigo Igespar por Sequeira (1952), lapso que igualmente ocorre na descrição de Abiúl publicado na Enciclopédia Luso-Brasileira.

De referir que a 14 de Julho de 1515, no âmbito da reforma dos forais, D. Manuel I concede à vila de Abiúl um novo foral. Segundo Cunha, “é o maior, o mais completo e o mais interessante de todos os forais concedidos a Abiúl” (Anexo IV). Neste mesmo ano, sabe-se que, D. Manuel mandou reedificar a Igreja Matriz, por estar muito arruinada. (Eusébio, 2007)

Conforme afirma Carvalho da Costa, Abiúl, “foy antigamente de André da Silva Coutinho, Fidalgo ilustre, & parente dos Duques que a tem por sucessam, por falecer sem filho o dito fidalgo”. (Costa, 1712:227). Com efeito, Abiúl passa para o domínio dos duques de Aveiro, umas das mais importantes famílias da nobreza, na época. Embora se desconheça a data de concessão, é admissível que esta se situe por volta de 1547, data em que o Marquês de Torres Novas recebeu o título de 1º Duque de Aveiro. Como tributo, cada morador da vila de Abiúl passou a pagar aos duques de Aveiro, uma moeda de 3 reis. (Eusébio, 2007:87/88)

De referir que em 1561, lavrou na região um surto de peste. Contaminou várias pessoas da terra, acabando com muitas vidas e apavorando muitos *físicos, mezinhos e curandeiros* que não conseguiam cessá-la. “Sem esperança nos recursos humanos, a Câmara do Concelho, com os seus oficiais, vereadores, almotaceis (antigos inspectores camarários de pesos e medidas que também fixaram o preço dos géneros) Juízes, Capitão-mor, povo e fidalgos que em Abiúl tinham assento, foram em procissão à Igreja, com o luto das almas, implorar a Nossa Senhora das Neves, o fim da epidemia”. (Cunha, 1996:6)

Ao pedido feito à padroeira da Vila, prometeram por voto, a obrigação de festejar no primeiro Domingo do mês de Agosto de cada ano, com missa solene, procissão, sermão e corrida de touros à tarde. Para que esta promessa não deixasse de ser cumprida, a Câmara estabeleceu em estatutos a eleição de mordomos, sendo os oficiais camarários superintendentes das mesmas festas, subsidiadas e presididas pela própria Câmara. (Cunha, 1996:6)

Pouco depois de feita a promessa, a peste cessou e o povo, como agradecimento, prometeu solenemente cumprir o seu voto. A esta promessa estão associadas as festas do bodo e milagre atribuído, pelo povo, a Nossa Senhora das Neves, padroeira da vila.

Na posse dos Duques de Aveiro, Abiúl atinge o seu maior desenvolvimento. É exatamente a época em que começam em Abiúl as touradas que a tradição diz serem as primeiras que ocorreram no país. Os duques aficionados das touradas mandaram fazer um palanque para que pudessem, com o devido destaque, assistir às mesmas na praça. De referir que são os Duques de Aveiro, que concedem à vila casa de misericórdia e hospital. Nessa altura também Abiúl passa a deter tabelião, juiz de cabeça de julgamento e capitão-mor de duas ordenanças. (Lopes & Ferreira, 2005)

“O facto de Abiúl ser domínio dos duques de Aveiro e de o 8º duque, D. José de Mascarenhas, ter sido acusado de implicação no atentado a D. José em 1758, trouxe consigo consequências nefastas para Abiúl. Assim, em 1759, os bens daquela casa senhorial passam para o Estado e irão posteriormente ser adquiridos por D. Manuel de Sousa Alvim, fidalgo da Casa Real e Capitão-mor do termo de Abiúl, para cujo domínio passaram por compra e na posse dos seus descendentes se conservaram até meados do século XIX”. (Eusébio, 2007:136)

No século XIX, a agravar a decadência de Abiúl, a terra é assolada pelas invasões francesas. Como sabemos, no início desse século, Portugal sofreu as consequências do grande conflito internacional que opunha a França às outras potências. O não cumprimento do Bloqueio Continental, dita a vinda para o país do exército francês, provocando muitos roubos, mortes e destruição. (Eusébio, 2007:154)

Refira-se que Abiúl tinha então o seu exército de linha, militares de profissão, e também duas companhias de ordenança, composta por civis com instrução e treinos militares, sempre prontos para defender pessoas e territórios. “Estavam à ordem, por isso chamarem-se ordenanças”. (Cunha, 1996:10)

Com efeito, em 1808, os invasores franceses, antes de chegarem a Abiúl, atacaram as proximidades de Pombal, pedindo auxílio à mesma, que manda seguir para Pombal uma das suas ordenanças, comandada por um alferes. (Cunha, 1996) Não se conhece o resultado da missão do pequeno “exército” que partiu de Abiúl em defesa de Pombal (Cunha, 1996:10), sabe-se sim, é que durante a 3ª invasão francesa, os franceses estacionaram, em Abiúl, durante muito tempo, «abarracando nesta vila de Abiúl e seu termo trinta e cinco dias saquearam toda a qualidade de roupas, gados

de todo o género sem ficar uma só cabeça». São mortas 35 pessoas, 20 homens e 15 mulheres, «sem contar com os que depois morreram em virtude de maus tratos». (Eusébio, 2007:158/159)<sup>14</sup>. A violência, segundo Eusébio, é indescritível. (Eusébio, 2007)

A Igreja Matriz sofre bastante com as invasões francesas. As portas da igreja foram destruídas, quatro imagens de Santos foram quebradas, bem como foram queimadas as grades do púlpito e a maior parte dos panejamentos, tendo sofrido vandalismos quatro dos altares, sobrevivendo apenas o altar do Santíssimo Sacramento. O templo serviu de dormida, cozinha e estábulo às forças invasoras. (Eusébio, 2007)

Depois das Invasões Francesas o país tentava refazer-se. No entanto, Abiúl, como muitas outras terras, não conseguiu reerguer-se e entrou em declínio. (Cunha, 1996)

A extinção prevista do concelho de Abiúl, que ocorre com o liberalismo, causa natural consternação aos seus habitantes. A Câmara considera haver viabilidade para continuar com o concelho e expressa o seu desagrado. “Mas este era o preço da reforma administrativa em 1836 e o resultado natural de um processo de regressão em que Abiúl tinha entrado...”. (Eusébio, 2007:177)

Até meados do século XIX, pertencendo a vila a D. Timóteo de Sousa e Alvim, este vendeu a maior parte dos seus bens ao Capitão Gerardo António da Costa, do Casal de S. Vicente. (Cunha, 1996)

O Capitão era casado com D. Ana Lúcia da Conceição Costa, filho do Capitão João da Costa dos Santos e de D. Maria Teresa, pessoas abastadas e possuidoras de grandes bens e prestígio. Depois da sua morte, herdou todos os seus bens o seu filho Dr. Gerardo António da Costa, figura pública de grande relevo, prestando sempre grandes serviços nos Concelhos de Alvaiázere e Pombal. (Cunha, 1996)

---

<sup>14</sup> Eusébio citando arquivo da Universidade de Coimbra – Invasões Francesas – Cat – Cor. B. Pimenta – doc 117 – Relação em 2 folhas organizadas pelo vigário Gerardo António Leite a 2 de Maio de 1811.

Nos dias de hoje, o passado de maior exuberância de Abiúl, ainda se pode constatar pelos vestígios que chegaram até nós, seja do que resta do Paço dos duques de Aveiro, de casas senhoriais, do solar dos Silva Coutinho, a que pertencia o arco Manuelino de um portal, ou ainda os vestígios de um nicho seiscentista de pedra lavrada, pertença da capela dessa mesma casa. Dessa passado de Abiul, de referir ainda o pórtico da misericórdia, o forno do bodo associado ao milagre e o palanque, de onde os Duques assistiam às *justas, cavalcadas e largadas de touros* no dia da Padroeira, palanque que, ainda que não sendo o original, mas uma reconstituição, evidencia a importância que os duques de Aveiro atribuíram a Abiúl. Perpetuando o passado histórico de Abiúl, refira-se ainda a existência na vila de uma praça de touros, praça que foi construída no século XX, à imagem da praça que existia em Abiúl, quando a vila era senhorio da Casa de Aveiro.

### 3.5. Ordenação Heráldica

Escudo de ouro, bandarilha encabada e ferrada de negro, guarnecida de azul e vermelho e forçado de vermelho, encabado de negro, passados em asa, entre coroa mariana de vermelho, em chefe e monte de três cômoros de verde, movente de pé ondado de prata e azul de três tiras. Coroa mural de prata de quatro torres. Listel branco, com a legenda a negro em maiúsculas: “ABIUL”.<sup>15</sup>



**Fig. 19: Brasão de Abiúl**  
**Fonte: Saizbel**

“A bandarilha e o forçado representam a antiga praça de touros e a tradicionalidade tauromáquica da freguesia. A coroa mariana representa o orago Nossa Senhora das Neves. Os cômoros representam a serra de Sicó e as tiras ondadas representam a ribeira que deu o nome à freguesia e o rio Seçal que por ela passa.”<sup>16</sup>

<sup>15</sup> Informação publicada em Diário da República (*D.R.III Série nº 118, de 22/05/02*).

<sup>16</sup> Informação prestada por Leonor Pinto, secretária administrativa, da Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, em resposta a email que foi enviado e esta entidade, tendo em vista um esclarecimento sobre a heráldica de Abiúl.



### **3.6. Recursos Patrimoniais locais**

Sendo Abiúl uma localidade com um vasto património cultural, material e imaterial, bem como como património natural a merecer destaque, iremos fazer, nesta parte do trabalho, a análise desse património, procedendo à sua caracterização. Nesse sentido, começaremos por fazer referência ao património cultural material, seguindo-se informação sobre o património imaterial e, por fim, será dada atenção ao património natural de Abiúl.

#### **3.6.1. Património Cultural Material Imóvel**

No âmbito do património cultural material, existe em Abiúl património diverso: de carácter religioso, civil, etnográfico e arqueológico. É a esse património a que nos referiremos de seguida.

##### **3.6.1.1. Igreja de Nossa Senhora das Neves**



**Fig. 20: Igreja de Nossa Senhora das Neves**  
**Fonte: Própria (2014)**

Não se sabe ao certo a data de construção da Igreja, mas já existia pelo menos em 1195, data do manuscrito do *Relatório sobre Padroado da Igreja de Abiúl que se contestou ao Mosteiro do Lorvão*”. (Eusébio, 2007)

Sendo uma construção medieval, sofreu várias alterações ao longo dos tempos, vindo a ser reconstruída no reinado de D. Manuel I, em 1515. Nessa altura, “passa a dispor de 5 capelas”. (Eusébio, 2007).

Conforme afirma Lopes & Ferreira, trata-se “De uma só nave com tecto em estuque, é constituída por cinco altares, o maior com Jesus Cristo crucificado na cruz emoldurado por colunas salomónicas e talha dourada. O acesso a este altar é feito através de um arco triunfal em mármore rosado. Por cima deste e das duas capelas laterais estão três painéis de azulejos cujo principal painel apresenta as armas de Portugal com nossa Senhora ao meio, a Rainha Santa Isabel ao seu lado esquerdo e, ao seu lado direito, D. Nuno Álvares Pereira. Este painel é ladeado por mais dois, de um lado representando a Virgem com o Menino, Nossa Senhora das Neves, o Sagrado Coração de Jesus, a Senhora do Pranto e o das Almas, do outro, está representada a Ascensão da Virgem aos Céus, com a data de 1578.

As fachadas laterais possuem duas portas ombreiras em cantaria e lintel visigótico que tem como elementos decorativos, elos de videira e cachos de uva sobre formas geométricas.

A fachada principal situa-se a oeste, é antecedida por um escadório com portal de cantaria almofadado, com um frontão triangular aberto, coroado por cruz e ladeadas por pirâmide, torre sineira de base quadrangular, tem frestas duplas, dois vãos de ombreiras, lintel em cartaria e três frestas guarnecidas em pedra”. (Lopes & Ferreira, 2005:33)

Esta igreja está classificada como imóvel de interesse público.<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> Portaria nº 740-EE/2012, DR, 2.ª série, n.º 252, de 31 dezembro 2012

### 3.6.1.2. Casa da Misericórdia



**Fig. 21: Casa da Misericórdia**  
**Fonte: Própria (2014)**

Segundo se afirma nas Memórias Paroquiais de 1758 a Misericórdia foi fundada no reinado de D. João III. Afirma-se no documento: «*Nesta villa ha huma Igreja, q. no prezente tempo serve de Caza da Mizericordia. Digo no prezente tempo, porquanto há tradição de [...] de livros antigos, q. se achão no archivo da m<sup>a</sup> Santa Caza, q. esta fora antiguamente huma capella dedicada ao Divino Espirito Santo com sua Irmandade, e como quer q. fossem aumentandose em numero os Irmãos e com as entradas destes e tãobem com os [...] q. se comprassem alguns bens; com outros q. os legados pios deyxarão alguns defuntos, forão crescendo os rendimentos de sorte q. se concordarão a nobreza e povo em fazer supplica a Sua Mag.e q. lhe convertesse em caza de Misericordia a referida Capela, e lhes desse para seu governo, e estabelicimento hum Estatuto ou Compromisso. Anuio a Mag.e do Snr. Dom João terceyro aos rogos dos sobreditos [....]*». (cit. por Eusébio, 2007:208)

Pouco se sabe sobre a Misericórdia de Abiúl, a não ser que já existia em 1620. Nas Inquirições de 1721 afirma-se: “*Há hua caza de Santa Mizericórdia e caza de hospital suposta que nella se não curem por falta de rend(i)m(ent)os e do*

*anno em que foi fundada ou por quem nam pude alcançar not(ici)a”*. (Eusébio, 2007:208<sup>18</sup>)

Esta Misericórdia regia-se pelo compromisso da Misericórdia de Lisboa, tal como acontecia com a Misericórdia de Pombal e outras do país.

A Misericórdia de Abiúl foi dissolvida pelo Governo Civil de Leiria por alvará de 28 de Agosto de 1869, sob a acusação de irregularidades cometidas, sendo os seus bens incorporados na sua congénere de Pombal no ano seguinte. (Eusébio, 2007)

---

<sup>18</sup> Eusébio citando Informações Paroquiais de 1721 – Abiúl, constantes no “Arquivo de Coimbra”.

### 3.6.1.3. Nicho Seiscentista



**Fig. 22: Nicho Seiscentista**  
**Fonte: Própria (2014)**

Como afirma Mendonça trata-se de um “Nicho da capela do palácio dos duques de Aveiro, construído no séc. XVI.

Rasga-se sob arco pleno assente em pilastras com rosetas nas aduelas; exteriormente uma arquitrave saliente assente em pilastras coríntias é rematada por frontão de volutas interrompido”. (Mendonça, 1991, cit. por SIPA, s.d.)

Este Nicho está classificado como imóvel de interesse municipal.<sup>19</sup>

---

<sup>19</sup> No SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitectónico) está referenciado como imóvel de interesse municipal.

#### 3.6.1.4. Arco Manuelino



**Fig. 23: Arco Manuelino**  
**Fonte: LFinio (2005)**

“O arco manuelino de Abiúl é um dos elementos que resta do palácio de André de Silva Coutinho, edificado entre os finais do século XV e os primeiros anos do século XVI.

Adossado às habitações que o ladeiam, e facultando a passagem para o antigo terreiro da vila, o arco de volta perfeita é ornamentado com um cordame disposto com uma volta acairelada e assente sobre dois colunelos”. (Mendonça, 1991, cit. por SIPA, s.d.)

Este Arco está classificado como imóvel de interesse público.<sup>20</sup>

Passando este arco, entramos no antigo Paço dos Duques, que detém uns arcos não classificados.

---

<sup>20</sup> Conforme Decreto n.º 5/2002, DR, 1.ª série, n.º 42 de 19 fevereiro 2002 (ver SIPA, s.d.).

### 3.6.1.5. Palanque dos Duques de Aveiro



**Fig. 24: Palanque dos Duques**  
**Fonte: Própria (2014)**

Tribuna ao ar livre, onde se instalavam os duques de Aveiro para assistirem a espetáculos públicos.

O atual palanque que observamos resulta de uma reconstrução feita pelo povo em 1983.<sup>21</sup> (Eusébio, 2007)

Perdigão descreve o imóvel do seguinte modo: “Palanque de planta retangular, com massa simples disposta na horizontalidade. Frontespício<sup>22</sup> aberto por 3 arcos abatidos em tijolo que se elevam sobre muro em aparelho rusticado, idêntico ao da parede posterior, com nicho. Fachada lateral com porta de verga em arco abatido que acede a 2 lanços de escada de pedra que ascende ao palanque. Fachada oposta constituída por muro, de igual aparelho, rasgado por janela quadrangular, recta. Pavimento em terra batida”. (Perdigão, 1998, cit. por SIPA, s.d.)

---

<sup>21</sup> Conforme atesta a inscrição afixada no local.

<sup>22</sup> Erro na fonte, será Frontispício.



### 3.6.1.6. Forno do Bodo



**Fig. 25: Forno do Bodo**  
**Fonte: Própria (2014)**

Segundo Eusébio terá sido construído em 1567, e está relacionado com a Lenda do Milagre de Nossa Senhora das Neves, conforme evidenciaremos no ponto 3.6.2.1. Eusébio aponta ainda para uma reconstrução no séc. XVIII. (Eusébio, 2007)

“Forno de planta semi-elipsoidal; massa simples disposta na horizontalidade; cobertura exterior a domo. Flanqueado por muro em aparelho rusticado, pano único delimitado por dois pilares embebidos almofadados com remate em empena de lanço côncavo, com cornija saliente, sobrepujado por pináculo. Porta em arco alteado, de volta única aduelada com saímel alto, abre para concavidade revestida a tijolos. Parte posterior bojuda”. (Perdigão, 1998, cit. por SIPA, s.d.)



### 3.6.1.7. Núcleo Molinológico nas Corujeiras



**Fig. 26: Fotografia antiga do Moinho de Vento Giratório e Moinho de Armação de Pombal nas Corujeiras**  
**Fonte: Própria (s.d.)**

No núcleo primitivo das Corujeiras sabemos terem existido pelo menos 4 moinhos. Estes integravam-se no âmbito dos moinhos de vento. Hoje existem apenas ruínas de 3 exemplares neste monte (ver Anexo V).

Refira-se que há três tipos de moinhos de vento, os moinhos de vento fixos, os moinhos de vento giratórios e os moinhos de armação. (Oliveira *et al.*, 1983) Sendo estes dois últimos tipos os existentes neste núcleo.

A característica principal dos moinhos de vento giratórios está no facto de ser o edifício que roda na sua totalidade e não apenas o seu tejadilho, sendo por isso construídos em madeira. Normalmente são construções muito pequenas e toscas, que assentam sobre duas rodas de pedra ou madeira, as quais permitem que toda a estrutura possa rodar na direção pretendida.

Este modelo de moinho teve uma larga difusão na região centro, havendo ainda hoje alguns moinhos a funcionar ocasionalmente, sendo conservados como via de manutenção da tradição e como atração turística, como é o caso em Pousaflores, onde foram recuperados moinhos com a finalidade de ser mantida a tradição do ciclo do pão.

Já a tipologia dos moinhos de armação é subdividida em três grupos: os de madeira, os metálicos ou americanos e os pequenos moinhos de armação de Pombal.

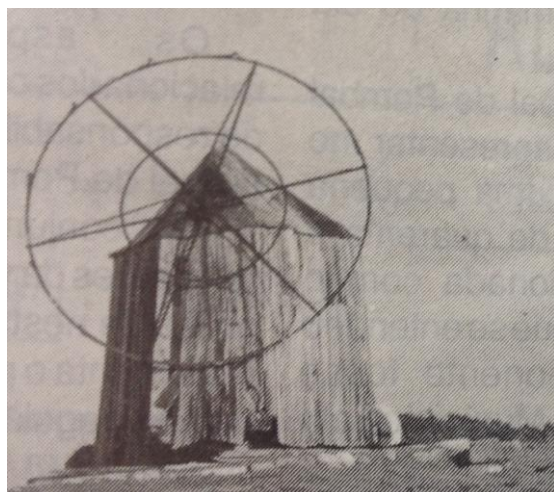
Os moinhos de armação de madeira eram construções semelhantes aos engenhos de tirar água, de estrutura muito tosca e uma versão pobre dos metálicos.

Os moinhos de armação metálica vieram em alguns casos substituir os de armação em madeira, aumentando o rendimento dos anteriores, apesar dos custos de construção mais elevados.

Os pequenos moinhos de armação de Pombal eram construídos com base em vários elementos de outros tipos de moinhos, idealizando um novo tipo de moinho de armação de bom rendimento e baixo preço.<sup>23</sup>

#### **3.6.1.7.1. Moinho de Vento Giratório**

O Moinho de Vento Giratório das Corujeiras tinha duas rodas de pedra e girava em volta de um eixo cravado no solo. Rodava sobre um círculo também construído em pedra, podendo assim as suas quatro velas triangulares receberem o vento de frente, fazendo rodar o seu eixo horizontal. Essa rotação era transmitida por engrenagens às mós fazendo triturar os cereais, transformando-os em farinha. (Henriques, 2013)



**Fig. 27: Moinho de Vento Giratório das Corujeiras**  
**Fonte: Boletim Municipal de Pombal de 1993**

---

<sup>23</sup> Armando Ferreira na página *online* dedicada aos moinhos de Portugal.

### 3.6.1.7.2. Moinhos de Armação de Pombal

“Há cerca de quarenta anos surgiram em Pombal uns moinhos de configuração totalmente diferente da habitual. Eram construídos por um moleiro de S. Simão de Litém, o Senhor Manuel Gameiro, homem engenhoso que, reunindo elementos de vários tipos de moinhos, conseguiu um modelo novo, de bom rendimento, e de preço relativamente baixo”. (Dias *et al.*, 1959:66)

“A sua forma crê-se, é de influência norte-americana, e talvez por isso, os únicos deste género na Europa”, (Lopes & Ferreira, 2005:34) quiçá no Mundo, diremos nós.

“A história conta que um emigrante dos Estados Unidos da América regressou a Portugal e construiu estes moinhos”. (Lopes & Ferreira, 2005)

Segundo Oliveira *et al.* “Estes moinhos têm o aspecto de uma torre cónica delgada, fixa, sobre a qual está montado o maquinismo, que é de ferro; as suas paredes são de tijolo ou de pranchões, dispostos de prumo em círculo, e forrados de tabuado, erguendo-se por vezes sobre a placa de cimento que abriga o cubículo onde estão as mós. Ao contrário do que se vê normalmente, as rodas sobre as quais rola a parte giratória não fazem parte desta, mas encontram-se fixadas no topo daquela torre interior. O velame é uma roda de palhetas, que no início eram tabuinhas; mas presentemente elas são de chapa, dispostas em dois círculos; um, exterior, com doze, e outro, interior, com seis – aquelas, muito maiores que as interiores, são facilmente removíveis, variando o número das que trabalham, conforme a intensidade do vento”. (Oliveira *et al.*, 1983)



**Fig. 28: Moinho de Armação de Pombal**  
**Fonte: Boletim Municipal de Pombal de 1993**

### 3.6.1.8. Sepultura antropomórfica



**Fig. 29: Sepultura antropomórfica<sup>24</sup>**  
**Fonte: Própria (2014)**

“Sarcófago grosseiro escavado na rocha, com almofada na cabeceira voltada a Oeste. Poderá pertencer, pelas características que apresenta (forma antropomórfica bem delimitada), ao período medieval (séc. X-XIII)”. (Leal & Rosa, 1993)

---

<sup>24</sup> Não se trata da sepultura não identificada que mencionámos anteriormente.

### **3.6.2. Património Cultural Imaterial**

#### **3.6.2.1. Festas do Bodo de Abiúl**

No âmbito do património cultural imaterial de Abiúl, serão de referenciar as touradas, dinâmica que ainda hoje ocorre localmente.

Muitos creem que a tradição das touradas em Portugal nasceu em Abiúl. De facto, é remota esta tradição na freguesia. O espetáculo dos touros em Abiúl remonta ao ano de 1561 e é indissociável dos Duques de Aveiro. Foram os Duques que, naquela data, mandaram construir um palanque, no Largo da Praça Velha, para daí assistirem aos espetáculos tauromáquicos. A tradição perpetuou, na localidade, estes espetáculos ao longo dos séculos e, apesar da extinção da Casa de Aveiro com o Marquês de Pombal e de, em 1766, o bispo de Coimbra ter proibido as touradas em Abiúl, três anos depois, D. José, face aos protestos da Câmara de Abiúl, permite o retomar da tradição, por despacho de 26 de Agosto de 1769 (Anexo VII). (Eusébio, 2007) Desde então, até aos nossos dias, as touradas, não deixaram de ocorrer em Abiúl.

“A antiga praça era dotada de um redondel murado com pedra firme, estando os curros e os alçados das bancadas seguros por grossos troncos de pinheiro. Aquando da realização da tourada, as ruas circundantes eram vedadas por carros de bois e toros de pinho. As lides foram realizadas nesta praça até ao ano de 1898, ano em foi substituída por uma outra praça, construída com os fundos de uma cotização dos seus habitantes”. (Cunha, 1996:8)

Mas, o local da tourada também já não é esse a que refere Cunha. Da Praça Velha, passou-se, de facto, para uma praça em madeira, adaptada às exigências da lide tauromáquica, aproveitando-se um grande carvalho que existia no local para fazer sombra à assistência. Passados 400 anos, pretendeu-se construir uma nova praça, mas essa obra, apenas teve lugar em 1969, altura em que já foi construída em cimento.



A sombra do velho carvalho manteve-se ainda por algum tempo, porém o mesmo veio a desaparecer em data não identificada, devido a obras realizadas na Praça.

De referir que os Abiulenses ainda hoje se orgulham do local primitivo da praça. A evidenciar a relevância que a população dá à tradição Tauromática e à sua história, está o facto de ter sido a comunidade que procedeu, prontamente, à reconstrução do palanque, após este ter sido destruído pelo proprietário do terreno, em 1983. (Eusébio, 2007)

Uma outra tradição de Abiúl, remete para as chamadas Festas do Bodo em honra de Nossa Senhora das Neves, às quais se ligam as próprias touradas.

As Festas do Bodo, surgiram, segundo Pinho Leal, na sequência da peste que atingiu a região em 1561, sendo indissociáveis do culto a Nossa Senhora das Neves.

São interessantes as descrições da Festa que chegaram até nós, das quais salientamos a descrição feita por António Carvalho da Costa, na sua *Corografia Portuguesa*, no século XVIII:

“No primeyro Domingo de Agosto [...] faz a Senhora das Neves, orago da Igreja Parochial, hum milagre evidente todos os anos, & he, que entra hum homem, depois de confessado & comungado, em hum forno, tendo-se queymado nelle seis ou sete carradas de lenha, & mete dentro um bolo de dez ou doze alqueyres de trigo, em tempo que está o forno tão quente, que applicandose a elle huma carqueja por fóra, se acende; & o homem sem lesão sahe fóra delle, porque nem aos cabelos a quentura ofende, deyxando dentro o mesmo bolo, tudo à vista da imagem santissima da mesma Senhora, que vem em Procissão, e em quanto sucede o milagre, está defronte do forno, & feyto a levão para a Igreja com grande alegria, & prazer dos circunstantes [...]”. (Costa, 1712:227)

A promessa de festejar o fim da epidemia no primeiro domingo de Agosto de cada ano e a junção das touradas a essas festas criou, a partir de 1561, as célebres Festas do Bodo.

“Nesta ocasião do forno se fazem muitas festas, que constão de muitas danças, touros, justas, e canas, as quais começam na sexta feiras e acabam no Domingo por todo o dia”. (Costa, 1712:227)

Até aos nossos dias, manteve-se a tradição destas festas, mas já sem o dito milagre que terá cessado em 1911, como referenciam os documentos (Eusébio, 2007/Ver Anexo VIII).

Hoje em dia as Festas do Bodo, limitam-se às famosas touradas, ao sábado e domingo (primeiro fim de semana de Agosto), e ao posterior baile pela noite fora, ocorrendo, na sexta-feira, a procissão.

### **3.6.2.2. Feira dos 6**

Uma das feiras mais emblemáticas do concelho de Pombal, é a “Feira dos 6”, que ocorria, no passado, na sede de freguesia de Abiúl. Sabe-se que, pelo menos, já existia em 1900, sendo então referenciada como feira de gado.<sup>25</sup> (Pinto, 2010:119)

---

<sup>25</sup> Apesar de ser intenção inicial do estudo, apresentar uma proposta para se recriar a “feira dos 6”, a mesma não foi apresentada, por não se ter conseguido recolher informação suficiente, para o efeito, nem ao nível de fontes escritas, nem em função do contacto direto com a população.

### **3.6.3. Património Natural**

#### **3.6.3.1. Grutas das Corujeiras**

As Grutas das Corujeiras foram em tempos exemplares de referência de formas cársticas<sup>26</sup> mas, apesar das intenções de as proteger, como se pode confirmar na notícia de 15 de Janeiro de 1938 apresentada no Anexo VI, estas nunca foram alvo de políticas de proteção, o que acabou por ajudar ao vandalismo das mesmas, não tendo hoje em dia, praticamente, nenhuma estalagmite ou estalactite. São visíveis os atos de vandalismo dentro dela, havendo paredes pintadas e muita pedra quebrada.

---

<sup>26</sup> São formas de relevo de rocha calcária. Esta rocha é muito permeável, e a água ao infiltrar-se nela através de fraturas vai modelando a rocha. (Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira, 1998)



## **CAPÍTULO IV**

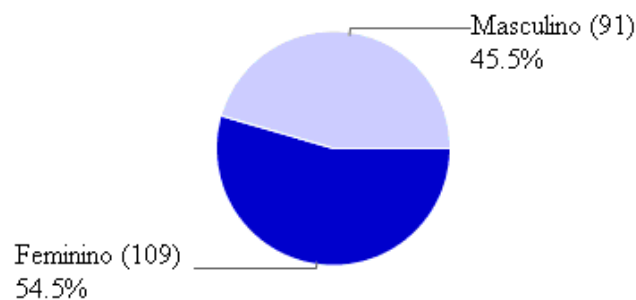
### **4. APLICAÇÃO DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO**



#### 4.1. Análise de dados recolhidos mediante a aplicação do inquérito por questionário

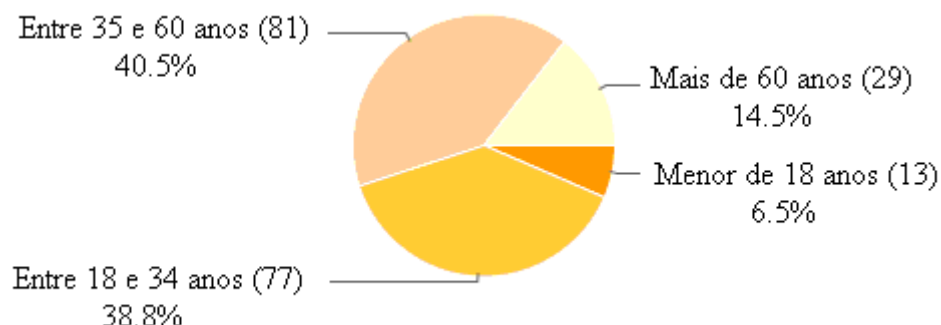
Conforme já referenciámos na introdução, o inquérito por questionário que elaborámos, teve como objetivo auscultar a população em relação ao seu conhecimento sobre o passado histórico de Abiúl, sobre as suas raízes, o seu património, bem como obter *feedback* da população sobre possíveis intervenções a ocorrerem em Abiúl. Nesse sentido, o inquérito por questionário compunha-se de 3 partes: na primeira, procurou-se conhecer o perfil dos inquiridos; na segunda, procurou-se perceber o conhecimento que os mesmos detinham sobre a história de Abiúl; na terceira parte, procurou-se auscultar os inquiridos sobre possíveis iniciativas a implementar em Abiúl (ver Anexo IX).

A amostra do inquérito por questionário foi constituída por 200 pessoas, sendo 91 dos inquiridos do sexo masculino (45.5%) e 109 do sexo feminino (54.5%). O número de mulheres inquiridas é assim superior ao número de homens. (ver Fig.30)



**Fig. 30: Distribuição dos inquiridos por sexos**  
Fonte: Elaboração própria

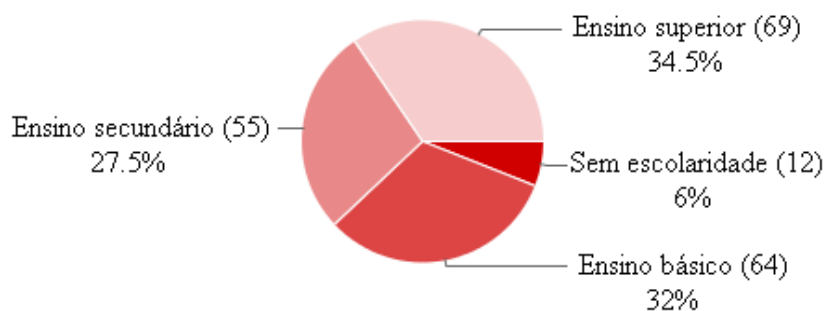
No que respeita à primeira parte do inquérito, de referir que 81 dos inquiridos apresentavam uma idade compreendida entre os 35 e os 60 anos e 77 entre os 18 e 34. De referir que 29 indivíduos detêm mais de 60 anos e 13 dos inquiridos são menores de 18 anos. (ver Fig.31)



**Fig. 31: Distribuição dos inquiridos por idade**  
**Fonte: Elaboração própria**

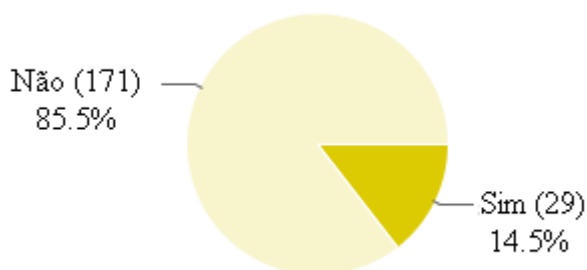
Relativamente ao grau de instrução, conforme Fig.32, 69 dos inquiridos (34.5%) afirmaram ter concluído o ensino superior, 55 (27.5%) o ensino secundário, 64 (32%) o ensino básico e 12 indivíduos (6%) afirmam não ter nenhum grau de escolaridade.

Face ao exposto, poderemos concluir que há um número elevado de pessoas qualificadas entre os inquiridos, o que não confirma a informação apresentada no capítulo III e fig. 16. É possível que a explicação radique no facto, de o inquérito por questionário ter sido acedido via *on-line*, por uma população, à partida, alfabetizada. De referir, por sua vez, que grande parte das pessoas que responderam presencialmente, ou não detinham escolaridade ou detinham, apenas, o ensino básico.



**Fig. 32: Nível de instrução**  
**Fonte: Elaboração própria**

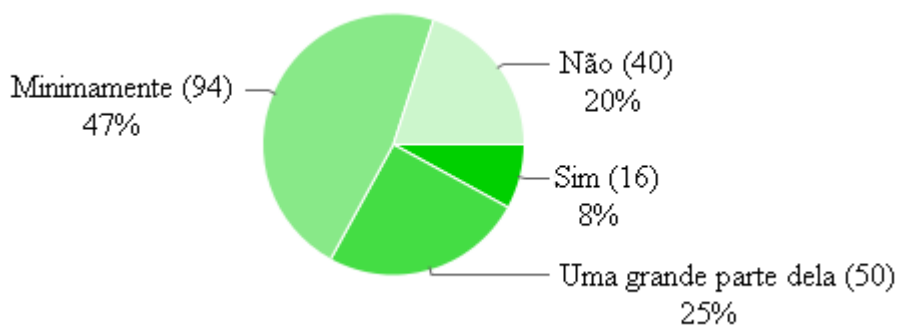
No que diz respeito à segunda parte do inquérito por questionário, 85.5% dos inquiridos (171 pessoas) diz não conhecer o significado do brasão de Abiúl (Fig.19), e 14.5% (29 pessoas) afirmam saber o que significam os símbolos presentes no brasão. Mas, dado que nesta questão, para quem respondesse de forma afirmativa, a pessoa teria de dizer o significado que atribuía aos símbolos do brasão, verifica-se que, dessas 29 pessoas, muitos atribuem significados incorretos aos símbolos, confundindo, principalmente, a coroa mariana da Padroeira (Nossa Senhora das Neves) com a passagem dos Duques de Aveiro na vila. Porém, de uma maneira geral, há consenso em relação ao significado dos montes, sendo os mesmos remetidos para a localização geográfica da vila, a onda azul, é remetida para a ribeira que passa em Abiúl. Por sua vez, a bandarilha e o forcado, são corretamente identificados com a tradição das touradas enraizada na terra. A Coroa mural de quatro torres de prata é remetida, corretamente, para o facto de Abiúl ser sede freguesia.<sup>27</sup>



**Fig. 33: Conhece o significado dos símbolos do Brasão?**  
Fonte: Elaboração própria

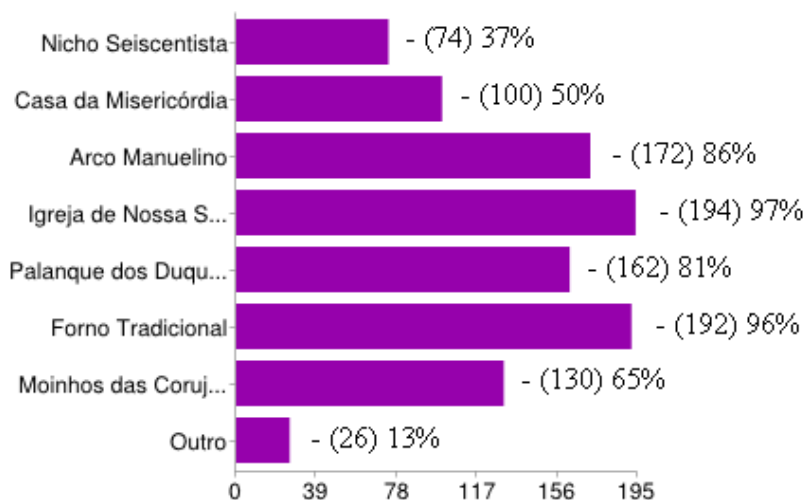
<sup>27</sup> Das respostas dadas destacamos a seguinte: “Representa o estatuto de vila e antiga sede de concelho. O vale onde se situa, no sopé da serra da Sicó. Rodeada por outeiros e a ribeira do Seíçal. Representa a sua religiosa tradição: Coroa da Padroeira e as históricas touradas”.

A história de Abiúl nem por todos é conhecida, havendo 20% dos inquiridos a *não* saber a história da vila e 47% a conhecê-la *minimamente*. De referir, que há 25% que afirma saber *uma grande parte* da mesma e 8% a declarar conhecer a história de Abiúl. (Ver Fig.34)



**Fig. 34: Conhece da história de Abiúl?**  
Fonte: Elaboração própria

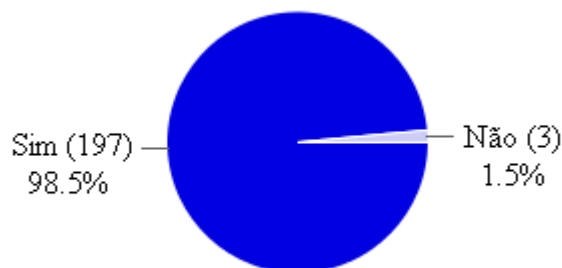
No que respeita ao conhecimento dos monumentos de Abiúl, a generalidade dos inquiridos conhece os monumentos mais importantes de Abiúl, destacando-se a Igreja de Nossa Senhora das Neves (97%) e o Forno Tradicional (96%), seguindo-se o Arco Manuelino (86%) e o Palanque dos Duques (81%). Um número ainda significativo de inquiridos refere conhecer os Moinhos das Corujeiras (65%) e a Casa da Misericórdia (50%). Com valor inferior a 50% encontra-se, com 37%, o Nicho Seiscentista (ver Fig.35).



**Fig. 35: Que monumentos conhece em Abiúl?**  
Fonte: Elaboração própria

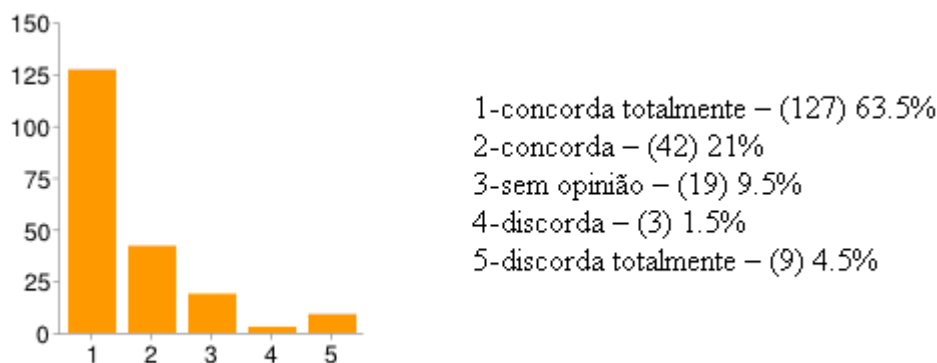
Sendo dada aos inquiridos a possibilidade de identificarem outros monumentos que conhecessem, para além dos referenciados no questionário, 26 pessoas fizeram referência à Praça de Touros, ao Coreto, à Fonte da Vila e à Escola Primária do Estado Novo. Há ainda quem faça referência ao Túmulo, que caracterizámos no ponto 3.6.1.4.1. do Capítulo III, a Lagares, a Azenhas e a Fornos de Cal. A nível do património natural, identificam as Grutas das Corujeiras e a Serra de Sicó.

Na resposta à pergunta “Gostaria de conhecer melhor a história de Abiúl?”, os inquiridos evidenciam querer conhecer melhor a história da sua terra, tendo 197 das pessoas inquiridas afirmado que sim e apenas 3 pessoas declararam não ter interesse (ver Fig.36).



**Fig. 36: Gostaria de conhecer melhor a história de Abiúl?**  
**Fonte: Elaboração própria**

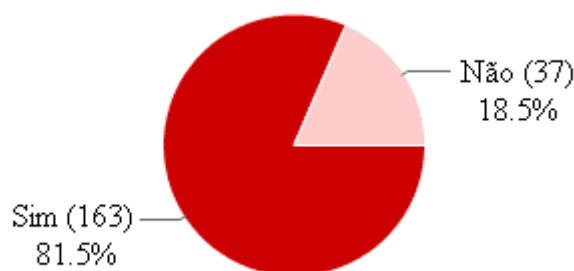
Na terceira parte do inquérito por questionário, a fim se obter *feedback* da população sobre possíveis intervenções a ocorrerem em Abiúl, procurou-se saber se concordavam com a criação de um percurso pedestre sinalizado. De referir que 63.5% dos inquiridos *concorda totalmente* com a iniciativa, 21% *concorda*, 9.5% *não tem opinião*, 1.5% *discorda* e 4.5% *discorda totalmente* (ver Fig.37).



**Fig. 37: Concorda com a criação em Abiúl de um percurso pedestre sinalizado?**  
**Fonte: Elaboração própria**

Procurando-se perceber se o percurso seria utilizado pelos inquiridos, 81.5% revelou que *sim*, enquanto 18.5% que *não*. (ver Fig.38)

As respostas negativas poderão estar relacionadas com a idade avançada de alguns inquiridos, idade não indicada para a prática de pedestrianismo. Refira-se que pessoas com idade superior a 60 anos, inquiridas presencialmente, afirmaram que não iriam ser utilizadores de um percurso pedestre.



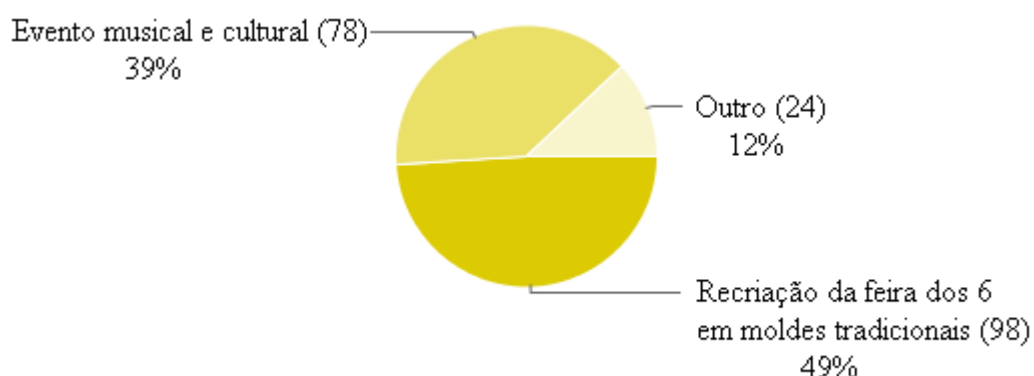
**Fig. 38: Utilização do percurso pedestre caso fosse criado**  
**Fonte: Elaboração própria**

Quanto ao tipo de evento mais adequado para dinamizar em Abiúl, de referir que foram facultadas duas situações concretas, “Recriação da feira dos 6 em moldes tradicionais” e um “Evento musical e cultural”. Numa terceira hipótese, o inquirido poderia apresentar “Outra” iniciativa que pretendesse.

A “Recriação da feira dos 6 em moldes tradicionais” foi o evento com maior expressão, tendo detido 49% das escolhas, enquanto que um “Evento musical e cultural” deteve 39% das escolhas. As restantes 12% das escolhas remeteram para as



sugestões dadas pelos inquiridos. A saber: atividades desportivas; concertos musicais na praça de touros; feiras temáticas (por exemplo feira do tortulho, que é um prato gastronómico característico da região); feira Medieval; reestruturação das tradicionais festas do bodo e touradas. Esta última indicação foi referenciada por várias pessoas. Houve também quem considerasse que ambos os eventos explicitados por nós deveriam ocorrer, mas a feira não deveria ser em “moldes tradicionais”, mas “de acordo com as necessidades atuais”.



**Fig. 39: Que tipo de evento considera mais adequado para dinamizar em Abiúl?**  
**Fonte: Elaboração própria**

De referir que, no final do inquérito, foi deixado um campo para os inquiridos darem as suas *sugestões* em relação ao trabalho que estávamos a fazer.<sup>28</sup> Apesar de não terem sido muitos os inquiridos, apenas 28, a fazerem uso desse campo, no entanto surgem muitas sugestões pertinentes. Da análise das respostas facultadas, verifica-se que há unanimidade na intenção da requalificação do património histórico de Abiúl, bem como se evidencia, unanimemente, a necessidade de o conservar e de lhe dar visibilidade. Também a recuperação dos Moinhos das Corujeiras, respeitando-se na íntegra a traça original, foi defendida pelos inquiridos.

No que à zona histórica diz respeito é sugerido que seja dada uma nova vida ao território através da realização de feiras de artesanato e de feiras gastronómicas, de atividades desportivas que passem pelos locais emblemáticos da terra, caso por

<sup>28</sup> Não se referem as sugestões que remetem para assuntos que a este trabalho não dizem respeito.

exemplo a realização de uma milha urbana, cicloturismo, provas de orientação e *peddypapers*.

Para a zona dos moinhos houve quem sugerisse a construção de um miradouro, com uma pequena esplanada ou casinha com lembranças de Abiúl onde também poderia haver um espaço para jogos tradicionais (chinquilha, pião, berlindes...).

Outra das preocupações dos inquiridos são as Festas do Bodo, tendo sido sugerido que o evento detenha mais dinâmicas, para além das touradas e do baile. Nesse sentido, sugerem a instalação, na mesma altura das Festas, de tasquinhas de diverso tipo: de carácter gastronómico, de venda de artesanato, provas de vinho, venda de azeite e de queijo.

Mas a tradição da tourada é para os inquiridos o grande evento das Festas de Abiúl. Nesse sentido, sugerem que se faça a reconstituição da “espera dos touros”, ou seja, se reconstitua, como antigamente se fazia, a largada de touros desde a zona do forno / palanque dos Duques de Aveiro passando pelo Arco Manuelino até se chegar à praça de touros. A evidenciar o êxito que poderia ter a iniciativa, especialmente a nível turístico, é dado o exemplo de Vila Franca e de Benavente, terras que têm um forte sucesso com a largada de touros.

Registaram-se também sugestões para a utilização da Praça de Touros, não para a realização de touradas, mas, tonando-a uma sala de espetáculos para acolher concertos, peças de teatro e atividades desportivas.

A dinamização de concursos foi outra proposta, tanto na área da cultura (letras, pintura, artesanato, cerâmica, culinária...), como na produção de produtos diferentes de outros quaisquer, caso da “maior abóbora”, ou outro produto congénere. Estas iniciativas, poderiam satisfazer públicos diversos. A ideia supunha a realização de atividades, ao longo do ano, em diferentes locais da freguesia sempre com intervenção musical, tanto com a “prata” de casa como com pessoas convidadas. Se tal ocorresse, na ótica de um inquirido, iria permitir a vinda de mais visitantes a Abiúl.

Houve apenas um indivíduo a pronunciar-se sobre a “Feira dos 6” e a considerar, ao mesmo tempo, que os objetivos do nosso trabalho eram bastante pertinentes, principalmente se implicassem a reposição desta Feira. Sugere, no

entanto, que tendo lugar a recriação da Feira, a mesma não seguisse os moldes tradicionais, mas fosse adaptada aos tempos atuais.

Como sugestões mais breves destacamos a intenção de potenciar a gastronomia local, a realização de uma feira medieval e a pertinente reorganização da sinalização turístico-cultural.

São ainda apresentadas outras sugestões que não queremos deixar de referenciar, como é o caso de visitas guiadas pelos locais mais emblemáticos da vila, a produção de *merchandising* relativo a recordações de Abiúl, a criação de um boletim informativo das atividades da freguesia, a dinamização da ribeira do Seiçal, criando uma espécie de parque de merendas ao longo da margem da ribeira que proporcione o contacto com a natureza.

Foram ainda no espaço de *sugestões* feitas afirmações que nos incentivaram a levar a efeito este trabalho, caso da resposta “concretize o projeto” e de uma outra que considera a intenção do trabalho que nos propusemos efetuar, não só do interesse para o Município e para a Junta de Freguesia, mas principalmente para a população. Refira--se que o inquirido considera que sendo uma iniciativa de “louvar” e “concordando com os contornos que a mesma segue”, salienta que a iniciativa não poderá avançar sem que exista, previamente, uma ação de restauro e de conservação do património existente.



## **CAPÍTULO V**

### **5. PROPOSTAS PARA A VALORIZAÇÃO E DINAMIZAÇÃO TURÍSTICA DE ABIÚL**



## **5.1. Criação de suportes de informação turística: Património a dinamizar**

O plano de intervenção que estruturámos, supõe a apresentação de propostas que, de imediato, apresentamos e que consideramos terem possibilidade de serem postas em prática na freguesia, caso seja essa a intenção da autarquia. Se tal ocorrer, poderão ser concretizados os objetivos do nosso estudo, enunciados no capítulo I, objetivos que vão ao encontro do plano de ação da Unidade de Turismo e Lazer da Câmara Municipal de Pombal, como também evidenciámos nesse capítulo.

Não basta intervir no espaço, reabilitando o património, é preciso definir estratégias que proporcionem o seu conhecimento e dinamização.

Assim, constata-se a necessidade de na freguesia de Abiúl, especificamente na sede de freguesia, serem colocados painéis informativos que ajudem o visitante a fazer um enquadramento histórico dos monumentos e do espaço que os circunda. Sem suportes informativos, o visitante poderá não apreender, cabalmente, conhecimentos inerentes ao património existente localmente.

Nesse sentido, consideramos que os monumentos deverão apresentar sinalização com informação relevante relacionada com cada um dos imóveis que identificámos no âmbito do património cultural imóvel. A informação a colocar poderá ter por base informação que apresentámos quando nos referimos a esse património. (Ver capítulo III)

## **5.2. Sinalização turístico-cultural**

Consideramos, ainda, que é necessário pensar numa reorganização da sinalização turístico-cultural existente e proceder à criação de nova sinalização, caso se queira divulgar o património local.

Neste âmbito, deverá na entrada para Abiúl, na IC8, ser retirada a informação “Paço dos Duques” que se encontra no local e ser colocada uma outra placa com informação de “Centro Histórico”, conforme Fig.48. Na nossa perspetiva, a

informação relativa a Paço dos Duques pode não ser inteligível dado que, decerto só quem detém conhecimento sobre Abiúl, descodificará a mensagem. Sendo colocada a informação Centro Histórico, orienta-se o visitante para o local onde poderá encontrar o núcleo mais representativo do património de Abiúl.



**Fig. 40: Exemplo da reformulação da sinalização turístico-cultural**  
**Fonte: Elaboração própria**

Outro dos pontos turísticos a divulgar que não tem sinalização turístico-cultural é o núcleo molinológico nas Corujeiras. Assim, na estrada para as Corujeiras deveria ser colocada, em ambos os sentidos, uma placa a indicar o local dos Moinhos.



### 5.3. Definição de um percurso pedestre: suas características

Este percurso pedestre tem como principais objetivos a recuperação e preservação do património, a educação ambiental, a dinamização turística da localidade e a promoção dos hábitos saudáveis.

A tipologia que pensamos ser mais adequada para este percurso será a de Anéis Contíguos devido ao património selecionado e às características do terreno. Com esse tipo de percurso faculta-se ao pedestrianista a possibilidade de escolha do trajeto, de acordo com as suas motivações. A escolha da tipologia de Anéis Contíguos, tem ainda a vantagem, de no futuro, se poderem agregar outros anéis ao percurso que delineámos.

1º Anel – Percurso Cultural de Abiúl (consultar trajeto no Anexo X).

Este percurso permite ao pedestrianista fazer um pequeno passeio que o guiará pela vila de Abiúl, passando pelos sítios mais emblemáticos da freguesia.

O percurso inicia-se no Largo da Feira dos 6, onde o visitante poderá estacionar o veículo, se for caso disso. Nesse lugar, deverá existir um painel informativo sobre o percurso, na sua globalidade. Começará então por percorrer um pequeno caminho até à Praça de Touros. Chegando a este local, descerá até ao centro da vila, não deixando de olhar para uma fonte que aí se encontra, fonte com tanque comunitário, onde, antigamente, a população lavava a roupa. Deverá então percorrer essa rua até chegar a um coreto<sup>29</sup>. Depois percorrerá uma rua, em calçada, que o guiará ao antigo centro da vila. Neste local, que consideramos o Centro Histórico, poderá observar um arco manuelino, um dos elementos que resta do palácio de André de Silva Coutinho, o qual, conforme já referenciámos no capítulo III, antecede a entrada no paço dos Duques de Aveiro. Um pouco depois do Paço, poderá observar o Nicho Seiscentista. Continuando o percurso, passará pela Casa da Misericórdia, devendo seguir daí para a Praça Velha, praça onde se diz terem sido lidados os primeiros touros em Portugal. Aqui poderá observar a réplica do Palanque dos

---

<sup>29</sup> Terá sido mandado construir pela Junta de Freguesia em meados do século XX.

Duques, que remete o visitante para as lides tauromáquicas locais. Pouco depois, irá deparar com o Forno do Bodo. Daqui seguirá, de novo, para o centro da vila, até à Igreja Matriz de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> das Neves. Daí seguirá para o Largo da Feira dos 6, local onde o percurso se iniciara.

## 2º Anel – Percurso dos Moinhos (consultar trajeto no Anexo XI).

Este segundo anel/percurso tem a particularidade de ligar a vila da Abiúl ao núcleo de Moinhos nas Corujeiras. Iniciando-se no mesmo local que o anterior, Largo da Feira dos 6, começa-se por percorrer uma estrada alcatroada na localidade designada Aroeiras, indo-se depois até uma estrada de terra batida. A partir daqui existe uma maior aproximação à natureza, podendo-se observar as características geomorfológicas do local, o solo calcário e posteriormente um pequeno curso de água. Nessa área, é possível perceberem-se vestígios da existência no local de Javalis. Seguindo-se o curso de água, ao longo de alguns terrenos agrícolas, com plantações de olival, chega-se a uma outra estrada em terra batida, seguindo-se-lhe depois uma outra estrada alcatroada. No final desta, entra-se numa zona de intensa arborização, onde é possível observar várias espécies de árvore, como é o caso do Carvalho, cujos exemplares se acredita serem centenários. A partir daqui, chegará o pedestrianista às Grutas das Corujeiras. Chegando às Grutas, pode-se explorar a entrada destas de grande beleza paisagística. Aí podem-se recuperar energias, dado que existe, no local um parque de merendas (ver Parte VI, ponto 6.1.7.). Depois da visita às Grutas, visita que poderá ocorrer, caso se deseje, percorre-se um ramal que guiará o pedestrianista até ao núcleo de Moinhos. Nesse percurso, podem-se observar os tradicionais muros de pedra que delimitam terrenos, muros característicos da região de Sicó. No local dos Moinhos, sendo o percurso efetuado sem qualquer intervenção nos mesmos, é possível observar dois dos quatro exemplares da tipologia de Moinhos de Armação de Pombal. Aqui desfruta-se de uma vista panorâmica sobre a serra de Alvaiázere. Volta-se depois a descer pela mesma via que se havia subido, indo-se em direção a uma sepultura antropomórfica. Depois de se chegar a esse local, segue-se por uma zona de pinhal passando por uma fonte a que chamam Fonte do Cortiço e, posteriormente, faz-se o trajeto de retorno a Abiúl, fim deste percurso.

Pelo exposto, podemos referir que o percurso do 1º Anel incide, todo ele, praticamente, em ambiente urbanizado, dentro da localidade de Abiúl, sendo especificamente orientado para o património cultural imóvel.

O segundo Anel, estabelece a ligação com o património natural, ainda que o património cultural igualmente esteja presente. Na definição do segundo Anel, procurou-se evitar, ao máximo, o percurso em estradas asfaltadas, mas não foi possível fazê-lo na globalidade do trajeto, havendo partes do mesmo em que a passagem por essas estradas é obrigatória.

Salientamos que a definição deste percurso, supôs a nossa deslocação várias vezes aos locais e o reconhecimento, por diversas vezes, do percurso no terreno.

Estes percursos terão de ser bem sinalizados para que o pedestrianista consiga fazer os percursos sem precalços. Ao longo destes, deverão existir também painéis informativos com a sua localização em mapa, bem como deverá ser elaborada uma descrição do local com a indicação de curiosidades históricas, naturais, arqueológicas e/ou etnográficas existentes no percurso, bem como a referência a possíveis espaços de alojamento e de restauração, existentes nas proximidades.

A Junta de Freguesia de Abiúl com o apoio do Município terá de garantir a limpeza do percurso e, com certeza, deverá solicitar aos privados a passagem pelos seus terrenos, quando tal tenha de ocorrer. Quem “empresta” a passagem, o particular, possivelmente, irá requerer algo em troca, que poderá ser, por exemplo, a pintura dos imóveis do proprietário por parte da Junta de Freguesia.

Para conhecer e utilizar um percurso em segurança, é necessário ainda que exista informação sobre o mesmo. A informação apresenta-se geralmente em guias, revistas, folhetos e páginas de Internet, disponíveis nas entidades oficiais de turismo, postos de turismo, federações e clubes e ainda *on-line*. O tipo de informação e forma como é apresentada varia muito de região para região e de país para país. Para a prática de pedestrianismo, de forma independente, é importante a informação cartográfica, atualizada, a uma escala apropriada, bem como a identificação do grau de dificuldade, os períodos do ano mais aconselhados ou desaconselhados, a descrição do itinerário, contactos úteis e indicações sobre a marcação do percurso.

## 5.4. Promoção de um evento anual

- **Feira dos 6:**

Foi nosso objetivo, inicialmente, proceder a uma reconstituição da “Feira dos 6”, feira a que já nos referimos no capítulo 3.6.2.2, procurando fazê-lo com o rigor necessário a uma reconstituição histórica. Porém, pelo facto de não conseguirmos obter a necessária informação para o efeito, não concretizámos esta iniciativa.

Será de referir, no entanto, que a Junta de Freguesia procurou proceder à recuperação da “Feira dos 6”, no presente ano (ver anexo XII), tendo nós estado presentes na iniciativa, testemunhando o ocorrido.

O evento conseguiu juntar muitas pessoas, feirantes e compradores/visitantes. No entanto, será de evidenciar que a referida iniciativa não nos “transportava” para o passado histórico indissociável desta Feira. Apesar de tudo, o evento teve sucesso e a Junta decidiu mesmo voltar a realizar esta feira, em moldes atuais, mas alterando a data para o primeiro Domingo de cada mês, em vez do dia 6 de cada mês, conforme ocorria no passado.<sup>30</sup>

---

<sup>30</sup> De referir que a Feira dos 6, continuou a realizar-se até há bem pouco tempo. Nesse sentido, no dia 6 de dezembro de 2013, deslocámo-nos à vila de Abiúl para observar o que se ocorria nesse dia, mas, constatámos, com surpresa que apenas um feirante estava presente no local. Soubemos com tristeza, posteriormente, que este feirante faleceu pouco tempo depois. Neste momento, essa feira deixou de se realizar, ocorrendo apenas o evento que a Junta decidiu organizar todos os primeiros domingos de cada mês.

## **CAPÍTULO VI**

### **6. OUTRAS DINÂMICAS E RECOMENDAÇÕES PERTINENTES**



### **6.1. Outras dinâmicas possíveis de implementar localmente e recomendações de intervenção no património**

A importância turística dos monumentos e dos aglomerados urbanos históricos, a par da importância cultural, impõe a sua salvaguarda e proteção, não só porque constituem a memória de um povo, mas também porque constituem uma atração turística, muitas vezes, única.

Uma das atribuições e competências de uma Câmara Municipal, nos vários domínios, é o Património, Cultura e Ciência (Lei 159/99, 14 Setembro, artigo 13º) detendo as Juntas de Freguesia competência exclusivamente ao nível da Cultura, no que a este tema diz respeito. (Lei 159/99, 14 Setembro, artigo 14º)

Segundo a referida Lei, no artigo 20º, que regula o Património, Cultura e Ciência, “É da competência dos órgãos municipais o planeamento, a gestão e a realização de investimentos públicos nos seguintes domínios: Centros de cultura, centros de ciência, bibliotecas, teatros e museus municipais; e Património cultural, paisagístico e urbanístico do município”.

É igualmente da competência dos órgãos municipais, ainda de acordo com o artigo 20º:

- a) Propor a classificação de imóveis, conjuntos ou sítios nos termos legais;
- b) Proceder à classificação de imóveis, conjuntos ou sítios considerados de interesse municipal e assegurar a sua manutenção e recuperação;
- c) Participar, mediante a celebração de protocolos com entidades públicas, particulares ou cooperativas, na conservação e recuperação do património e das áreas classificadas.
- d) Organizar e manter atualizado um inventário do património cultural, urbanístico e paisagístico existente na área do município;
- e) Gerir museus, edifícios e sítios classificados, nos termos a definir por lei;
- f) Apoiar projetos e agentes culturais não profissionais;
- g) Apoiar atividades culturais de interesse municipal;
- h) Apoiar a construção e conservação de equipamentos culturais de âmbito local.

Face ao exposto, impõe-se ao nível de uma Câmara a valorização dos recursos culturais e patrimoniais. O património é uma mais-valia para o território onde o mesmo se integra e, nesse sentido, o património de Abiúl é uma mais-valia para o Município e, naturalmente, para o país.

A preservação e valorização do património cultural e natural revela-se ainda de elevada importância para o Turismo. A valorização do Território e dos seus Recursos Culturais ou Naturais, poderão ser um vetor estratégico de um município, podendo ganhar projeção no âmbito da definição dos Objetivos e Estratégia de Desenvolvimento para o concelho.

É esta a ideia que se veicula no Plano Diretor Municipal de Pombal, quando se afirma “Só é possível valorizar um território, quando nos apropriamos dele, quando o conhecemos, quando o identificamos, quando reconhecemos a sua importância, quando assumimos que os recursos naturais existentes são a chave do desenvolvimento, quando os ambientes, natural e cultural, que abrangem paisagens, sítios históricos, conjuntos construídos, biodiversidade, tradições passadas e presentes, conhecimentos e experiências de vida, consubstanciam cada local de forma a torná-lo insubstituível”. (Câmara Municipal de Pombal, 2013d)

Nesse sentido, apresentamos outras dinâmicas passíveis de implementar localmente e recomendações de intervenção no património, tendo em vista o projeto que delineámos.



### 6.1.1. Arco Manuelino

Encontra-se em bom estado de conservação, não necessitando de qualquer intervenção, a não ser a desobstrução das plantas que o vão cobrindo, não permitindo assim a contemplação total do monumento.



**Fig. 41: Arco Manuelino**  
**Fonte: Própria (2014)**

### 6.1.2. Arcos não classificados

A recuperação destes arcos é uma urgência, visto que pode não existir só o perigo de se perder uma peça arquitetónica da história de Abiúl, como se está também a pôr em perigo quem circula no local. A sua recuperação não poderá ou, pelo menos, não deveria incidir apenas nos arcos. A construção, já em ruína, que o suporta num dos lados, está também em perigo de desabar. Tratando-se de património particular é dever do seu proprietário evitar a sua completa degradação. Esse património, sabemos que se encontra à venda, pelo que a sua aquisição por parte do Município de Pombal ou por parte do proprietário do terreno circundante, seria a situação desejável.



**Fig. 42: Arcos não classificados**  
**Fonte: Elaboração própria (2014)**

No local poderia ser criado um Centro de Interpretação de Abiúl, tendo em vista a interpretação e divulgação da história da freguesia.<sup>31</sup> Salientamos que o local e o terreno que o circunda detêm características únicas, uma eira e uma nora, sendo importante preservar também esse património, pois são parte integrante da história etnográfica da terra. Nesse espaço, poderiam ter lugar reconstituições de descamisadas, malhadas e outras atividades características do trabalho rural.

A esse Centro poder-se-ia ainda agregar um pequeno espaço museológico, com espólio relacionado com Abiúl e a sua história.<sup>32</sup>

No mesmo espaço, poderia ainda ser dada relevância à atividade artesã abiulense<sup>33</sup>. Poder-se-ia criar uma oficina para que os poucos artesãos ainda existentes em Abiúl, pudessem evidenciar o seu trabalho. A venda de produtos *de merchandising* sobre Abiúl, poderia, igualmente, ter lugar nesse local.

---

<sup>31</sup> Quando apresentámos o nosso projeto à Junta de Freguesia de Abiúl, foi-nos comunicado que o terreno por detrás destas ruínas é pertença da Fundação Dr. José Lourenço Júnior (ver informação sobre a mesma no anexo XV). Pelo que, se poderia propor à mesma a aquisição das ruínas. Se a Fundação Dr. José Lourenço Júnior procedesse à aquisição do património referido na nota anterior, poderia cooperar na criação deste Centro de Interpretação para o desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer de Abiúl, visto que o apoio e a formação da cultura popular é uma das missões da Fundação. A Fundação nunca deu utilização ao terreno, mesmo tendo este sido adquirido há alguns anos. Sendo a sua principal missão assistir e acolher pessoas de menores recursos ou inválidas na terceira idade, nas modalidades de residência, apoio domiciliário e centro de dia, teria com este projeto uma valorização da sua atividade e um espaço que daria outra dinâmica aos acolhidos no seu lar e teria também uma maior projeção na freguesia conseguindo, neste espaço, explorar a vertente educativa para escolas, população e visitantes.

<sup>32</sup> Sabemos existirem várias pedras trabalhadas ligadas com o passado histórico de Abiúl, que se encontram em posse de privados e que a Junta de Freguesia pretende recuperar (ver Anexo XVI).

<sup>33</sup> Existe uma breve referência ao artesanato característico de Abiúl: cestaria, quadros decorativos e teares de mantas

Como forma de reaproximar a população das suas raízes, poder-se-ia ainda reabilitar, nesse espaço, um forno com caráter comunitário, à imagem do que existia em Abiúl no passado, mas que hoje em dia se encontra inutilizado para a prática da confeção de alimentos, como é o caso de pão. *Workshops* poderiam também ser organizados, tendo em vista proporcionar a quem pretendesse, o saber e o saber-fazer subjacentes às atividades que ocorressem no local.

Em suma, o Centro de Interpretação e demais atividades de lazer, poderiam potenciar e valorizar os recursos endógenos do território, valorizando o seu património cultural e natural e os produtos locais, contribuindo para promover o Turismo e o desenvolvimento local.<sup>34</sup>

Para melhor perceção geográfica da proposta, consultar Anexo XIII.

### **6.1.3. Praça de touros**

Para a praça de touros, a junta de freguesia de Abiúl mostrou interesse em “dar vida ao carvalho<sup>35</sup>” que, com as obras feitas ao longo dos anos na praça, teve de ser cortado. Como existe ainda nessa praça o cepo do referido carvalho, a nossa proposta é que se coloque uma vitrina no local onde está o cepo, para que o mesmo possa ser visto pelas pessoas que frequentem a praça. A madeira do cepo, deveria ser envernizada, devendo, igualmente, ser colocado um quadro informativo no local, evidenciando a história associada a este símbolo da freguesia, informação que poderia ser ilustrada com fotos do referido carvalho, fotos que sabemos que existem.

---

<sup>34</sup> Demos a conhecer estas ideias à Vereadora Dr<sup>a</sup> Ana Goçaves da Câmara Municipal. As mesmas foram, contudo, cordialmente rejeitadas, por não serem para o Município uma prioridade no momento. No entanto, foi-nos referido que seria bem-vinda a possibilidade de um privado ou mesmo um órgão associativo, chamar a si essa iniciativa. Projeto que poderia, mesmo, deter apoios no âmbito do próximo Quadro Comunitário. Para a possível candidatura deste projeto a um financiamento do quadro de apoio comunitário teria de existir um programa de atividades que justificasse o investimento, podendo assim fomentar-se, por exemplo, a criação de um ou mais postos de trabalho na área da animação socioeducativa.

<sup>35</sup> “Da praça velha, passou-se para uma praça em madeira, adaptada às exigências da lide tauromáquica, aproveitando um grande carvalho que existia no local para fazer sombra à assistência”. (Cunha, 1996) (Ver capítulo 3.6.2.1)

#### 6.1.4. Nicho seiscentista

De forma a preservar o espaço deste monumento e torná-lo mais acessível de modo a que todos possam apreciá-lo, sugere-se a conversão deste espaço, num espaço de lazer, dando-se-lhe a designação “Jardim do Nicho”.



**Fig. 43: Nicho Seiscentista**  
**Fonte: Própria (2014)**

É do interesse da Junta de Freguesia fazer uma prospeção na área para encontrar possíveis vestígios de interesse patrimonial.

O Nicho Seiscentista está classificado com valor municipal, o que não lhe confere área de proteção. Nesse sentido, as prospeções arqueológicas integram-se na definição de trabalhos arqueológicos, carecendo de autorização da tutela, ou seja, da Direção-Geral do Património Cultural<sup>36</sup> só podendo ser realizadas por técnicos academicamente habilitados para as funções a realizar.

Segundo a Lei 107/2001 de 8 de Setembro, no artigo 74º, “integram o património arqueológico e paleontológico todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução do planeta, da vida e dos seres humanos; cuja principal fonte de

---

<sup>36</sup> Fusão do IGESPAR IP (Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico), do IMC IP (Instituto dos Museus e Conservação) e da DRCLVT (Direção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo)

informação seja constituída por escavações, prospeções, descobertas ou outros métodos de pesquisa relacionados com o ser humano e o ambiente que o rodeia”.

Ainda no mesmo artigo refere-se que:

“Os bens provenientes da realização de trabalhos arqueológicos constituem património nacional, competindo ao Estado proceder ao seu arquivo, conservação, gestão, valorização e divulgação através dos organismos vocacionados para o efeito”.

Refira-se que a administração pública (no artigo 76º), no caso, a Câmara Municipal de Pombal, tem o dever, no domínio do licenciamento e autorização de operações urbanísticas, de:

- a) Certificar-se de que os trabalhos por si autorizados, que envolvam transformação de solos, revolvimento ou remoção de terreno no solo, subsolo ou nos meios subaquáticos, bem como a demolição ou modificação de construções, estão em conformidade com a legislação sobre a salvaguarda do património arqueológico;
- b) Dotar-se de meios humanos e técnicos necessários no domínio da arqueologia ou recorrer a eles sempre que necessário. (Lei 107/2001 de 8 de Setembro)

De acordo com a Lei supramencionada, são trabalhos arqueológicos todas as escavações, prospeções e outras investigações que tenham por finalidade a descoberta, o conhecimento, a proteção e a valorização do património arqueológico. (artigo 77º)

Ainda no mesmo artigo refere-se que são escavações arqueológicas as remoções de terreno no solo e subsolo que, de acordo com metodologia arqueológica, se realizem com o fim de descobrir, conhecer, proteger e valorizar o património arqueológico.

A realização destes trabalhos será obrigatoriamente dirigida por arqueólogos e carece de autorização a conceder pelo organismo competente da administração do património cultural.

No Decreto-Lei nº 270/99 de 15 de Julho, no artigo 2º, “consideram-se trabalhos arqueológicos todas as ações que visem a deteção, o estudo, a salvaguarda e valorização de bens do património arqueológico usando métodos e técnicas próprias de arqueologia, independentemente de se revestirem ou não de natureza intrusiva e perturbadora, nomeadamente prospeções, ações de registo, levantamentos, estudos de espólios de trabalhos antigos guardados em depósitos, sondagens e



escavações arqueológicas, ações de conservação ou de valorização em sítios arqueológicos”.

Conforme o artigo 3º, este trabalho arqueológico engloba-se na Categoria B - projetos de estudo e valorização de sítios ou monumentos classificados ou em vias de classificação, que deverão ser integrados em «projetos de valorização».

Portanto, antes do ajardinamento do local e depois da possível prospeção, pretende-se a recuperação e restauro do imóvel, devendo esses trabalhos ser desenvolvidos pela Câmara Municipal de Pombal, dado tratar-se de um monumento classificado como imóvel de interesse concelhio. Mas, atenção, o primeiro passo será adquirir o terreno em que se encontra o imóvel, dado pertencer a privados.

#### **6.1.5. Forno do Bodo**

Neste monumento, basta melhorar a sua preservação e se possível retirar a placa colocada lateralmente no imóvel, dado que veio desfigurar o monumento.



**Fig. 44: Forno do Bodo**  
**Fonte: Própria (2014)**

### 6.1.6. Moinhos das Corujeiras

É urgente a intervenção neste núcleo molinológico. A identidade desta terra está associada a estes moinhos. Seria essencial que as entidades públicas ou privadas com responsabilidade sobre este património, dessem a atenção devida à preservação destes moinhos, pois tendo neste núcleo engenhos únicos na sua tipologia, seria um verdadeiro atentado se estes se perdessem para sempre.

Sabe-se que neste núcleo de três moinhos, um de Vento Giratório de madeira e dois de Vento de Armação de Pombal, pertencem, o Giratório à Junta de Freguesia e os de Armação a privados.

Nas pesquisas que efetuámos no arquivo da biblioteca municipal de Pombal encontrámos num Boletim Municipal de Pombal de 1993, um artigo com o seguinte título: “ADSICÓ E «LEADER» ASSINARAM PROTOCOLOS DE INVESTIMENO”. Neste artigo pode-se ler: “Os projetos apresentados visam a recuperação de moinhos tradicionais, alguns deles ainda em actividade, respectivos acessos e utilização futura. Foram financiados os projectos dos Srs. Manuel da Silva, da Loureira, moleiro de profissão e que mantém em actividade o seu moinho (custo total: 2.500 contos, financiamento a 40% - 1.000 contos); Manuel Ferreira, da Portela do Fojo, também moleiro. Investimentos de 3.500 contos. Financiamento de 40% (1.400); Junta de Freguesia de Abiúl, que comprou um moinho para recuperar. Para um investimento 2 mil contos obteve um financiamento de 45% (900) ”. (Boletim Municipal de Pombal, 1993:19-20)

Este financiamento de nada valeu, pois o mesmo não foi aplicado nos moinhos, como era o propósito, tendo mesmo o moinho que a Junta adquiriu desabado recentemente, como se pode observar na figura 44, e estando os outros dois também quase a desabar (fig. 45).



**Fig. 45: Destroços do moinho de vento giratório**  
**Fonte: Própria (2014)**



**Fig. 46: Moinho de armação em visível estado de degradação**  
**Fonte: Própria (2013)**

Sendo os moinhos uma questão prioritária para o Município de Pombal e Junta de Freguesia de Abiúl no que à recuperação do património diz respeito, tivemos a preocupação de procurar informação perto de profissionais da área da recuperação destes engenhos tradicionais. Mas existe a contrariedade dos Moinhos de Armação pertencerem a privados. Nesse sentido, ou ter-se-ão de adquirir os



mesmos ou fazer-se uma proposta aos proprietários para investirem na sua recuperação.<sup>37</sup>

Para a sua recuperação e eventual musealização seria pertinente envolver a população local, nomeadamente os proprietários e antigos utilizadores desses moinhos, assim como porventura quem ainda no passado procedeu à sua manutenção e reparação. Se essas pessoas ainda puderem ser contactadas serão decerto uma importante fonte de informação para a própria elaboração de um projeto de recuperação e valorização destes moinhos, tanto do ponto de vista de conhecimentos técnicos que devem deter, como das memórias que poderão partilhar. É fundamental “devolver” à população os moinhos.

Esta recuperação deverá manter a sua traça original e privilegiar a sua função original, associada a atividades de preservação e valorização da cultura local.

Depois de serem recuperados, deverá ser apresentada pela Junta de Freguesia à Assembleia Municipal a classificação dos moinhos tendo, para o efeito, subjacente o seu interesse patrimonial e a pertinência de se conceder a esse património um estatuto de proteção que dignifique o facto de esses moinhos serem únicos.

Pensamos que será de todo o interesse que a associação Terras de Sicó (consultar informação no Anexo XIV) participe nesta recuperação como parceira, visto que no seu projeto PROVERE “Villa Sicó”, no sítio na internet, divulga os moinhos das Corujeiras, evidenciando alguma informação inerente a este património, apesar de o mesmo se apresentar em elevado estado de degradação, como se verifica pela imagem que faculta e que apresentamos na figura 46.

---

<sup>37</sup> Para um aconselhamento de carácter técnico e eventual elaboração de um projeto de recuperação e possível musealização destes moinhos, foi-nos recomendado por um dos responsáveis de uma página na internet dedicada aos moinhos tradicionais portugueses ([www.moinhosdeportugal.no.sapo.pt](http://www.moinhosdeportugal.no.sapo.pt)), o contacto com a empresa Etnoideia, a qual tem larga experiência e provas dadas nesta área, sendo que é uma parceria privilegiada da Rede Portuguesa de Moinhos. De facto, a Etnoideia foi contactada para um aconselhamento mais aprofundado e foi dirigido um convite à mesma para visitar os moinhos. A empresa acedeu ao convite, fazendo representa-se pelo Sr. Jorge Miranda. O mesmo, no dia 29 de Janeiro de 2014, deslocou-se a Abiúl tendo, antes da visita aos moinhos, efetuado uma visita guiada à vila, para um melhor enquadramento e conhecimento da região, com o apoio da Junta de Freguesia. Mostrando-se impressionado com o património existente na vila, aconselhou que a promoção dos moinhos fosse sempre feita em articulação com esta e disponibilizou-se a colaborar na recuperação dos moinhos, tendo o de Vento Giratório de ser uma réplica, visto que o moinho original já desabou.

Esta parceria com a “Terras de Sicó” poderia, no futuro, ajudar numa possível criação da rota “Moinhos de Sicó”.



**Fig. 47: Divulgação dos Moinhos das Corujeiras**  
**Fonte: Villa Sicó**

### 6.1.7. Grutas das Corujeiras

No período de recolha de informações que efetuámos sobre as Grutas, constatámos que as mesmas se encontram em terreno particular, tendo-nos sido dada a informação que o anterior proprietário do terreno, terá vendido as estalagmites e estalactites que as Grutas apresentavam para decoração numa antiga discoteca. Assim, as Grutas apresentam-se como um exemplo do que não deverá ocorrer no âmbito do património. Uma ação de sensibilização da população para o assunto, poderia ser efetuada, evidenciando-se, nessa ação, “o que não se deve fazer” a nível do património.

As Grutas encontram-se, presentemente, acessíveis e, a nosso ver, não representam um perigo ao serem visitadas, não sendo preciso material específico de espeleologia. Podem-se percorrer cerca de 10 metros no interior das Grutas, aprofundando-se o conhecimento sobre formas cársticas e constatando-se, no interior, o reaparecimento de estalactites. O contacto com morcegos também poderá ocorrer durante a visita. Entrando-se nas Gutas, igualmente, se poderá constatar o vandalismo a que já foram sujeitas.

De referir, que as Grutas se encontram num terreno onde um anterior proprietário criou um parque de merendas, que hoje se encontra ao abandono. A recuperação dessa função, aliando-a à ação de sensibilização que enunciámos, pensamos que seria um local atrativo para os visitantes, dado que as Grutas se encontrarem próximo do núcleo molinológico a integrar no percurso que apresentámos no nosso projeto, conforme capítulo V.

Pensamos ainda que no local se poderiam criar um ou dois fornos a lenha para, no caso de os moinhos ficarem operacionais, se poder recriar o fabrico tradicional do pão. Para a sua manutenção e dinamização, sugerimos que ocorra no espaço a venda de produtos locais, devendo, pensamos, ser um habitante da freguesia a dinamizar o espaço.



## CONCLUSÃO

Reconhecendo-se a importância do turismo para o desenvolvimento local e para a preservação do património e identidade de um lugar, pretendeu-se neste trabalho apresentar medidas e estratégias para a valorização e dinamização do património na freguesia de Abiúl.

Deste modo, fizemos um estudo das potencialidade turísticas de Abiúl evidenciando-se, igualmente, problemas que é necessário ultrapassar.

Cientes de que a memória e a identidade do povo de Abiúl, poderão ser perpetuadas através do turismo, considerou-se fundamental identificar bens patrimoniais na localidade passíveis de serem dinamizados através do turismo. Para esse efeito, a interpretação desse património é importantíssima, pois pode proporcionar um acréscimo de valor à experiência do visitante que procura conhecer as especificidades locais do património.

Neste sentido, não basta uma localidade deter património, há que preservá-lo e, em Abiúl, tal não tem sido feito.

Ao termos analisado no capítulo 3.3. os documentos de política do ordenamento de território verificámos que as propostas que apresentamos vão ao encontro de vários dos objetivos enunciados nesse mesmo capítulo.

O restauro do património em Abiúl poderia ser feito juntamente com o plano de intervenção que a Câmara Municipal tem previsto para a vila.

A intervenção em Zonas Turísticas de Interesse é um dos projetos de implementação do PENT. A Estratégia de Desenvolvimento para a zona Centro, segundo o PENT (2013), supõe a estruturação da oferta de circuitos turísticos religiosos e culturais e de turismo de natureza.

As recomendações de intervenção no território que apresentamos são essenciais para um aproveitamento do turismo em Abiúl. A intervenção mais urgente a fazer deveria ser em relação aos moinhos que a freguesia detém, dado que estes detêm, uma tipologia que os torna únicos. Porém, os mesmos, a cada dia que passa, vão-se deteriorando.

O turismo é um setor estratégico para a competitividade da economia portuguesa. Detém um efeito multiplicador, gerando riqueza e contribuindo para a melhoria de bem-estar do cidadão. Esta atividade proporciona a vivência de emoções em função das características dos recursos existentes fora do local de residência habitual do turista. O turista, por sua vez, procura maximizar a vivência temporária dessas emoções proporcionadas pelas características dos recursos turísticos. E, se no passado, um turista era um consumidor de turismo de massas, hoje o turista detém novas exigências, estando atento e reagindo ao que o rodeia.

Se há um crescimento da procura do turismo de natureza, o turismo cultural não deixa de ser um dos segmentos com grande expressão.

À crescente sensibilização do turista, junta-se a noção de turismo sustentável. O turismo sustentável contribui assim para um correto desenvolvimento local das comunidades, fazendo com que estas detenham uma melhoria da qualidade de vida com o processo de valorização dos recursos endógenos. E Abiúl necessita de medidas para o seu desenvolvimento sustentável, pois apresenta índices de envelhecimento e de desertificação do território, preocupantes.

A pensar no turismo sustentável vão surgindo modalidades que o respeitam, é o caso do Pedestrianismo, um desporto de natureza, que aproxima o Homem do meio ambiente, percorrendo distâncias a pé e usufruindo, ao mesmo tempo, dos valores culturais e ambientais que o rodeiam. É uma atividade que tem envolvido muitos participantes por todo o mundo destacando-se por ser uma atividade em crescimento, informal, de baixo custo e de fácil acesso. O grande objetivo do pedestrianista nesta prática é desfrutar da paisagem, da cultura, da história, da natureza... e os trilhos são um meio de o aproximar do que o rodeia. O pedestrianismo ao fazer deslocar pessoas para as zonas rurais, poderá promover o desenvolvimento socioeconómico fazendo com que o turismo de passeio pedestre seja considerado como um desafio ao desenvolvimento local. Para esta prática a principal infra-estrutura são os percursos pedestres sinalizados, que devem seguir uma regulamentação específica. Estes percursos têm uma vertente de turismo Cultural bem como turismo de Natureza, ambos são produtos estratégicos e prioritários para o turismo no Centro de Portugal. Os percursos pedestres devidamente marcados e sinalizados, em áreas de interesse, promovidos e monitorizados com vista à sua manutenção, tornam-se apetecíveis

como produtos de turismo ativo, dignificam os promotores e contribuem para o desenvolvimento sócio-económico das regiões onde se encontram implantados.

A criação de um percurso pedestre em Abiúl é portanto uma infra-estrutura que poderá ser importante para complementar a experiência do turista em Abiúl ou até mesmo ser a razão da deslocação. Para além disso é uma ferramenta útil para a conservação do património, património esse que é parte integrante do percurso onde os visitantes poderão desfrutar do mesmo.

No inquérito por questionário realizado, concluímos que os inquiridos estão pouco informados sobre a história de Abiúl e que gostariam de conhecer melhor a sua história. Assim, a intenção de criar suportes de informação turística não serviria só para os visitantes, mas também para a própria comunidade local.

Dada a informação histórica que tem Abiúl, seria pertinente, no futuro, ocorrerem escavações arqueológicas na localidade. Os bens identificados poderiam promover o conhecimento da terra e proporcionar o enriquecimento do núcleo museológico que consideramos pertinente poder vir a ser criado em Abiúl, a par de um Centro de Interpretação do Património.





## **FONTES IMPRESSAS**

Costa, A. C. (1712). *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal*. Tomo III. Lisboa, pp. 226-227.

Gayo, F. (1992). *Nobiliários das famílias de Portugal*. Braga: Edição de Carvalhos de Basto, 3ª ed, volume 9, p.402.

Leal, P. (1873). *Portugal Antigo e Moderno*. vol. I. Lisboa

## **BIBLIOGRAFIA**

Agenda 21 Local Portugal - International Council for Local Environmental Initiatives (1992) [consultado a 27 de Janeiro, 2014]

URL: [www.agenda21local.info/index.php?option=com\\_content&view=article&id=41:oqueea21l&catid=29:oquee&Itemid=66](http://www.agenda21local.info/index.php?option=com_content&view=article&id=41:oqueea21l&catid=29:oquee&Itemid=66)

Albano, C. (2002). *Interpretar o património: um exercício do olhar*. Editora UFMG.

Almeida, F. (1959). *Pedras visigodas de Abiúl*. Faculdade de Letras Instituto de Arqueologia, Universidade de Coimbra. Separata de Conímbriga, vol. I.

Armando Ferreira, Moinhos de Portugal [consultado a 25 de Novembro, 2013]

URL: <http://moinhosdeportugal.no.sapo.pt>

Associação Terras de Sico [consultado a 10 de Outubro, 2013]

URL: <http://www.terrasdesico.pt/territorio.php>

Batista, C. M. (2005). “Memória e Identidade. Aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural”. *Caderno virtual de turismo*, pp. 27-33.

Braga, T. (2007). *Pedestrianismo e Percursos Pedestres*. Amigos dos Açores.

Briassoulis, H. & Straaten, J. (1992). *Tourism and the Environment: Regional, Economic and Policy Issues*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.

Boletim Municipal de Pombal. (1993) – nº11, Janeiro – Fevereiro. pp. 18-23

Câmara Municipal de Pombal (2013a). Plano Director Municipal de Pombal. Vol I – “Enquadramento”.

Câmara Municipal de Pombal (2013b). Plano Director Municipal de Pombal. Vol II – “Caraterização Biofísica”.

Câmara Municipal de Pombal (2013c). Plano Director Municipal de Pombal. Vol III - “Caraterização Demográfica e Sócio-Económica”.

Câmara Municipal de Pombal (2013d). Plano Director Municipal de Pombal. Vol IV - “Património”.

Câmara Municipal de Pombal [consultado de Novembro, 2013 a Junho, 2014]

URL: [www.cm-pombal.pt](http://www.cm-pombal.pt)

Campos, R. C. (2010). “Editorial”. *EXDRA revista científica da Escola Superior de Educação de Coimbra*. Número temático - Turismo e Património. Vol7.

URL:[http://www.exedrajournal.com/docs/S-tur/00-capa+indice\\_credits\\_apresentacao\\_editorial\\_pp\\_1-8.pdf](http://www.exedrajournal.com/docs/S-tur/00-capa+indice_credits_apresentacao_editorial_pp_1-8.pdf)

Careto, H. & Lima, S. (2006). *Turismo e Desenvolvimento Sustentável*. Lisboa: GEOTA.

Carlos Fontes [consultado a 5 de Maio de 2014]

URL: <http://colombo.do.sapo.pt/indexPTColomboEsp07Lopo.html>

Carmo, H. D. A. & Ferreira, M. M. (1998). *Metodologia da investigação: guia para auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.

Carvalho, N. (2009). “Desenvolvimento Local Sustentável: A Agenda 21 Local como instrumento de política privilegiado para a sua implementação”. *BARLIA* N° 5 *Revista Científica sobre Ambiente e Desenvolvimento*. pp. 80-84.

Carvalho, N., Lisboa, M., Roque, A. (2009) “Novas formas de economia e de desenvolvimento sustentável: as dinâmicas dos actores sociais”. 15º Congresso da APDR. [acedido a 25de Fevereiro de 2014]

URL: <http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%206/226A.pdf>

Cavaco, Carminda (2003). “Permanências e mudanças nas práticas e nos espaços turísticos”. IN: Simões, O. & Cristóvão, A. Caldas, J.: TERN – “Turismo em espaços rurais e naturais”. IPC-Inovar Para Crescer: Instituto Politécnico de Coimbra.

CMAD - Comissão Mundial sobre o Ambiente e Desenvolvimento (1987). *O Nosso Futuro Comum. Relatório Brundtland*. [acedido em 25 de Janeiro de 2014]

URL: <http://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues>

Cunha, E. (1996). *Breve História da Vila de Abiúl*. Abiúl.

Cunha, L. (1997). *Economia e política do turismo*. Lisboa: Editora McGraw-Hill

Cunha, L. (2001). *Introdução ao turismo*. Lisboa: Editora McGraw-Hill.

Deshaies, B. (1992). *Metodologia da investigação em ciências humanas*. Lisboa : Instituto Piaget.

Dias, J., Oliveira, E. V., Galhano, F. (1959). *Sistemas primitivos de moagem em Portugal – Moinhos, azenha e atafonas*. 2º vol. Porto: Instituto de Alta Cultura.

*Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* , 2008-2013.[consultado em 21-12-2013]

URL: <http://www.priberam.pt/dlpo/lintel>

Duarte, S. M. M., Figueiredo, D. F. C., Silva, J. Â. G. (2010). “Percursos pedestres, levantamentos estruturados em qualidade e aptidão - modelo experimental aplicado ao Concelho do Fundão”. *Revista Turismo & Desenvolvimento*. Nº13/14. pp. 545-556.

Edgell, D. L. (2006). *Managing Sustainable Tourism: a Legacy for the Future*. New York: The Haworth Hospitality Press.

Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura (1998). Edição Século XXI. Lisboa-São Paulo: Verbo

ESEC – Escola Superior de Educação de Coimbra (2012). Regulamento de Projeto|Estágio. Mestrado de Turismo de Interior – educação para a sustentabilidade.

Eusébio, J. V. V. (2007). *Pombal 8 séculos de História*. Pombal: Câmara Municipal de Pombal.

Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal (FCMP) – Secção Percursos Pedestres [consultado em Janeiro 2014]

URL: <http://www.fcmportugal.com/Percursos.aspx>

Freguesia de Abiúl – Secção Ordenação Heráldica e Artesanato [consultado de Novembro, 2013 a Janeiro, 2014]

URL: <http://freguesiadeabiul.pt/>

Fundação Dr. José Lourenço Júnior [consultado a 15 de Março 2014]

URL: <http://www.fundacao-jlourencojr.org/>

Gomes, S. A. (2010). Pombal Medieval e quinhentista - Documentos da sua História. Batalha: CEPAE – Centro do Património da Estremadura

Gonçalves, Alexandra (2008). *As comunidades criativas, o turismo e a cultura*. ESGHT. [acedido em: 12de Março de 2014]

URL: <http://www.dosalgarves.com/revistas/N17/2rev17.pdf>

Herculano, A. (1983). “Monumentos Pátrios (1838-1839) ”. IN: Custódio, J. & Garcia, J. M.: Opúsculos I. Lisboa: Presença.

HENRIQUES, J. A. R. – Meio Século de Aprendizagens [consultado a 10 de Dezembro de 2013]

URL: <http://meioseculodeaprendizagens.blogspot.com/2013/04/velhas-tecnologias-em-luta-pela.html>

Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P [IGESPAR] (s.d.) [consultado de Novembro, 2013 a Março, 2014]

URL: [www.igespar.pt](http://www.igespar.pt)

IPA – Inovação e Projectos em Ambiente (s.d.) Agenda 21 para o Município de Pombal – Relatório – Volume II (Agenda 21 Local)

URL:[http://www.cm-pombal.pt/seu\\_municipio/ambiente/documentos/agenda21\\_local.pdf](http://www.cm-pombal.pt/seu_municipio/ambiente/documentos/agenda21_local.pdf)

Jornal O Eco (2005). *O Eco – 70 anos de Histórias*. Pombal.

Leal, C. C. & Rosa, J. C. (1993). *Contributo para o Levantamento Arqueológico do Concelho de Pombal*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Trabalho policopiado, disponível no Instituto de Arqueologia da FLUC)

Lopes, F. & Ferreira, M. (2005). *Pombal - Por Terras Pombalinas*. Pombal: Câmara Municipal de Pombal.

Matos, M., Afonso, C., Pereira, P. (2001) “A Importância dos Percursos Pedestres na Dinamização do Turismo Rural no Concelho de Vieira do Minho: exemplo do Percurso «Moinhos do Ave»”. Universidade do Minho. [acedido em 10 de Março de 2014]

URL: <http://home.utad.pt/~des/cer/CER/DOWNLOAD/2020.PDF>

Mendes, J. A. (2009). *Estudos do património - Museus e Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Moreno, H. (1980). A batalha de Alfarrobeira - antecedentes e significado histórico, vol. II, Coimbra.

Oliveira, E. V., Galhano, F., Pereira, B. E. (1983). *Sistemas de Moagem: tecnologia tradicional portuguesa*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

OMT e WTTC – Organização Mundial de Turismo e World Travel and Tourism Council (1997). *Agenda 21 for the Travel & Tourism Industry: Towards Environmentally Sustainable Development*. Madrid: OMT.

OMT – Organização Mundial de Turismo (2003). *Turismo Internacional: Uma perspectiva global*. Porto Alegre: Bookmann.

PENT - Plano Estratégico Nacional do Turismo (2013). “Revisão e Objetivos 2013-2015”. Lisboa: Turismo de Portugal, I.P. [acedido em 15 de Março de 2014]

URL:<http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/publicacoes/Documents/PENT%202013%20vfinal.pdf>

PENT - Plano Estratégico Nacional do Turismo (2007). “Para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal”. Lisboa: Turismo de Portugal, I.P. [acedido em 15 de Março de 2014]

URL:<http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/publicacoes/Documents/PENT%202007.pdf>

Pinto, F. (2010). *Vereações da Câmara de Pombal 1812-1926 - “Memórias que fazem História”*. vol. I. Pombal: Município de Pombal

PNPOT - Plano Nacional Planeamento e Ordenamento do Território. (2007). Programa de acção. [acedido em 15 de Março de 2014]

URL:[http://www.dgotdu.pt/pnpot/Storage/pdfs/PNPOT\\_PROGRAMA\\_DE\\_ACCAO.pdf](http://www.dgotdu.pt/pnpot/Storage/pdfs/PNPOT_PROGRAMA_DE_ACCAO.pdf)

Poon, A. (2003). “Competitive Strategies for a New Tourism”. In: Cooper, C. (2003) *Classic Reviews in Tourism – Aspects of Tourism*. pp. 130-141

Portugal, Assembleia da República (2004) Portaria n.º 1465/2004, de 17 de Dezembro, Diário da República I Série-B

Portugal, Assembleia da República (1999) Lei 159/99, 14 Setembro. Diário da República I Série-A

Portugal, Assembleia da República (2001) Lei 107/2001 de 8 de Setembro. Diário da República I Série-A

Portugal, Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território (1999) Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial. Diário da República I Série-A

Portugal, Presidência do Conselho de Ministros e Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território (2004) Portaria nº 1465/2004, de 17 de Dezembro. Diário da República I Série-B

PROT-C - Plano Regional do Ordenamento do Território do Centro. (2011). PROPOSTA DE PROT-CENTRO. [acedido em 15 de Março de 2014]  
URL:[https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=156&Itemid=129](https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=156&Itemid=129)

Salgado M. & Leitão M. (2009). *Estratégia de Desenvolvimento Turístico da Serra da Estrela*. [acedido em 24 de Fevereiro de 2014]  
URL:[http://cassiopeia.ipleiria.pt/esel\\_eventos/files/3903\\_15\\_ManuelSalgado\\_4bf5695e43024.pdf](http://cassiopeia.ipleiria.pt/esel_eventos/files/3903_15_ManuelSalgado_4bf5695e43024.pdf)

Saizbel (s.d.) [consultado a 20 de Novembro, 2013]  
URL: <http://saizbel.com/heraldica/kml1/1015.kml>

Silva, E. P. (2000). “Património e identidade. Os desafios do turismo cultural”. I.S.C.S.P. Universidade técnica de Lisboa, Antropológicas, Nº4. pp. 218-224.

Sistema de Informação para o Património Arquitectónico [SIPA] (s.d.) [consultado de Novembro, 2013 a Março, 2014]  
URL: <http://www.monumentos.pt/>

Sousa, F. & Cunha, M. (2010). “O Património cultural da região do alto Tâmega e Barroso como Produto Turístico”. *Revista Turismo & Desenvolvimento*. Nº13/14. pp. 729-738.



Terras de Sicó (s.d.) [consultado a 15 de Janeiro de 2014]

URL: <http://www.terrasdesico.pt/index.php>

Tovar, Z. M. (2010). *Pedestrianismo, percursos pedestres e turismo de passeio pedestre em Portugal*. Estoril. Dissertação apresentada à Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril. Mestrado em Turismo, especialização em Gestão Estratégica de Destinos Turísticos, Policopiada.

Turismo de Portugal, I.P. (2012). “O Turismo em 2011. Direção de Planeamento Estratégico/ Departamento de Estudos e Planeamento”

URL: <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/ProTurismo/estat%C3%ADsticas/an%C3%A1liseestat%C3%ADsticas/oturismoem/Anexos/O%20Turismo%20em%202011.pdf>

Turismo de Portugal, I.P. (2009). “Relatório de Sustentabilidade Turismo de Portugal - Liderar o debate da sustentabilidade no sector”. [acedido em 24 de Fevereiro de 2014]

URL: <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/publicacoes/Documents/Relat%C3%B3rio%20de%20Sustentabilidade%202009.pdf>

Turnes V. (2004). *Projeto Meu Lugar. Transformar regiões administrativas em territórios de desenvolvimento*. Florianópolis: Cidade Futura.

UNESCO (1972). *Convenção do património mundial, cultural e natural*. [acedido em 10 de Março de 2014]

URL: <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>

UNESCO (2003). *Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial*. [acedido em 28 de Maio de 2014]

URL: <http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3794>

Vieira, J. (2007). *Planeamento e ordenamento territorial do turismo – uma perspectiva estratégica*. Lisboa: Verbo.

Villa Sico [consultado a 10 de Janeiro de 2014]

URL: <http://www.villasico.com/descobrir/patrimonio-complementar/395/moinhos-das-corujeiras>

## **ANEXOS**



## Anexo I

### Foral de Abiúl de 1167:

Em nome de Deus. Esta é a carta de foro e confirmação que, com o auxílio do Senhor, eu Didacus Peaiz e minha esposa Domna Eixemena, mandei fazer para todos os homens que moram em Abiul e para os peões que aí querem viver. Houvemos por bem dar-vos este foro, em primeiro lugar para que os homens que aí moram não paguem, por uma qualquer das calúnias menores, senão, no caso de serem vistos, cinco soldos.

Mas, pelas calúnias maiores chamadas furto, estupro, homicídio, esturco na boca, casa arrombada, se for dentro do couto ou na Vila, paguem segundo o foro da terra, mas, se for fora do couto, paguem sessenta soldos. E do couto não dêem senão cinco soldos. E de todo o pão, vinho, linho, cebolas e legumes que colherem deem sempre a décima parte ao nosso representante e não outro foro. E, se alguém aí houver que, pela sua pobreza, não tenha que comer, ceife e malhe até uma quarta parte, no máximo, do seu pão com o qual colherá todo o restante. E, quando tiver o seu pão junto da eira e o tiver debulhado e limpo, chame o meu representante, para com ele partir, e, se ele não vier, arranje testemunhas que o provem, e deixe então na eira a sua décima parte. E do mesmo modo se proceda com o vinho e todos os outros gêneros supramencionados. E, se algum dos moradores fizer uma casa ou um moinho ou aí plantar uma vinha ou árvores, enquanto habitar na vila, cumpra o foro supramencionado.

Se quizer, porém, retirar-se da vila, venda aquilo que tiver feito a um homem que aí more e que nos dará o mesmo foro. E, se não puder vender, que ele ou a família recuperem toda a herança. Mas, se alguém, seja ele quem for, vizinho ou de fora da terra, vier para rasgar este documento, e tentar negar-vos este foro, que, tão só traidor, e, quanto tenha querido receber além do foro, restitua-o a dobrar, e ao senhor da terra dê tanto quanto for além do foro. E que este documento seja sempre inválido. Feita a carta de foro no mês de Julho de 1167. Eu, Didacus Peaiz e a minha esposa, para todos vós, homens de Abiul, mandamos fazer o supramencionado foro, o confirmamos com as nossas mãos e a nossa palavra, na presença de todos estes homens bons. As testemunhas que estiveram presentes, viram e ouviram, com as suas. E, além disso, o clérigo que aí morar e tiver a igreja tenha tal foro, como o do Santo, para sempre.

Sueiro Gonçalves, testemunha; Mendo Corvo, testemunha; Sueiro Peaiz, testemunha; Pedro Soares, testemunha; Peai Pedres, testemunha; Peai Arias, testemunha; Mem Danieles, testemunha; Peai Pedro, testemunha; Gilibert, testemunha; Penaia, testemunha; Padre João, escreveu; Padre Godinho, reviu; Padre Pedro, reviu; Pedro Gonçalves, testemunha; Pedro de Santiago, testemunha.

Fonte: Eusébio, 2007

## Anexo II

### Doação de Abiúl ao Mosteiro de Lorvão:

In nomine Sancte et Individue Trinitatis Patris et Filii et Sprictus Sancti amen. Diuina clementia inspirante et gratia Dei operante et cooperante. Placuit mihi regi domno Alfonso diuino nutu Portugalensium regi una cum filio meo rege domno Sancio et uxore eius regina domna Dulcia et filia mea regina domna Tarasia facere kartam testamenti et perpetue firmitudinis monasterio Laurbanensi, ad honorem sanctorum Dei scilicet Sancti Mametis et Sancti Pelagij et gloriosissime uirginis et genitricis Dei Marie fundato, et abbati eiusdem monasterij domno Iohanni et omnibus fratribus in eodem monasterio et nunc et in perpetuum in Dei obsequio seruituris, de villa nostra propria quam habemus que Abeuhul uocatur et propriis terminis undique circumdatur. Hanc itaque uillam suis terminis circumscripam predicto monasterio offerimus atque iure perpetuo damus pro remedio animarum nostrarum, premium expectantes ab illo qui dixit «Curam illius habe et quicquid super erogaueris ego cum rediero reddam tibi», et ab eo qui dixit «Operamini bonum ad omnes maxime autem ad domesticos fidei». His itaque monitis et aliis quam pluribus eruditi sicut diximus monasterio Laurbanensi et sanctis omnibus quorum ibi reliquiarum patrocinia deposcuntur et uobis abbati domno Iohanni et fratribus uestris et cunctis successoribus uestris predictam uillam testamur et testatam in perpetuum habendam iure concedimus hereditario. Si itaque aliquis ex nobis uel ex parentela nostra contra hoc nostrum factum uenire uoluerit et hoc munus nostrum auferre temptauerit non sit ei licitum per ullam assercionem sed pro sola temptatione sit maledictus et excommunicatus et cum Iuda traditore in infernum damnatus, et hoc nostrum factum perpetuum robur obtineat. Facta karta testamenti et perpetue donationis ac firmitudinis mense Septembre Era M<sup>a</sup> CC<sup>a</sup>XIII<sup>a</sup>. Ego autem predictus rex domnus Alfonsus et ego rex domnus Santius filius eius et ego regina domna Dulcia uxor regis Santij et ego regina domna Tarasia qui hanc cartam iussimus facere cum propriis manibus nostris roborauimus et signa he + + + + c fecimus.

Comes Velascus conf., Menendus Gonsalui regis Sancij signifer conf., Suarius Menendiz conf., Petrus Nuniz ts., Fernandus Bispo ts., Martinus Fernandiz ts.

Michael Colimbriensis episcopus conf., Martinus Alkobacie abbas ts., Petrus Odoris ts., Pelagius Corrigia ts., Petrus Garsie Colimbrie pretor ts.

Magister Iohannes notuit.

(2 rodados) REX ALFONSVS CONF. REGINA TARASIA CONF. - REX SANTIVS CONF. REGINA DVLTA CONF.

ANTT - CR, Lorvão m. V, doc. 23 in AZEVEDO, Rui Pinto de, Documentos Medievais Portugueses, vol. I, doc. 324, pgs. 424 e 425

Fonte: Eusébio, 2007

## Anexo III

### Foral de Abiúl de 1206:

Em nome da santa nom departida trindade. Eu Johane abade de Ioruaão em seenbra com o conuento dos nosos frades fazemos carta de firmeza a todollos homens que morom em abiull de boom foro asy presentes come uiindoros de direito e foro. O quall os pouoradores deuem auer de direito perdurauell: dem de todo trabalho que laurarem a decima parte ao senhor. E huma teiga de trigo na eira, e huma quarta de uinho. E em serviço huma fogaça de dous alqueires de trigo e hum capom. O crelligo de sua erdade semelhauellmente faça foro. Se alguum sua erdade quiser uender uendaa a seu vizinho conuem a saber per tall preito que dê a seu senhor inteiro foro. E o uendedor dê ao senhor da terra a deçema do preço em portaiem: nom pertença a nenhuum homem dabiull dar sua erdade álguum em testamento fazer saluante á nosa egreja, ou ao noso moesteiro em tall gissa que o senhor nom perca casall nem foro. O laurador nom faça foro de montariia. O monteiro que huma noyte ou mais no monte ficar dê hum coelho com sua pelle os seus nom dem nada. E dem de todo ueado lonbo e costa. Colmeeiro dê mea liura de çera. Nom seia antre uos engano nem roubo homiçidio e esterco em boca. E quem destruhir casa com armas ou com firidas ou britar portas e entrar aa casa per força no couto da uilla pagem quinentos soldos e o furto. E todos estos enganos seiam peitados pollo foro da terra de ponball. Se alguum fezer alguum torto álguum contra o juiz e justiça a ell satisfaça seem preito. O juiz aia onrra dehuda, e seu sinall seia estauell. Feita esta carta de confirmaçam e fermidoe no mes de dezenbro na era de mill e duzentos e quarenta e quatro annos. Eu Johane abade de Ioruaão em seenbra com os meos frades com nosas mãos a firmamos. Se algum este foro quiser quebrar seia maldito.

HERCULANO, Alexandre, *Portugaliae Monumenta Historica, Leges et Consuetudines*, vol. I, Lisboa, 1856, pgs. 534 e 535

Fonte: Eusébio, 2007

## Anexo IV

### Foral de Abiúl de 1515:

Dom Manuel, etc.

#### DIREITO DO PAM

Mostrasse per bem da dita doaçam serem dados todollos direitos Reaes e trespassados no dicto moesteiro pera sempre e per conseguinte poderem os menistros delle fazerem nelle os foraaes que quisessem como em cousa sua propria pollo qual fizeram e deram foral aos moradores do dito lugar. a saber. pello qual se ha hy de pagar o dizimo por dereito Reall de todo o pam vinho e linho que hy ouvessem quaes quer pessoas ainda que fossem clerigos e pello dicto Respeito se custuma do pão pagar o dizimo a Deus de cemto dez ficam noventa dos quaes levado outro dizimo por senhorio sam nove.

E assy sam dezanove de cemto.

#### VINHO. LINHO

E do vinho e linho pagamsse de omze dous contamdo o dizimo e Reçam somente e mais nam.

#### AZEITE. MOENDAS

E posto que do azeite se nam mande pagar o dicto dizymo por foral decramos tambem a maneira em que o dicto moesteiro delle husa pera nam ficar cousa em que possa aver duvida naquelles primcipalmente que agora teemos emformaçam que averam mester Justificaçam assy como hé no dicto azeite e moendas delle As quaães no dito lugar nhuma pessoa poderá ter nem fazer senam per comsentimento e emprazamento do dicto moesteiro polla lomga posse sem contradiaçam em que sempre disso estiveram e estam pollo qual os que tiverem azeitona a nam poderam fazer em outras moendas senam nas sobre dictas e daram nos dictos lugares assy pollo dizimo de Deus como pella maquia do lagar domze alqueires dous delles e do mais e do menos a este Respeito aalem da cevada aa besta e comer ao lagareiro segumdo custume e porque aalem disso se levava o terço do bagaço de que o povo se aqueixou e agravou avjdo sobre ysso emformaçam dos lugares comarcaãos e por outro Respeitos convenientes acordamos que do dito bagaço se leve soamente o dizimo como se leva da maquia do dicto azeite sem embargo do terço que se ora levava o qual mandamos que Se mais nam leve.

#### LAGARES

E o moesteiro dará lagares em abastamça quamtos forem necessarios pera azeitona do dicto lugar por que nam os damdo e perdendosse a azeitona por mingoa delles as partes poderão fazer seus azeites fora homde melhor vier por aquelle anno somente em que Isto acomtece e nam doutra maneira.

#### FRUYTA

E por este Respeito da fruyta nem ortallica senam paga nhuum direito nem foro ao dicto moesteiro nem aa Ygreja por darem assy o dicto azeite limpo no lagar como dicto hé e dos legumes se paga somente o dizimo a Deus.



## EIRADEGA

E pagasse mais polla teiga da eiradega comtheuda no forall tres alqueires de trigo pella medida ora corremte A qual se tira de todo o monte amte de ser dizimado como chegar o lavrador a quatorze alqueires e dij para baixo pagará mea eiradega. A qual eiradega senam pagará mais que huma soo vez posto que muytas sementes de pam o lavrador aJa.

E o seareiro que nam chegar a moyo de pam nam pagará senam mea eiradega segumdo antigamente foy outorgado pollo dicto moesteiro aos moradores do dicto lugar semdo Já mudado amouJas como ora hé A qual cousa nós aprovamos com as outras cousas delle.

## FOGAÇA

E pagará mais qual quer pessoa que lavrar o dicto pam ou vinho ou ambos Juntamente polla fogaça do forall que era de dous alqueires de trigo daquelle tempo hum alqueire e meo do dito trigo per esta medida corremte e mais huum capam e quem nam lavrar cada hum do dicto pam ou vinho nam pagará nada da dita fogaça.

## QUARTO DE VINHO

E quanto ao quarto do vinho que se mandou pagar pollo dicto forall sobre que muytas vezes ouve duvidas contendas e demandas da cantidade que se avia de pagar sobre a qual ouvidas muytas testemunhas que neste caso per nosso mandado foram perguntadas e feito sobre ysso outros Isames na dicta villa e comarca per bem dos quaaes finalmente se nam pode tomar conclusam per que se podesse o moesteiro de todo excrodir de levar o dicto direito Nem menos se achou crara prova pera se deverem de pagar agora duas quartas Nem per conseguimte dezoito canadas por ellas. E portamto temperamdo o dito caso por muytas emformações que delle ouvemos decramos deversse de pagar huuma so quarta e nam duas segumdo se decrara no dicto foral a paga da qual quarta detriminamos pagarsse desta maneira. a saber. Se o que lavra vinho e o colhe nam chegar a catorze canadas pagará soamente huuma quarta e por ella seis canadas da dicta medida.

E se chega aas xiiij ou pasar pagará soamente huma quarta de nove canadas sem mais pagar. Posto que muyto vinho aJa E posto que atee ora doutra maneira se levasse o que nam avemos por bem e mandamos que se mais nam leve.

## TERRADEGO

E quando as terras assy foreiras se vemderem será a pessoas nam defessas em direito e que sempre paguem os dictos foros ao moesteiro e mais pagarsse á o dizimo do dinheiro por que se vemderem porque tanto pagam de Reçam das dictas terras.

## COLHEITA

E pagasse a nós e a coroa de nossos Regnos aalem dos dictos direitos do moesteiro huuma colheita. de que foy feicta composiçam per el Rey dom denis por oitemta livras polla quall se paga agora em dinheiro dous mil e oytocentos Reaes per dia de sam Joam de cada hum anno per Repartiçam que per todallas fazemdadas da dicta terra ora feicta novamente sem ser da paga della escusa nhuuma pessoa por privilligiada que seja posto que fosse clérigo. E se a nam pagarem ao dicto dia pagará o procurador do comçelho que tera cuydado de a aJuntar por cada dia aa sua custa trimta Reaes por dia pera quem lho Requerir vimdo de fora a Isso e se estiver no dicto lugar pagarlhe am soamente vimte Reaes por dia. E o Juiz o seu anno e assy procurador e escrivam usarão neste caso do custume ou liberdade que sempre tiveram sem nhuuma outra mudança.

#### TERRAS DEL REY

E jazem no limite desta terra. çertos casaaes com patrimonio nosso que ouve de compra o lfamte dom Pedro de huuma dona costança daragam e paga de hum delles louremço pijrez vinte e çimquo alqueires de trigo desta medida de fora e mais o quinto e dous capooens.

E outro paa de foro doze alqueires dous capoões e mais o quvnto.

#### CASAS DEL REY

E temos hy mais os paaços que ora Refez gomçallo da sillva que os de nós traz com as outras cousas avidas da dicta compra e com a Jurdiçam nossa nella.

#### VENTO

E tem mais o dicto moesteiro o gado do vento segumdo nossa ordenaçam com a decraraçam que a pessoa a cuJo poder for ter ho venha escrever a dez dias primeiro seguintes sob penna de lhe ser demandado de furto.

#### MONTADO

E assy os montados omde nam tiverem vizinhança per suas posturas.

#### MANINHOS

E os maninhos serem ysso mesmo dados pollo dicto moesteiro com o foro da terra guardamdo a Ley das sesmarias sem mais outro foro.

#### TABALIAM

O taballiam ou taballiães da dicta villa nam pagam pemssam.

DIAS, Luis Fernando de Carvalho, *op. cit.*, pgs. 260 a 262

Fonte: Eusébio, 2007

## Anexo V

### NÚCLEO MOLINOLÓGICO DAS CORUJEIRAS



- ① MOINHOS DE ARMAÇÃO DE POMBAL
- ② MOINHO DE VENTO GIRATÓRIO

Fonte: Elaboração própria

## Anexo VI

### Notícia no Jornal O Eco

#### Gruta em Abiul

*Ed. 163, 15 Janeiro 1938*

“Existe na freguesia de Abiul *dête* concelho, muito próximo do ramal que, da estrada de Ancião conduz àquela vila, uma interessante gruta, que, pena é, se não encontra acautelada contra os desacatos do rapazio inconsciente.

Trata-se duma cavidade natural, subterrânea, relativamente ampla e alta, e onde — Deus sabe à custa de quantas centenas de lustros — se vêm formando caprichosas estalactites e estalagnites, dignas de serem visitadas.

Esta gruta não é francamente acessível, perdendo-se, por isso, um belo atractivo de turismo da nossa região. Impõe-se, pois, a intervenção da respectiva corporação turística, junto do proprietário, em cujo terreno ela se encontra, a fim de se obter dele a competente autorização para poder ser francamente visitada, e, antes disso, posta em condições de acessibilidade e defesa contra os vândalos. (...)”

Fonte: O Eco – 70 anos de Histórias, 2005

## Anexo VII

Reclamação ao Rei pela proibição das Touradas e respetiva resposta do Rei ao Bispo de Coimbra que as tinha Proibido:

Copia da carta escripta á Camara, Juiz, Veriadores e officiaes, da Camara da villa de Abiul - Eu El Rey vos envio muito a saudar. Sendome presente em consulta da Meza do Desembargo do Paço a vossa Supplica a respeito da Festividade de Nossa Senhora das Neves, e função dos touros, que vos pretendia embaraçar o Bispo de Coimbra: Fui servido a atender a dita Supplica, mandando escrever ao dito Bispo que se abstenha de semelhante procedimento, como vereis da carta de copia inclusa assignada por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, e Dominios Ultramarinos, que tambem serve dos Negocios do Reino que fareis registrar nos Livros dessa Camara; para que a todo o tempo conste esta minha Real Resolução. Escripta no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda a vinte e seis de Agosto de mil setecentos e sesenta e sete - Rey.

Copia da Carta escripta ao Bispo de Coimbra.

Reverendo Bispo de Coimbra, Conde de Arganil amigo. Em consulta da Meza do Desembargo do Paço me foi presente a Supplica dos officiais da Camara da Villa de Abiul, em que representavã, que o Povo daquele districto se obrigava por votto a festejar Nossa Senhora das Neves Orago da sua freguezia o primeiro Domingo de Agosto de cada hum anno, e nos dias antecedentes com Procissão, Missa Solemne e Sermão, expondo-se o Santissimo Sacramento no Domingo de manhan, e que alem disso se corrião nas tardes touros, fazendo-se algumas cavalladas; e para que nunca haja falta nesta Solemnidade consagrada á mãy de Deos, se estabelecerão Estatutos na Camara, em que se determina a eleição dos Mordomos, sendo os officiaes da Camara Superintendentes das mesmas festas, para se não faltar ao costumado e devido culto; e que nesta posse se conservavão desde tempo que excede á memoria dos homens; prezidindo em Corpo da Camara todos os actos desta festividade, porem que neste presente anno succedera que julgando vós não ser decente outro festejo que não fosse o da Igreja, pertendestes estabelecer que não houvesse touros, nem os costumados divertimentos, que vem em consequencia delles; E porque os Officiaes da Camara e o povo da ditta Villa, se pertenderão conservar

na sua regalia, e posse, tomastes o expediente de ordenar ao Parocho da Freguezia não franquiasse a Igreja para nella se fazer a festividade, que se costumava fazer, não deferindo aos requerimentos que vos fizerão os dittos Officiaes da Camara e Mordomos: de todo o povo, e ainda escandalo da piedade christan por se lhe dificultar a Igreja, em que consiste o principal objecto daquela Solemnidade.

E porque as Festas, que se celebrão por votto dos povos, e que se prescrevem, e regulão pelas Camaras do Reino não devem sujeição aos Prelados ordinarios para as poderem impedir, ou prohibir, e munto menos com o pretexto que declarastes em um dos vossos despachos, pois já mais se não poderá persuadir que se profana a festa que se celebra de manhan com os touros, que se correm de tarde em praça separada da Igreja, não se podendo prohibir aos Leigos o mesmo que os Summos Pontifices estão permitindo aos Clerigos, porque depois que Gregorio decimo terceiro prohibio geralmente aos Ecclesiasticos de Ordens Sacras o divertimento dos touros; Clemente oitavo na sua constituição de treze de Janeiro de mil quinhentos e noventa e seis restringio a de Gregorio aos Religiosos, permitindo ao Clero o dito divertimento, de que rezulta a assistencia que nelle tem feito tantos annos nas Espanhas, como neste Reino muntos Prelados Ordinarios de grandes Lettras, e merecimentos, que não chegarião a fechar, como voz, as Portas da Igreja aos fieis, para que nella fação a sua costumada festividade afugentandolhes a devoção, que os une e inflama para os cultos da Senhora, que deveis promover com mais fervor e Spirito, não devendo tolerar-se um exemplo desta qualidade Sou servido declarar-vos que tão dissonante he o impedires a festa que costuma fazer naquella Igreja a Camara e povo da Villa de Abiul, como excesso e abuzo da vossa jurisdição e ministerio he prohibir directa, ou indirectamente os touros, que tambem por antigo costume se correm nas tardes dos dias da ditta festa, e que de huma e outra couza vos deveis abster, pondo sempre para que a mesma Solemnidade patente a Igreja, promptos os seus Ministros sem vos embaraçardes no que vos não pertence, o que me pareceo participavos para que assim o tenhais entendido, e assim o mando participar á Camara da Villa de Abiul com a Copia desta Carta para se registrar nos Livros della, e constar a todo o tempo esta minha Real Resolução e escripta no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda aos vinte e seis de Agosto de mil setecentos e sesenta e nove - Rey - P<sup>a</sup> o Bispo de Coimbra Conde de Arganil - Francisco Xavier Mendonça Furtado.

O IMPARCIAL, nº 212, 18 de Maio de 1913, pg. 3

Fonte: Eusébio, 2007

## Anexo VIII

### Festas do Bodo de Abiúl:

Na igreja (Matriz de Abiúl) há a imagem de Nossa Senhora das Neves que é padroeira desta freguesia que é milagroza porque além dos mesmos milagres que lá tem feito e faz em dar saude aos enfermos desconfiados do medico como denotam as mortalhas e mais ofertas que estão pendentes diante a mesma Senhora na mesma igreja.

Na sexta feira antes do p.<sup>o</sup> Domingo de Ag.<sup>o</sup> em que principiam os tres dias, em que todos os anos se lhe fazem as suas Festas indefectivelm.<sup>e</sup> porq. em Camara se fazem de tres em tres anos quinze mordomos p.<sup>o</sup> servirem sinco cada anno Entrando hum homem em hum forno q tem queimado quatto ou sinco carradas de lenha a consertar hum Bollo que tem doze ou treze alqr.<sup>es</sup> de farinha defronte do qual assiste a S.<sup>a</sup> sahe sam e salvo sem nem hum cabelo se crestar fiado só no patrocínio desta S.<sup>a</sup> e cozece o dt.<sup>o</sup> Bollo de tal sorte que só com hua serra se pode partir.

Arquivo da Universidade de Coimbra, Informações Paroquiais de 1721 - Abiul (21 de Maio)

No primeiro Domingo de Agosto, em que se faz feira nesta villa, ou na sesta feira antecedente ao dito Domingo, faz a Senhora das Neves, Orago da Paroquia, como fica dito, hum evidente milagre todos os annos, e he, que entra hum homem, depois de confessado e commungado, dentro de hum forno, depois de se ter queimado nelle seis, ou sete carradas de lenha, e mete dentro hum bollo de dez, ou doze alqueires de trigo, em tempo que está o forno tão quente, que applicando-se a ele por fóra huma carqueija se accende; e o homem depois de ter andado dentro concertando o bollo, sahe para fóra sem lezão alguma, de sorte que o calor do fogo nem os cabellos lhe offende, e tudo isto se faz diante da Imagem da mesma Senhora, que vem em procissão; e em quanto succede o milagre, está diante do forno; e feito isto com grande alegria, e prazer dos circunstantes, he levada outra vez para a Igreja, na qual se faz logo sermão, do qual he o milagre o assumpto. Nesta occasião do forno se fazem muitas festas, que constão de muitas danças, touros, justas, e canas, as quaes começam na sesta feira, e acabão na noite do Domingo. Quando esta Soberana Imagem veyo a esta terra, estava contaminada de mal de peste, que logo cessou immediatamente, e faz outros muitos milagres, que não são do nosso intento. Semelhante a este he o prodigio da Senhora do Cardal na villa de Pombal, como verá o Leitor no seu lugar.

Cardoso, Luiz, Diccionario geografico ou Noticia Historica de todas as cidades, villas, lugares e aldeas, etc., tomo I, Lisboa, 1747, pgs. 12 e 13

Na sexta feira houve procissão e entrada do conhecido milagreiro d' estes sitios, no forno.

No sabado houve a costumada tourada, que foi de primeira ordem.

(...) No domingo houve tambem a procissão costumada depois da missa cantada a que tocou a filarmónica de Verride, contratada para abrilhantar a festa.

Pouco tempo depois da procissão dirigimo-nos para a praça, onde foram lidados 6 bravissimos touros.

A DEFESA, nº 686, 4 de Agosto de 1907, pg. 2

Nos dias 1, 2 e 3 deve ter lugar na historica vila de Abiul, deste concelho, a tradicional romaria do Bôdo, constituida de festas religiosas, cerimonia do Bôlo, iluminação, touradas nos dias 2 e 3, arraial e musica.

O IMPARCIAL, nº 222, 27 de Julho de 1913, pg. 2

Fonte: Eusébio, 2007



## Anexo IX

Inquérito por questionário:

# A histórica Vila de Abiúl

No âmbito de um Estágio na Câmara Municipal de Pombal, na área do Turismo, Estágio integrado no Mestrado da Escola Superior de Educação de Coimbra, designado "Turismo Interior: educação para a sustentabilidade", vimos solicitar a participação dos Abiulenses e/ou pessoas com ligação a esta comunidade, no sentido de nos facultarem informações sobre Abiúl, tendo em vista o projecto que estamos a desenvolver no âmbito do referido Estágio. Com esse projecto, pretende-se promover a valorização e a dinamização de Abiúl. As suas respostas serão muito importantes para a concretização do projecto.

Responda por favor às questões que se seguem. Seja sincero nas respostas facultadas.

As respostas têm um carácter confidencial, sendo garantido o anonimato.

\*Obrigatório

## Perfil do Inquirido

### *Sexo* \*

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino

### *Idade* \*

- ☐ Menor de 18 anos
- ☐ Entre 18 e 34 anos
- ☐ Entre 35 e 60 anos
- ☐ Mais de 60 anos

### *Nível de instrução* \*

- ☐ Sem escolaridade
- ☐ Ensino básico
- ☐ Ensino secundário
- ☐ Ensino superior

## História de Abiúl

---



---

*Conhece o significado dos símbolos do Brasão? \**

- ☐ Sim
- ☐ Não

---

*Se respondeu sim à pergunta anterior, que significado lhes atribui?*

---

*Conhece a história de Abiúl? \**

- ☐ Sim
- ☐ Uma grande parte dela
- ☐ Minimamente
- ☐ Não

---

*Que monumentos conhece? \**

- ☐ Nicho Seiscentista
- ☐ Casa da Misericórdia
- ☐ Arco Manuelino
- ☐ Igreja de Nossa Senhora das Neves
- ☐ Palanque dos Duques de Aveiro
- ☐ Forno Tradicional
- ☐ Moinhos das Corujeiras
- ☐ Outra:

---

*Gostaria de conhecer melhor a história de Abiúl? \**

- ☐ Sim
- ☐ Não

## Percurso Pedestre

O objectivo é criar um percurso pedestre que integra duas vertentes: uma de cariz cultural, sendo o visitante guiado, nesse troço do percurso, pela sinalização existente, passando por monumentos com interesse histórico-cultural, e outra especialmente vocacionada para o contacto com a natureza, sendo feita a ligação de Abiúl ao núcleo dos moinhos das Corujeiras. Criado o percurso, qualquer pessoa, de forma autónoma, poderá movimentar-se em segurança e de um modo orientado no trajecto definido.

---

### *Concorda com a criação em Abiúl de um percurso pedestre sinalizado? \**

1-concorda totalmente; 2-concorda; 3-sem opinião; 4-discorda; 5-discorda totalmente

1 2 3 4 5

+ ● ● ● ● ● -

---

### *Seria utilizador do percurso caso o mesmo fosse criado? \**

- ☐ Sim
- ☐ Não

## Evento anual

Pretende-se criar um evento anual que envolva a população e que traga benefícios à comunidade.

---

### *Que tipo de evento considera mais adequado para dinamizar em Abiúl? \**

- ☐ recriação da feira dos 6 em moldes tradicionais
- ☐ evento musical e cultural
- ☐ Outra:

## Sugestões

De seguida pedimos a colaboração dos inquiridos no sentido de darem sugestões para se potenciarem os recursos de Abiúl, tendo em vista a criação de uma outra dinâmica entre a população /possíveis visitantes e os recursos existentes localmente . Aceitam-se comentários ao trabalho que apresentamos.

---

## Anexo X

### PERCURSO CULTURAL



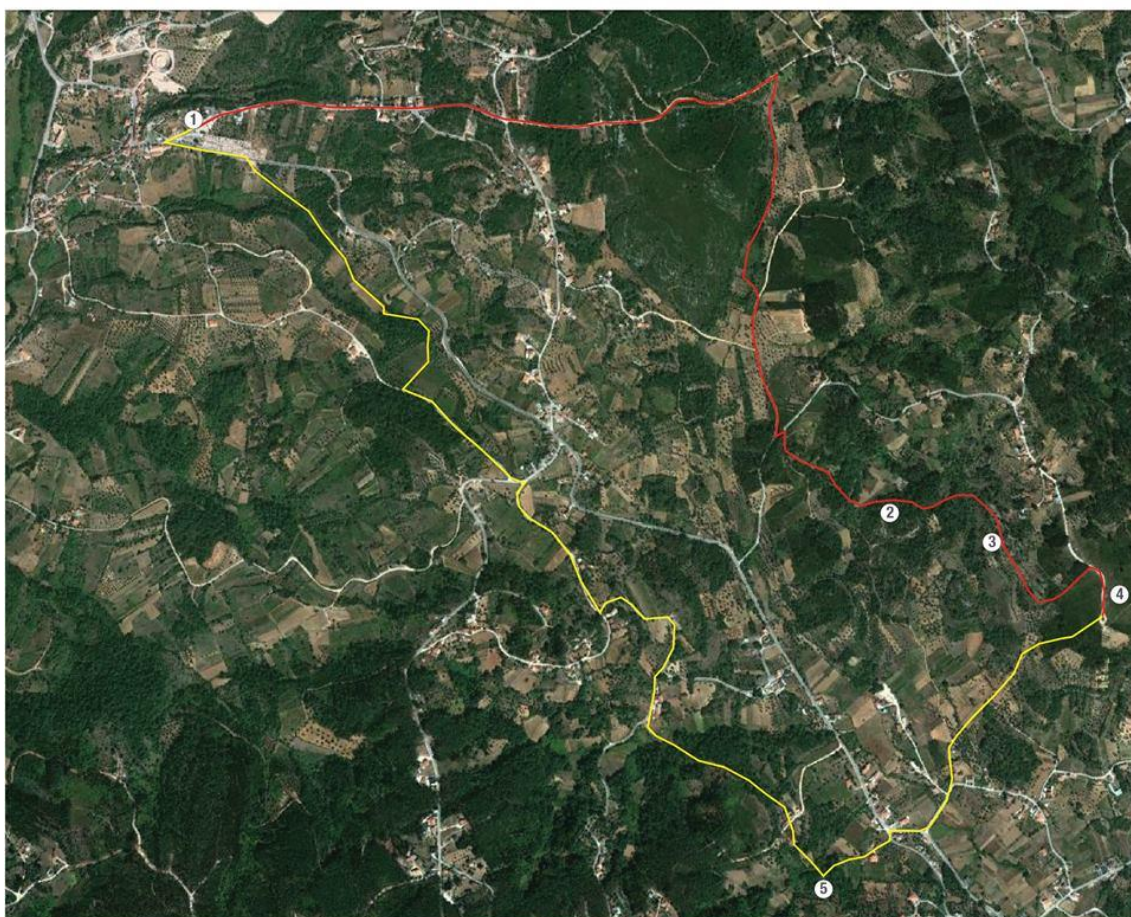
- |                                  |   |
|----------------------------------|---|
| ① INÍCIO NO LARGO DA FEIRA DOS 6 | ⑥ PAÇO DOS DUQUES                           |
| ② PRAÇA DE TOUROS                | ⑦ NICHOS SEISCENTISTA                       |
| ③ FONTE DA VILA                  | ⑧ CASA DA MISERICÓRDIA                      |
| ④ CORETO                         | ⑨ PRAÇA VELHA (PALANQUE DOS DUQUES E FORNO) |
| ⑤ ARCO MANUELINO                 | ⑩ IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DAS NEVES  |

Fonte: Elaboração própria



## Anexo XI

### PERCURSO DOS MOINHOS



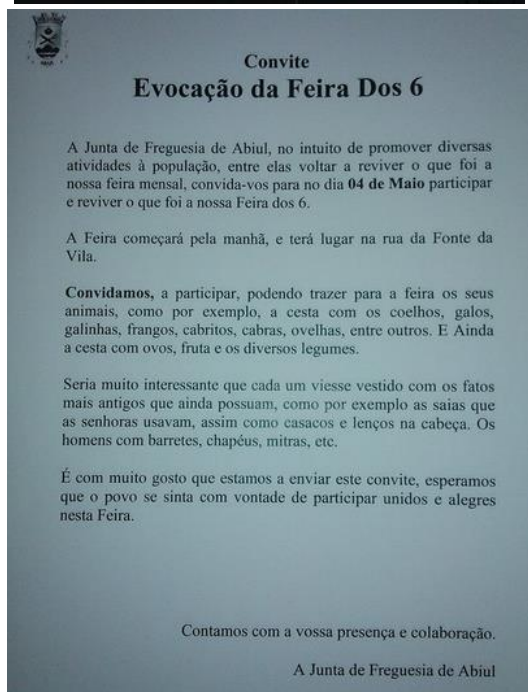
- ① INÍCIO NO LARGO DA FEIRA DOS 6
- ② ZONA ARBÓREA
- ③ GRUTAS DAS CORUJEIRAS
- ④ NÚCLEO MOLINOLÓGICO
- ⑤ SEPULTURA ANTROPOMÓRFICA

— TRAJETO IMUTÁVEL  
— TRAJETO MUTÁVEL

Fonte: Elaboração própria

## Anexo XII

### Feira dos 6



Fonte: Junta de Freguesia de abiúl, s.d.

## Anexo XIII

### PROPOSTA

CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DE ABIÚL





LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DO LOCAL



Fonte: Elaboração própria



## Anexo XIV

A associação "Terras de Sicó", é uma associação de desenvolvimento local, que se situa na Região Centro de Portugal, “englobando a totalidade da área dos Municípios de Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal e Soure”, organizado “em torno do maciço da Serra de Sicó, somando um total aproximado de 1 500km<sup>2</sup>”.

É esta associação a intermediária de projetos para quadros comunitários e no que respeita ao turismo estabeleceu como objetivos gerais os seguintes:

- Qualificação e promoção do alojamento disponível
- Qualificação da restauração
- Requalificação e valorização de espaços públicos e património natural
- Requalificação e valorização do património construído
- Requalificação e valorização do património arqueológico
- Constituição de uma empresa de promoção e comercialização

A associação tem uma página na internet onde divulga o território, disponibilizando informação sobre os pontos naturais e culturais de atracção turística, características do território e os seus produtos.

Faz parte das suas intenções o aproveitamento de elementos paisagísticos, característicos do maciço calcário, e que constituem oportunidades para elaboração de rotas e programas temáticos, como a romanização, também pelos seus vestígios; a sua geomorfologia e flora; entre outros... Isto em benefício do desenvolvimento local e aproveitamento dos recursos, bem como a promoção turística, através de parcerias de cooperação.

Dos projetos já implementados desta associação destaca-se o PROVERE “Villa Sicó”, vocacionado para o turismo, estimula o descobrimento do património romano, mas também de todo o seu enquadramento. É através da sua página na internet, que mais uma vez é dado a conhecer o património cultural e natural, os produtos regionais e outras particularidades do território e vivências das populações.

Fonte: Terras de Sicó, s.d.

## Anexo XV

### Fundação Dr. José Lourenço Júnior

The screenshot displays the website of the Fundação Dr. José Lourenço Júnior. At the top left is the logo, which consists of a stylized orange and black 'F' followed by the text 'FUNDAÇÃO DR. JOSÉ LOURENÇO JÚNIOR'. To the right of the logo is a horizontal navigation bar with four red buttons: 'Entrada', 'Fundação', 'Lar Obélia Lourenço', and 'Promoção Cultural'. Below the navigation bar, the main content area has a heading 'Missão e Valores' on the left. To the right of this heading is a vertical sidebar with a red square icon and the word 'FUNDAÇÃO' above a list of links: 'Abiul', 'Missão e Valores', 'Documentos', 'Parceiros', and 'Apoiar a Fundação'. The main text area contains three paragraphs and a bulleted list. The first paragraph states the foundation's mission to assist and welcome people with fewer resources or in the third age. The second paragraph mentions the creation of 'Lar Obélia Lourenço' in Abiul. The third paragraph lists the foundation's charitable and educational goals. The bulleted list includes: 'Atribuir bolsas de estudo;', 'Criar e apoiar bibliotecas;', 'Atribuir prémios literários, científicos e artísticos;', and 'Apoiar a formação da música, do exercício físico, da cultura popular.' The last two items in the list are underlined.

**FUNDAÇÃO**  
DR. JOSÉ LOURENÇO JÚNIOR

Entrada Fundação Lar Obélia Lourenço Promoção Cultural

## Missão e Valores

A Fundação Dr. José Lourenço Júnior tem como missão essencial assistir e acolher pessoas de menores recursos ou inválidas na terceira idade, nas modalidades de residência, apoio domiciliário e centro de dia.

Para a realização desta sua missão a Fundação criou, em Abiul, um lar para a terceira idade, dotado de requisitos modernos, de utilidade e conforto.

A Fundação prossegue fins caritativos e de beneficência, bem como de promoção cultural e educativa da população designadamente:

- Atribuindo bolsas de estudo;
- Criando e apoiando bibliotecas;
- Atribuindo prémios literários, científicos e artísticos;
- Apoiaando a formação da música, do exercício físico, da cultura popular.

**FUNDAÇÃO**

- Abiul
- Missão e Valores
- Documentos
- Parceiros
- Apoiar a Fundação

Fonte: Fundação Dr. José Lourenço Júnior, s.d.

## Anexo XVI

Pedras de interesse público em posse de privados.



Fonte: Elaboração própria, 2014